



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA- UAHG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

**MODERNIDADE, ESPORTE E LAZER NA CIDADE DA
PARAHYBA DO NORTE – 1908 - 1925**

João Paulo Ribeiro de Souza

**CAMPINA GRANDE – PB
JUNHO DE 2014**

JOÃO PAULO RIBEIRO DE SOUZA

**MODERNIDADE, ESPORTE E LAZER NA CIDADE DA
PARAHYBA DO NORTE – 1908 - 1925**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História, Área de Concentração em História, Cultura e Cidade - Campina Grande, 2014.

Orientador: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha

**CAMPINA GRANDE – PB
JUNHO DE 2014**

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S729m Souza, João Paulo Ribeiro.
Modernidade, esporte e lazer na cidade da Parahyba do Norte – 1908 /
1925 / João Paulo Ribeiro Souza. – Campina Grande, 2014.
170 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina
Grande, Centro de Humanidades, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha".
Referências.

1. História Cultural. 2. Cidade. 3. Modernidade. 4. Clubes Sociais.
5. Esportes. I. Aranha, Gervácio Batista. II. Título.

CDU 930.85(043)


JOÃO PAULO RIBEIRO DE SOUZA

**MODERNIDADE, ESPORTE E LAZER NA CIDADE DA
PARAHYBA DO NORTE – 1908 - 1925**


Avaliado em: 29 / 07 / 2014 .

Conceito: "A"

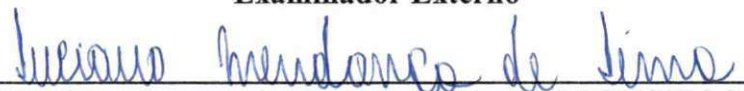
BANCA EXAMINADORA



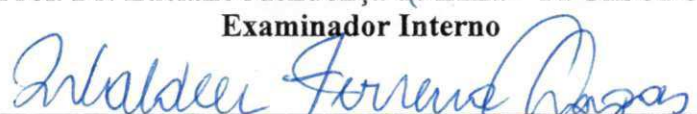
Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha – PPGH/UFCG
Orientador



Prof. Dr. Ricardo Figueiredo Lucena - UFPB
Examinador Externo



Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima – PPGH/UFCG
Examinador Interno



Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas – UFPB
Examinador Externo - Suplente

AGRADECIMENTOS

Ninguém alcança um objetivo sozinho. Principalmente numa atividade que exige dedicação, abnegação, orientação e apoio daqueles integrantes que compõe nosso círculo de relações interpessoais. Seja de uma forma direta ou indireta as contribuições foram indispensáveis e a rede de colaboradores extensa.

Mas quero começar agradecendo a Deus pelo dom da vida e por conceder-me sabedoria, discernimento e compreensão, além de me preservar em perfeito estado de saúde para correr atrás dos objetivos almejados.

Serei eternamente grato aos meus pais: Maria de Lourdes Ribeiro de Souza e Benedito Barbosa de Souza. Que mesmo diante das adversidades não abriram mão da educação de seus filhos. Cada passo da minha vida foi dado tendo por base seus ensinamentos. Vocês são responsáveis por todas as conquistas que alcancei, em cada palavra desse trabalho sintam-se presentes. Antônio Barbosa de Souza - meu avô – exemplo de homem e dignidade, alicerce da nossa família. Minha eterna gratidão. *In memoriam* a Severina Francisca da Conceição – minha avó - que vibrou comigo após sabermos da aprovação no vestibular para História em 2004, lá atrás no início de tudo. Na memória muito respeito e gratidão. Não posso esquecer meus tios e tias, obrigado pelo apoio. Meus irmãos André, José Carlos, Marcos, Fernando e Fernanda obrigada pelos momentos que vivemos juntos, amizade sempre e que possamos preservar os laços de família que nos tornam fortes.

Chegar ao fim de uma etapa, que se constitui na realização de um objetivo pessoal de vida, é sentir-se agraciado e realizado após tanto esforço e superação de limites. É poder olhar para trás e saber que não foi em vão o tempo dispendido pelo Prof. Waldeci Ferreira Chagas, que mesmo após dias inteiros de atividades docentes na UEPB, não se negou a abrir mão de algumas horas do seu descanso noturno para ajudar-me com sugestões e orientações na elaboração do projeto inicial que foi submetido na seleção de mestrado do PPGH/UFCG 2012.

Meus agradecimentos ao companheiro de trabalho Renato Gabriel, trezeano apaixonado, que me ajudou evitando o meu deslocamento à Cidade de Campina Grande para xerocar os textos da seleção, que prontamente se dispôs a xerocá-los e entregar-me no encontro semanal do trabalho. Além disso, me acolheu em sua casa e conduziu-me até a UFCG no dia prova e, depois, me guiou até a saída da cidade com destino a Guarabira, caminhos até então desconhecidos. Agradeço ao meu amigo William Dias pelos momentos de compartilhamento das angústias e avanços durante a pesquisa.

De forma especial agradeço a minha companheira Camila Ligia por suportar os momentos de ausência, mesmo estando junto, e a falta de atenção nas ocasiões em que estava dedicado na pesquisa e escrita desse trabalho. Você tem sido muito importante para que eu conclua mais esta etapa da minha vida. Também não poderia esquecer-me da minha sogra Lucinha por todo apoio dado ao longo dessa jornada.

Os momentos de compartilhamento de saberes e aprendizagem com os colegas da turma do mestrado de 2012 foram únicos e importantíssimos para nossa formação. É verdade que não houve muita integração, o que é normal quando se trata de relações humanas que envolvem a exposição de diferentes concepções. Porém, tenho a certeza que novos laços de amizades foram construídos e algumas dessas pessoas estarão presentes em nossas vidas como

companheiros de trabalhos ou através de encontros periódicos nas Universidades por ocasião de congressos ou outros do gênero.

A transmissão do conhecimento é um dom incrível e fascinante que faz do professor uma peça imprescindível na formação de qualquer profissional. Quero ressaltar a equipe de professores do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande pelo saber, profissionalismo e sensibilidade pedagógica com que conduziram as aulas. Foram momentos de intensa aprendizagem e esclarecimentos de muitas dúvidas ou ao menos despertou a necessidade por novas leituras para conhecer-se mais a fundo algumas discussões que não foram consensuais. Meus sinceros agradecimentos, respeito e admiração aos professores(as) Dr.^a Marinalva Vilar, Dr.^a Juciene Ricarte, Dr. Gervácio Aranha, Dr. Alarcon Agra, Dr. Luciano Mendonça, Dr. Iranilson Buriti, Dr. José Otávio e Dr. Roberval.

Agradeço de forma especial ao meu orientador Prof. Dr. Gervácio B. Aranha pelas contribuições, suas dicas e observações foram fundamentais para preencher as lacunas da pesquisa. Nas nossas conversas as minhas dúvidas transformavam-se em fontes desveladas que se apresentavam após um esclarecimento indicando o caminho a seguir.

Quero expressar particularmente minha admiração profissional pelo Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima. Nele encontrei a personificação do verdadeiro historiador defensor dos seus ideais e militante da concepção que defende. Nas aulas percebíamos a dedicação e profissionalismo com que conduzia as discussões apresentando as diferentes versões históricas e deixando-nos livres para escolhermos a qual seguir. Seu nível de saber está num patamar alcançado por poucos, assistir suas aulas servia de incentivo para continuar buscando o conhecimento e poder um dia aproximar-se do exemplo do mestre.

Muitos colaboradores foram essenciais para consecução desta pesquisa, principalmente os funcionários dos centros de memória da nossa história, os museus e arquivos, que sofrem com falta de estrutura para preservação desse material tão importante. A dedicação dos profissionais que trabalham nessas instituições é o que garante a preservação dos acervos documentais, que são importantíssimos para conhecermos parte da história humana. Agradeço aos funcionários do Museu Átila de Almeida, do Arquivo público de Campina Grande, do Arquivo público do Estado da Paraíba, do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – especialmente ao Sr. Adauto Ramos pelas colaborações -, da Fundação Casa de José Américo – Chico e Alex - e do Arquivo da Igreja São Francisco.

A execução de uma pesquisa depende de tempo, dedicação e recursos financeiros para custear as viagens e aquisição de livros e materiais indispensáveis ao pesquisador. Por isso, tem sido relevante o apoio dado pelo CNPq/Capes através do Programa de Bolsas REUNI de Assistência ao Ensino por conceder bolsas que possibilitam aos pesquisadores realizarem suas atividades de forma mais cômoda. A produção do conhecimento é muito valiosa e depende desse financiamento para que seja executada a pesquisa e esta possa atingir a sua finalidade que é chegar às escolas, Universidades e bibliotecas do país, levando as informações aos estudantes e pesquisadores que precisam delas.

Não posso deixar de registrar alguns contratempos que passamos no início do curso em decorrência da greve realizada pelos Professores das Universidades Federais de todo o país. As reivindicações da categoria eram justíssimas e se apresentavam como uma luta em defesa do reconhecimento dos profissionais da educação superior federal e pela estruturação material

e física dos campi das instituições federais de ensino superior. A greve durou quatro meses e paralisou as aulas da pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – PPGH/UFCG. Uma das poucas do Brasil que ficou sem aulas. Por ser um momento muito inicial do curso acarretou prejuízos ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e do calendário de execução do projeto, pois os discentes ficaram sem orientação para pesquisa e das leituras necessárias para dar prosseguimento à escrita para a qualificação. Com o retorno das aulas em agosto (2012) o calendário foi redefinido e, mesmo com alguns atropelos, o semestre pode ser concluído e, enfim, pode-se dar início às disciplinas do segundo semestre e andamento da escrita do texto para qualificação.

Agradeço ao Prof. Dr. Celso Gestemeier pela colaboração nas atividades de Bolsista REUNI. Mesmo que as aulas de América II não tenham contribuído para minha pesquisa, mas o conhecimento adquirido durante os momentos de assistência das aulas foram valiosas para a formação profissional.

Ademais, assim como os jovens no início do século XX na cidade da Parahyba se lançaram à prática esportiva concebendo-a como um exercício físico necessário para o fortalecimento do corpo e da saúde, levando a efeito os princípios do “*mens sana in corpore sano*”, claro que numa perspectiva bem diferente, vivenciei a minha paixão pelo esporte, em especial o futebol, durante todo o período da pesquisa e escrita deste trabalho, quando nas tardes de quartas-feiras, sextas-feiras e domingos me integrava ao time amador do Vasco de Mulunguzinho – a Agrovila Mulunguzinho compõe o perímetro rural da cidade de Araçagi-PB, distando uns dez quilômetros da sede municipal – para participar com os meus colegas, integrantes da equipe, das peladas e jogos amistosos.

Estes momentos foram importantíssimos para aliviar as tensões de um dia ou de semanas inteiras de dedicação à pesquisa ou escrita, principalmente quando as fontes demoravam em desvelar os fatos e o desenvolvimento da escrita ficava conturbado por não ter encontrado o fio condutor que desse sequência ao desencadeamento dos acontecimentos. Era através dos jogos de futebol que conseguia me transportar para outra dimensão, esquecendo momentaneamente a análise das fontes, só após este ritual estava novamente preparado para articular melhor as informações necessárias e dar prosseguimento ao trabalho.

O gosto pelo futebol também me causou preocupação pelas horas dispendidas em frente a TV para acompanhar os campeonatos de futebol profissional. Fossem os jogos do Brasileirão, dos campeonatos internacionais ou da Copa do Mundo 2014 – no momento final de revisão da Dissertação – me fizeram viver momentos de angústia ao ter que dividir o tempo entre os jogos e a escrita. Não sabia ao certo se estas horas eram tempos perdidos ou se me ajudava a esquecer por alguns instantes a árdua tarefa de gerar uma produção acadêmica; no final deu tudo certo. E o resultado está exposto nas páginas seguintes.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente colaboraram para que esta etapa fosse concluída.

RESUMO

O presente trabalho busca investigar a Cidade da Parahyba do Norte entre os anos de 1908 a 1925, enfocando os aspectos da instalação dos principais equipamentos modernos como calçamentos das ruas, saneamento, água encanada, luz elétrica, bonde elétrico, praças, jardins e os esportes. Com a aquisição desses melhoramentos os grupos dirigentes buscaram inserir-se num processo de mudança de concepção e afirmação de um modo de viver moderno que os projetavam como portadores de valores que os distinguiam dos costumes e práticas dos habitantes do mundo rural. Para isso, utilizaremos os jornais, revistas, documentos oficiais e imagens que expressam a relação dos grupos sociais com esses equipamentos fazendo com que eles passassem ao imaginário social como signos que simbolizavam a modernidade, percebendo nessa relação como esses elementos foram recepcionados e representados no cotidiano dos grupos sociais envolvidos. Desta feita, também utilizaremos os esportes praticados na Parahyba do Norte como parte do arsenal de símbolos usados pela sociedade parahybana para enquadrar-se numa postura comportamental alinhada com padrões modernos e civilizada. Mostraremos ainda, como se configuraram e foram construídas as tramas sociais pela prática esportiva e nas relações estabelecidas nos clubes sociais, precisamente no Club Ástrea e Cabo Branco. Assim, poderemos compreender como estavam configuradas as atividades de lazer e divertimento na capital de forma a evidenciar as estratégias adotadas pelas elites para dispor dessas práticas.

Palavras chave: cidade, modernidade, clubes sociais, esportes.

ABSTRACT

This study aims to investigate the City of North Parahyba between the years 1908 to 1925, focusing on the main aspects of the installation of modern equipment such as paving of streets, sanitation, running water, electric light, electric tram, parks, gardens and sports. With the acquisition of these improvements the ruling groups sought to insert themselves in a changing conception and affirmation of a modern way of living that projected them as bearers of values that distinguished the customs and practices of the inhabitants of the rural world process. For this, we use newspapers, magazines, official documents and images that express the relationship of social groups with such equipment causing them to go to the social imaginary as signs that symbolized modernity, realizing this relationship as these elements were received and represented in the everyday the social groups involved. This time, we will also use the sports practiced in Parahyba North as part of the arsenal of symbols used by parahybana society to fit into line with modern and civilized standards behavioral posture. Still show, as configured and social frames were built by sports practice and the relationships established in social clubs, precisely at Club Astrea and Cabo Branco. Thus, we can understand how they were configured leisure activities and fun in the capital in order to highlight the strategies adopted by the elites to have these practices.

Keywords: city, modernity, social clubs, sports.

SUMÁRIO

Introdução	11
A cidade sob a perspectiva dos esportes modernos	
Capítulo 1	
Signos que significam o moderno na cidade da Parahyba 1910-1930	
1.1 - Descrevendo um esboço de cidade	29
1.2 Pela estética da urbs: construindo a modernidade na Cidade da Parahyba.....	37
Capítulo 2	
O <i>foot-ball</i> e o <i>turf</i> na cidade da Parahyba das décadas de 1910-1920	
2.1 – O <i>foot-ball</i> na cidade da Parahyba: construindo uma prática esportiva	75
2.2 – O <i>foot-ball Association</i> nas escolas da cidade da Parahyba.....	106
2.3 – A Liga Desportiva Parahybana: as tentativas de oficialização do <i>foot-ball</i> na Parahyba.....	113
2.4 – O Hyppodromo Parahybano: os páreos tomam a cena esportiva da Parahyba.....	116
Capítulo 3	
Lugares de diversão: os clubes sociais na construção das sensibilidades e sociabilidades	
3.1 A vida social se agita: o Club Astréa e a vida elegante nos idos do século XX na cidade da Parahyba.....	125
3.2 O Sport Club Cabo Branco: o esporte como essência.....	150
4. Considerações Finais	161
5. Fontes e Referências Bibliográficas	167

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM – 1.....	30
IMAGEM - 2	54
IMAGEM - 3	57
IMAGEM - 4	62
IMAGEM - 5	66
IMAGEM - 6	89
IMAGEM - 7	102
IMAGEM - 8	103
IMAGEM - 9	105
IMAGEM - 10	106
IMAGEM - 11.....	109
IMAGEM - 12.....	110
IMAGEM - 13.....	111
IMAGEM – 14.....	112
IMAGEM – 15.....	112
IMAGEM – 16.....	115
IMAGEM – 17.....	132
IMAGEM – 18.....	134
IMAGEM – 19.....	139
IMAGEM – 20.....	140
IMAGEM – 21.....	147
IMAGEM – 22.....	159

INTRODUÇÃO

A cidade sob a perspectiva dos esportes modernos

O século XX foi um século de transformações. As primeiras décadas deste século apresentaram para o mundo a emergência de vários símbolos modernos, caracterizados por diversas práticas que alteraram definitivamente a vida e a forma de relacionamento entre as pessoas. O desencadeamento dessa série de transformações na sociedade brasileira foi processado em decorrência da expansão capitalista, a qual proporcionou o crescimento da atividade industrial, da urbanização das cidades e das inovações tecnológicas.

A vida humana foi alterada significativamente neste período, sobretudo a partir do momento em que ocorreram as primeiras levas migratórias do campo para a cidade em decorrência de alguns fatores, como a baixa produção agrícola, as secas e a centralização de terras nas mãos dos latifundiários, condições que ampliaram a acumulação de pessoas na zona urbana. Neste sentido, a cidade se configurou num espaço de concentração populacional por centralizar as instituições que concretizavam a vida cotidiana através das relações sociais, econômicas, políticas e religiosas e por apresentar-se aos retirantes como possibilidade de melhoria da condição de vida através das diversas atividades comerciais que demandavam o emprego de mão-de-obra. Assim, as urbes foram se constituindo enquanto palcos de inúmeras tramas e vários enredos dos diversos grupos sociais.

Esse processo histórico ocorreu num período em que as cidades não tinham estrutura para receber o contingente populacional vindo do campo, em virtude disto, a migração ocasionou uma ocupação desordenada do espaço urbano, produzindo um aspecto de sujeira e desorganização responsável por tornar as ruas locais propícios à infestação de doenças e epidemias devido à falta de estrutura sanitária. Posteriormente, esses ambientes se transformaram nos alvos das ações de higienização e de reformulação estética das cidades através das medidas urbanísticas de caráter sanitarista para reformar e adequar a *urbe* ao novo contexto de demanda dos grupos dirigentes, possibilitando a instalação dos equipamentos símbolos da modernidade.

O novo cenário configurado trouxe consigo novas óticas acerca do mundo e exigiu que os homens encontrassem novas regras e possibilidades de articular-se com o novo, estabelecendo assim, imposições e adequações nas relações interpessoais com os signos da modernidade, a exemplo da eletricidade, bonde elétrico, telefone, automóvel, cinema e os

esportes. Desta feita, o turfe, o remo, o *cricket*, o ciclismo, o rúgbi foram as primeiras modalidades esportivas oferecidas a partir do último quartel do século XIX pelos clubes recreativos no Brasil, em especial no Rio de Janeiro e São Paulo. No decorrer da primeira década do século XX, o futebol passou a ser incorporado nas atividades dos clubes para ampliar as alternativas de divertimento oferecidas e, conseqüentemente, poder atrair mais sócios devido a crescente procura por este esporte.

O período que constitui a temporalidade desta investigação compreende os anos entre 1908 e 1925. O ano inicial marca a chegada do futebol à cidade da Parahyba, evento inaugural que tomamos como elucidativo das primeiras articulações para configurar uma prática esportiva moderna entre os parahybanos. Início de um movimento levado a efeito pela fundação de clubes esportivos e sociais responsáveis por congregarem jovens em torno de um ideal comum: jogar *foot-ball*. Além disso, foi a partir deste momento que as transformações estruturais na cidade da Parahyba foram se tornando mais efetivas.

O recorte final foi escolhido por se tratar do momento em que a Liga Desportiva Parahybana (L.D.P.) se filiou a Confederação Brasileira de Desportos (C.B.D.). Este vínculo conferia à entidade representativa dos esportes parahybanos a legitimidade para organizar e promover atividades esportivas que fizessem parte do rol de esportes oficializados pela C.B.D. O ano de 1925 foi, ainda, o marco inicial da participação da Parahyba no Campeonato Brasileiro de Futebol, condição que exigiu da Liga e dos clubes maior organização para constituir um selecionado local para competir com as equipes de nível regional e nacional, fato que colocou o futebol parahybano no cenário esportivo nacional. Nesta época as ações do projeto de urbanização da cidade já haviam sido implementadas e as atividades dos clubes sociais aconteciam de forma mais sistemática.

No entanto, tivemos que, em algumas análises, recuar no tempo até os anos finais do século XIX para evidenciar a conjuntura da fundação do Club Ástrea e apresentar os aspectos iniciais das ações do governo estadual e municipal no sentido de realizar os primeiros melhoramentos na cidade. Na mesma perspectiva fomos buscar alguns dados referentes à década de 1930 para complementar informações que ficariam desarticuladas e sem sentido se não fosse procedida essa extensão temporal.

Para explorar este tempo pretérito que se desvela a nossa frente como uma terra desconhecida sobre a qual só temos indícios legados pela imprensa periódica faremos uso dos jornais e revistas que funcionaram como fios condutores na tessitura da teia constitutiva das relações sociais empreendidas naquela época.

Todo o processo de difusão das ideias, concepções e novidades que circularam nas principais cidades brasileiras trazidas pelos ventos modernos vindos da Europa foram veiculados nas páginas da imprensa brasileira, que funcionou como porta-voz dos grupos dirigentes para evidenciar os projetos de cidade que seriam construídos através da instalação dos equipamentos da modernidade.

A utilização de periódicos como fontes na pesquisa histórica tem sido campo de questionamentos e discussões entre historiadores, sobretudo pela definição de uma metodologia a ser empregada na análise e enfrentamento de fontes desta natureza. Os jornais do final do século XIX e início do XX, no Brasil e na Parahyba, são caracterizados por estarem atrelados a algum grupo político e servirem como plataforma de defesa dos princípios políticos e ideológicos do setor que representava, por isso são concebidos pelos historiadores como “formativos, doutrinários e apaixonados” (CAMARGO, 1969, p. 226).

Esse posicionamento é o principal ponto de crítica ao uso dos periódicos como fontes de pesquisa histórica sem que seja procedida uma análise detalhada da função do jornal no meio em que atuava. As concepções e valores expostos nas páginas dos jornais carregam em si uma série de ideais que procuravam expor e formar certa visão sobre determinado assunto, geralmente, usado para legitimar a posição do grupo que estava à frente do periódico. O objetivo dele era criar uma verdade que transparecesse para a sociedade da época e das gerações futuras que aquele órgão da imprensa fez uma narrativa fiel da realidade histórica daquele momento.

Neste sentido, o historiador deve estar atento a algumas singularidades presentes nos jornais ao proceder à utilização deles enquanto fonte documental, pois os poderes estatais e privados fizeram uso deles para estabelecer suas verdades históricas e cristalizar impressões sobre o período. Verdades estas que apareceram de forma fragmentária, divorciada e simplificada em relação ao contexto histórico em que foi produzido. Como resultados dessas construções ocorreram silêncios e omissões de personagens e fatos que não estavam alinhados com o posicionamento dos proprietários dos jornais.

O conhecimento que temos acerca de uma época passada é fruto do registro deixado por indivíduos, geralmente detentores de uma posição autorizada de fala, que vivenciaram situações e problemáticas da vida cotidiana sobre as quais construíram suas opiniões com base na concepção de mundo que detinham. Esta proximidade dos homens com os fatos faz com que haja um envolvimento decisivo na construção do ponto de vista sobre sua época e seus problemas, condição que fazia dos cronistas da imprensa propensos transmissores do projeto de sociedade idealizado pelas elites sociais.

Levando em consideração as observações realizadas acima se faz necessário evidenciar a posição dos principais periódicos que serviram de fonte para esta pesquisa, que foram: o jornal A União; O Norte e a Revista Era Nova. Pois, é importante ressaltar a posição e o lugar de quem falava através dos jornais e revistas para compreendermos os discursos publicados nos artigos e crônicas.

O jornal A União se constitui numa peculiaridade no histórico da Imprensa parahybana, caracterizada pela efemeridade dos periódicos, por ser o único que continua sendo publicado na Parahyba desde o ano em que foi lançado seu primeiro número. Tal condição só lhe foi possível devido ao fato de ter surgido sob a égide do poder do governo estadual e por pertencer ao Partido Republicano Conservador. Sua fundação data de 2 de fevereiro de 1893 e teve como principal idealizador o então presidente do Estado Álvaro Lopes Machado¹ que encarregou a folha do compromisso de ser o órgão de defesa do governo contra as críticas à administração pública e como meio de propaganda para divulgar suas principais realizações. “A partir de 1910, passou A União a servir como órgão oficial” (MARTINS, 1977, p. 31).

Um jornal produzido pela elite social e política que tinha como receptáculo os seus próprios pares, pois contou desde o seu nascedouro com colaboradores ligados a política estadual, como Gama e Mello, Castro Pinto, Heráclito Cavalcanti, Francisco Coutinho de Lima e Moura, entre tantos outros.

Em poucas palavras os fundadores do jornal resumiram seu programa editorial expondo para a sociedade interessada a linha jornalística que seguiriam. “Ei-lo: digamos o nosso programa em uma palavra, e sem nenhuma observação preliminar: é uma folha política, um jornal de partido que apresentamos hoje ao público” (MARTINS, 1977, p. 26). Além de servir ao governo para reafirmar sua imagem de bem feitor e benemérito das ações em prol da construção de uma sociedade pautada nos ideais de progresso e modernidade, também funcionou como um trampolim para os seus colaboradores ingressarem na carreira política ou alcançarem altos cargos na administração pública ou no judiciário.

A postura editorial do jornal A União é facilmente identificada em suas páginas, em que fazia constar as ações da administração estadual, sobretudo daquelas voltadas para o melhoramento urbano da capital, como as obras de saneamento, iluminação, calçamento, transporte e a construção de praças e prédios públicos com estética moderna. A divulgação

¹ Álvaro Lopes Machado era Major do Corpo de engenheiro do Exército e foi convocado pelo Marechal Floriano Peixoto para dirigir o Estado e promover a implantação da ordem republicana na Parahyba. (Martins, 1977, p. 15).

desses atos servia para identificar a imagem do Presidente do Estado com outros idealizadores da modernidade como Haussman na França e Pereira Passos no Rio de Janeiro, apresentando-o como patrono da chegada dos novos tempos na cidade da Parahyba.

As notícias políticas preenchiam quase todo o corpo das páginas, mesmo as colunas destinadas às notas sociais não fugiam dessa dinâmica ao apresentar personagens e fatos ligados ao cotidiano de indivíduos de realce da sociedade, que eram partidários do grupo governista. A chegada ou partida de um político ou pessoa de prestígio do meio social ligada ao governo ensejava a publicação de felicitações. Os clubes sociais e esportivos mencionados no jornal, geralmente, pertenciam à elite dirigente e contava com pessoas do círculo de amizades dos jornalistas como, por exemplo, Heráclito Cavalcanti, Anchises Gomes, Oscar Soares, João Da Mata, entre outros, ou seja, as pessoas não gradas aos redatores eram simplesmente ignoradas das páginas do jornal.

A análise realizada pela pesquisadora Fátima Araújo sobre alguns editoriais do jornal A União levou-a a concluir que o posicionamento editorial deste periódico se voltava para defesa dos interesses elitistas, sobretudo por que:

(...) reproduz única e exclusivamente a ideologia dominante, em assuntos que variam entre política - os atos do governo e os deslizes cometidos pelos partidos oposicionistas, visitas de autoridades à Paraíba, mensagens de esperança dirigida ao povo e apologias a homens e obras públicas (ARAÚJO, 1983, p. 113).

Com esta postura o jornal procurava passar a imagem de uma cidade sem problemas, em que os símbolos do moderno eram apresentados como sinais dos novos tempos e redutores de todos os males da sociedade, como se toda a população concordasse com as transformações e demolições pelas quais estava passando a Parahyba nas duas primeiras décadas do século XX. Além disso, procurava desvalorizar a cultura popular apresentando como os únicos divertimentos dignos das famílias parahybanas os promovidos pelo Club Ástrea, Cabo Branco e pelos clubes esportivos pertencentes aos jovens das famílias abastadas.

Com uma proposta redacional independente e bem elaborada do ponto de vista técnico foi criado o jornal O Norte, em 7 de maio de 1908, pelos irmãos Oscar e Orris Eugênio Soares. Este último um jovem de muito talento com inclinação para a literatura que “conseguiu dar ao jornal, em sua fase inicial, uma feição técnica considerável. Assim, a reportagem era abundante, a exploração dos fatos, minuciosa, observando-se ainda boa seleção dos colunistas” (ARAÚJO, 1983, p. 115).

A posição inicial dos editores primava por seguir uma linha jornalística independente desvinculada de qualquer partido político, desta forma pretendia conseguir levar à população informações de interesse social sem compromisso partidário. No entanto, “7 anos após sua fundação – 1915, não suportando mais as dificuldades financeiras, deixou a imparcialidade e iniciou a campanha epitacista contra o walfredismo, passando a ser considerado órgão oficial do epitacismo” (ARAÚJO, 1983, p. 115).

A aproximação política do jornal O Norte com o grupo epitacista não significou transformá-lo no órgão da imprensa oficial, mas passou a reproduzir os atos governamentais publicados pelo jornal A União. Contudo, manteve uma postura ambígua no tocante à administração pública, em que ressaltava as ações do governo e ao mesmo tempo trazia notas de crítica à precariedade dos serviços oferecidos à sociedade, por esta posição Fátima Araújo afirmou que:

(...) a ideologia do jornal O Norte é a dominante, com requintes, muitas vezes, de oficialidade, devido ao conservadorismo que apresenta em alguns de seus editoriais. Através de muitas dessas peças opinativas, a linha do jornal apresenta-se ambígua, não conseguindo, o leitor, identificar, com facilidade, o posicionamento do órgão. Como exemplo, os editoriais que começam elogiando o governo, ou o sistema, acabando por apontar algumas falhas (ARAÚJO, 1983, p. 119).

Esta atitude dos editores refletia dois aspectos da realidade da imprensa parahybana. Por um lado buscava-se assegurar os recursos econômicos que garantissem a publicação do jornal, pois se tratava de algo muito dispendioso para as parcas finanças da folha que contava com poucos assinantes; por outro se temia sofrer as sanções do governo em decorrência da emissão de críticas que poderiam ocasionar num pedido de empastelamento do periódico tirando-o de circulação. Por isto, os jornalistas adotavam a estratégia de “servir a dois senhores” ao publicarem notas sobre a administração, mas sem deixar de veicular os reclames da sociedade contra os serviços públicos.

As transformações urbanas prenunciavam a chegada de um novo tempo. Para registrar essas mudanças fazia-se necessário a criação de um periódico que simbolizasse esse novo momento. Se aproximando desse objetivo foi fundada na cidade de Bananeiras a Revista Era Nova. Em 27 de março de 1921 sua publicação passou a ser realizada na cidade da Parahyba. Era uma revista de variedades destinada a noticiar sobre literatura, moda, cinema, teatro, exposições de arte, festas nos clubes sociais e esportivos, procurando desta forma evidenciar os novos símbolos da modernidade.

Adotou uma posição de difusora dos signos da nova era, mas mantinha um “caráter conservador de apego aos traços do romantismo do século XIX” (WANDERLEY, 2010, p. 120). A revista também publicava as realizações do governo estadual, do qual recebia subvenções que garantia sua publicação, além de “constar como diretor o jovem Severino de Lucena que era filho do então Presidente do Estado Sólton de Lucena” (MORAIS, 2010, p.143). Neste sentido, observamos que se tratava de um periódico destinado a um público específico: a elite social urbana, que se apresentava desejosa por conceber e incorporar as novidades que apontavam para os novos modos de viver.

Através das posições adotadas por esses periódicos, que se mantiveram sempre vinculados aos grupos dirigentes, podemos compreender as ausências dos populares no processo de construção das concepções modernas ou figurando como atores sociais nas atividades realizadas pelos clubes sociais e esportivos.

Levando em consideração as características e a ideologia dos periódicos que compõem o *corpus* documental desta pesquisa, não o utilizaremos como expressão da realidade do contexto histórico que retrata, para isto procurar-se-á realizar uma leitura a contrapelo destas fontes para poder extrair delas as informações que estão nas entrelinhas e que podem revelar aspectos importantes e esclarecedores para compreensão da conjuntura social da época. Este procedimento se dará através do confronto de dados entre as fontes, correlacionando-as com a bibliografia referente à temática pesquisada.

Seguindo este prisma buscaremos evidenciar como os jornais registraram as experiências modernas, esportivas e de lazer construídas a partir das inter-relações sociais estabelecidas na vivência cotidiana dos indivíduos com estes elementos no espaço urbano da capital parahybana.

Na Cidade da Parahyba, o futebol começou a ser praticado no ano de 1908. Assim como ocorrido nas demais cidades brasileiras, de início não houve muita empolgação como se comprova nas pouquíssimas notícias divulgadas no jornal A União já no ano de 1912. Nesse jornal as matérias referentes a este assunto ocupavam pequenos espaços e limitava-se a convocar os sócios dos clubes para assistir a um *match*, informar aos jogadores os dias de treinos, anunciar reuniões para eleição de novas diretorias e convidar para bailes dançantes e soirées na sede social. A rejeição ao *foot-ball* se deu porque muitos, inicialmente, viram este esporte como uma prática negativa em função da maneira truculenta como era praticada e pela falta de conhecimento sobre essa atividade que só conseguiu ganhar maior projeção nos anos da década de 1910, em especial nas cidades como Rio de Janeiro e São Paulo onde em pouco

tempo os esportes assumiram a condição de práticas representativas do mundo moderno e figuravam como elementos distintivos para as elites sociais.

Os hábitos culturais vivenciados pelos habitantes das capitais do sudeste apresentavam uma dinamicidade maior em relação à cidade da Parahyba porque aquelas urbes mantinham um intercâmbio constante com os ingleses, franceses e outros imigrantes responsáveis por difundir novos costumes para aquelas sociedades. Da relação com os ingleses, estabelecida através dos trabalhos nas fábricas, indústrias e ferrovias, surgiu o contato com os esportes, que inicialmente não foi dos mais empolgantes, mas em poucos anos transformou-se numa atividade de afirmação e distinção dos jovens aristocráticos. Assumindo a feição de prática moderna e representativa de sociedades civilizadas, o esporte foi rapidamente incorporado aos elementos que uma cidade precisava dispor para tornar-se moderna. Nesta perspectiva, os jovens parahybanos que estudavam na Capital Federal, Bahia ou em Recife e tiveram contato com o *foot-ball* foram os responsáveis pela incorporação dos novos hábitos de lazer ao cotidiano dos cidadãos da urbe parahybana, fato que reconfigurou o panorama da cidade e estabeleceu a criação de novos espaços de sociabilidades para a elite dirigente, tais como os clubes sociais, recreativos e esportivos. Ademais, estar inserido neste ambiente significava pertencer a um seleto grupo que podia dispor dos signos representantes de um novo viver moderno.

Assim, captaremos as nuances do envolvimento da cidade da Parahyba no processo de modernização pelo viés do esporte e do lazer que determinou a construção de espaços adequados para sua prática, estabeleceu novas sociabilidades através dos clubes sociais e esportivos e novas relações foram estabelecidas nos campos, arquibancadas e nas ruas quando a cidade se agitava em dias de jogos. Sendo assim, procuraremos demonstrar a relevância dos novos hábitos e costumes assimilados pela sociedade parahybana, através dos esportes, para o entendimento da conjuntura sociocultural vivenciada no início do século XX.

Esse esforço de compreensão se faz necessário porque há algumas décadas era impossível pensar a temática dos esportes enquanto objeto de estudo histórico. As poucas referências que temos sobre o esporte antes dos anos de 1970 são esforços de cronistas esportivos, jornalistas, literatos e memorialistas² que se dedicaram a descrever feitos e glórias dos seus times de coração. Advém dessa tradição memorialística a principal crítica aos escritos da época que não se preocupavam em questionar as informações. As pesquisas que se

² Os livros escritos por esses apaixonados por esportes são, na verdade, tentativas de preservação da memória por meio da história de um clube ou pela descrição da constituição de um esporte sem que haja preocupação na discussão e análise das informações apresentadas.

propuseram a estudar fenômenos de massa como, por exemplo, os esportes que por envolverem significações do campo simbólico e psíquicas, sempre foram caracterizadas como análises da Sociologia ou Antropologia, posição historiográfica que afastava a seara esportiva do clivo dos historiadores.

Neste sentido, para alguns pesquisadores, a temática dos esportes padecia de uma falta de clareza conceitual por se tratar de um fenômeno complexo pela multiplicidade de dimensões que expressa. E, que por se tratar de uma abordagem relativamente nova, precisava consolidar um arcabouço teórico e metodológico para fundamentar as pesquisas, abrindo a possibilidade de abordagem dessa temática para outras áreas do conhecimento, sobretudo ao campo historiográfico.

Foi a partir do aumento da produção historiográfica sobre os esportes na última década do século XX e início do novo milênio e pelas discussões travadas em torno dessa problemática pôde-se construir um repertório teórico-metodológico capaz de suprir essas carências. Mudança possibilitada pelo alargamento do campo histórico, que nas décadas de 1970 e 1980 apresentaram aos historiadores brasileiros discussões que apontavam para mudanças transformadoras na perspectiva da abordagem histórica, sobretudo a partir dos desdobramentos da terceira geração da Escola dos Annales resultando na criação da Nova História Cultural, que emergiu como uma espécie de refúgio dos historiadores das mentalidades, pois “procurou defender a legitimidade do estudo do mental sem abrir mão da própria história como disciplina ou ciência específica (...)” (VAINFAS, 1997, p. 148). Sua abordagem primou pela busca de compreender “como as práticas e experiências, sobretudo dos homens comuns, traduziam-se em valores, ideias e conceitos sobre o mundo” (PESAVENTO, 2005, p. 32).

A própria história cultural ao pretender figurar como uma nova possibilidade de análise para os historiadores sofreu as injunções das concepções positivistas e “foi descartada pelos seguidores de Leopold Von Ranke, considerada marginal ou amadorística, já que não era baseada em documentos oficiais dos arquivos e não ajudava na construção do Estado” (BURKE, 2005, p. 17). Era uma concepção em busca de legitimidade apontando para um novo método de conceber a análise histórica através das representações, pensamentos, modos de viver, experiências, práticas, tradições culturais e valores de uma dada sociedade. Estas são dimensões sociais capazes de revelar informações negligenciadas por outras formas de abordagens que priorizavam apenas aspectos políticos e econômicos.

A análise das práticas tornou-se um paradigma da Nova História Cultural possibilitando a emergência de novos objetos de pesquisa historiográfica relacionados aos

modos de vida e tradições culturais dos povos. Neste sentido, “graças a essa virada em direção às práticas, à história do esporte, que antes era tema de amadores, tornou-se profissionalizada” (BURKE, 2005, p. 78). Esta possibilidade abriu espaço para legitimar a problemática dos esportes enquanto campo de investigação histórica. Através desta abertura os historiadores puderam compreender aspectos do envolvimento das sociedades com as práticas esportivas.

Estes estudos evidenciaram questões importantes dessa relação, sobretudo analisando a representação e a simbologia que determinados esportes criaram no imaginário social que apontavam para dimensões políticas, econômicas, culturais e ideológicas concebidas a partir das apropriações que os diferentes grupos sociais fizeram ao incorporar as atividades esportivas ao seu cotidiano, constituindo-se como fontes reveladoras de uma sociedade e de uma época.

Nesta perspectiva, a história cultural possibilitou aos historiadores pleitear novos campos de pesquisas, fato que resultou num deslocamento de interesses suscitado por problemáticas que apresentavam novos elementos para compreensão das relações sociais. As possibilidades criadas por esta nova abordagem permitiu “pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2005, p. 15). Desta feita, a temática dos esportes foi elevada a condição de objeto de estudo para os historiadores, permitindo-lhes o entendimento de conjunturas específicas como a que se constitui no conteúdo deste trabalho, em que os esportes e o lazer aparecem como elementos constitutivos de um modo de viver moderno representativo da dinâmica social que os grupos dirigentes procuraram imprimir através dos projetos de transformação urbana.

Podemos apontar ainda como fatores para mudança da postura dos historiadores diante dos esportes as discussões em Simpósios Temáticos e Congressos realizados por Universidades nacionais, a criação de revistas especializadas na área incentivando a publicação e a abertura das discussões em cursos de pós-graduação. Mesmo assim, algumas correntes históricas mais dogmáticas ainda rejeitam perceber as práticas esportivas enquanto possibilidades para uma visão mais abrangente da sociedade e cultura humana. Mas a necessidade de entender as atividades culturais e o fazer dos agentes sociais em seu cotidiano abriu novas perspectivas para os estudos sobre esportes.

Com a perspectiva da História cultural foi possível fazer releituras de assuntos clássicos e trazer à tona problemáticas da nossa história mantidas em silêncio. Esses novos enfoques possibilitaram colocar em cena grupos sociais portadores de novas aspirações e experiências de vidas expressas através das redes de sociabilidades estabelecidas por meio de

projetos ideológicos e práticas culturais construtora de uma nova conjuntura moderna. Além disso, permitiu abordar temas a partir de um novo repertório de fontes para cercar por todos os ângulos o objeto de estudo, atribuindo assim, maior rigor histórico aos fatos e, por meio de diálogos com outras ciências, apresentou novos olhares para questões já cristalizadas na historiografia nacional.

Neste sentido, concebemos a cidade como palco das transformações operadas no campo social resultante da incorporação de hábitos que só se tornaram possíveis com a chegada dos equipamentos modernos e da descoberta do espaço urbano enquanto lugar de afirmação de uma nova sociedade. Esse processo fazia parte do projeto para formação do novo modelo de nação brasileira, em que se buscava romper com os vínculos coloniais e rurais vistos como sinal de incivilidade e atraso. Medidas como o incentivo a imigração, a chegada dos símbolos modernos – trem, bonde, luz elétrica, as roupas, os hábitos -, as reformas urbanas, as primeiras máquinas industriais importadas da Inglaterra e, em certa medida, a abolição da escravidão fazem parte do esforço civilizador brasileiro.

Os imigrantes, sobretudo os ingleses, tiveram papel importante na configuração de um novo repertório de hábitos e costumes incorporados pela sociedade brasileira, que cumpriram o dever de servir como elementos de distinção para manter a divisão social entre as elites e o contingente de negros postos em liberdade com o fim da escravidão.

Os altos funcionários ingleses enviados ao Brasil para trabalhar nas companhias de gás, nas ferrovias e nas indústrias trouxeram consigo, além do conhecimento técnico especializado da tecnologia industrial, práticas culturais como o gosto pelo futebol e o hábito associativo dos clubes sociais ingleses, que foram reproduzidos na vivência diária entre seus pares. São Paulo e Rio de Janeiro vivenciaram com mais ênfase essa realidade devido à migração estrangeira ter sido mais intensa nestas capitais.

Cidades como a Parahyba também passaram por este processo, só que numa dimensão menor devido à reduzida presença de imigrantes. Contudo, a Companhia Great Western of Brazil Railway que operou na Parahyba e em outros Estados da Região Nordeste, contava com técnicos ingleses que se estabeleceram na capital parahybana para comandar os serviços de instalação dos trilhos e operação das máquinas.

Esta presença pode ter se constituído numa das primeiras vias de contato dos parahybanos com o *foot-ball*, pois algumas pesquisas sobre as estradas de ferro apontam que nos relatórios produzidos pela companhia constava como atividade de lazer praticada pelos operários nos momentos de descanso o jogo com bola. O primeiro trecho de ferrovia construído na Parahyba ligava a capital à cidade de Mulungu que foi iniciado em 1880 e

concluído em 1901. Data deste momento um maior contato dos parahybanos com os costumes dos imigrantes europeus.

Também não podemos esquecer, mesmo que seja num passado mais distante, que a dinâmica colonial brasileira mudou sensivelmente com a transferência da Corte Portuguesa para os trópicos em decorrência das invasões napoleônicas. A presença dos nobres portugueses alterou as relações sociais, pois consigo trouxeram padrões de comportamentos, códigos de conduta e postura, novos hábitos e costumes. Além de ter requerido reformas estruturais para instalar as instituições necessárias ao funcionamento da Coroa Portuguesa como Banco, biblioteca, órgãos burocráticos da administração e espaços adequados para a realeza e sua corte reproduzirem o repertório cultural vivido em Portugal.

Cabe ressaltar que essa era uma conjuntura inicial que não concorreu para a construção de um cenário que apresentasse as principais cidades brasileiras, das primeiras décadas do século XX, como lugares aprazíveis, urbanizados e dignos de serem frequentados. A carência de infraestrutura urbana envergonhava a elite social da capital federal que não queria repassar aos visitantes europeus uma impressão negativa para estes não reproduzirem no velho mundo que as cidades brasileiras eram sujas e desprovidas de progresso. Para suprir essa imagem negativa os grupos dirigentes passaram a promover ações visando tornar o ambiente urbano propício para receber os equipamentos do mundo moderno e assimilar os hábitos e costumes “civilizados”, dentre os quais estavam às atividades esportivas.

Mas, nem todas as práticas culturais legadas pela influência inglesa no Brasil contaram com a rápida aceitação pelos brasileiros, sobretudo no que diz respeito ao esporte bretão. Pois, como tudo que é novo provoca estranheza, indiferença ou, até mesmo, certa rejeição, com os esportes não foi diferente. Na fase inicial dos primeiros contatos com as modalidades esportivas alguns intelectuais colocaram em questão os benefícios que a prática dos exercícios físicos poderia trazer para a saúde.

Os discursos médicos em voga no século XIX contribuíram para reafirmar tais concepções ao colocarem as práticas esportivas como atividades degenerativas do corpo e da saúde, recomendando aos jovens que evitassem qualquer esforço mais pesado. Alguns intelectuais encabeçaram uma frente de combate aos esportes e muitas foram as discussões veiculadas nos jornais da época em que os exercícios ginásticos eram concebidos como “inibidores do intelecto e a humilhação dos homens de pensamento (...)” (PEREIRA, 2000, p. 49).

Outra corrente de intelectuais defendia que o futebol era um jogo essencialmente violento por haver muita disputa física, por isto só deveria ser praticado por jovens instruídos

intelectualmente e portadores dos princípios de cavalheirismo para não tornar o esporte em uma prática de bárbaros. Porém, esta concepção tinha uma ideologia elitista em sua base, por que apenas a parcela dos jovens da elite era letrada, desta forma, excluía-se a população pobre e negra dos clubes esportivos e sociais.

Esta exclusão perdurou por alguns anos até que a competição entre os clubes em busca da vitória fez emergir a necessidade de dispor dos melhores jogadores. A habilidade, a ginga e a agilidade adquirida nas rodas de capoeira qualificavam os negros como os melhores jogadores. Mas, foram poucos que dispunham desta condição e, mesmo aqueles que chegaram aos clubes esportivos de elite, sofriam com o preconceito dos outros atletas e torcedores. Questão que continua mascarada até os dias atuais e, vez por outra, ocorre um caso novo para lembrar que o preconceito de cor permanece vivo.

Décadas depois a própria ciência mudaria seu discurso passando a ver nos esportes um elemento essencial para formar uma juventude saudável. O culto pelo corpo e a beleza sugeriu uma nova concepção de esporte atribuindo-lhe a função de moldar um novo padrão de homem - forte e musculoso. Indicando que os jogos assumiram diferentes significados a depender da necessidade e das aspirações sociais do momento.

Alheios a esses debates os jovens apaixonados pelos jogos empreendiam-se em verdadeiras disputas simbólicas pelos prados, no mar, nos campos e nas pistas. Os *sportmans*³ não se abateram diante da resistência e estranhamento inicial da sociedade causado pela prática de esportes como o remo – que mostrava os corpos dos homens *seminus* – e do futebol por parecer violento. Mesmo assim, essas atividades continuaram se expandindo e despertando a atenção e interesse da sociedade. As manifestações em torno das modalidades esportivas afloravam sentimentos de toda ordem, tensões sociais, sociabilidades, divisão social, pertencimento, repúdio e admiração.

O fenômeno esportivo passou a configurar relações simbólicas e dimensões articuladas ao social, cultural, econômico, político, estético e disciplinar. Além disso, integrou-se perfeitamente a dinâmica da cidade moderna e ao modo de vida do ser moderno prestando-se como elemento de distinção dos jovens ricos. Estes signos transformaram completamente o cotidiano urbano das cidades que serviram de palco aos novos empreendimentos. Seguindo esta tendência, no Brasil de fins do século XIX e princípios do século XX, os esportes chegaram como parte do processo de incorporação das novas práticas culturais sob domínio do capitalismo.

³ Termo inglês que significa: 1. Esportista. 2. Pessoa que gosta de esporte. 3. pessoa direita, homem dotado de espírito esportivo. 4. bom perdedor. Dicionário Michaelis – UOL.

Estes passaram a ostentar a qualidade de signo do novo figurando entre as práticas culturais modernas cujo significado ia além do que se supunha tratar-se apenas de uma atividade física. Mas, os esportes, em especial o futebol, são atividades que envolvem diversas problemáticas sociais, históricas e culturais de uma sociedade ao apresentar questões relevantes para elucidar a forma de apropriação, uso e transformação do espaço urbano e das modificações nos hábitos e costumes das pessoas em decorrência da prática dos esportes como uma modalidade de lazer inaugurada no início do século XX na cidade da Parahyba.

Nesta perspectiva, buscamos estabelecer o diálogo com pesquisadores que pensaram a cidade através da lógica da modernização e da assimilação dos signos modernos ao cotidiano da sociedade. Para isso, faremos uso das concepções apresentadas por Waldeci F. Chagas⁴, visto que esse pesquisador fez um exercício de reflexão sobre as singularidades da modernização na Cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930. Ele evidenciou que a urbanização/modernização foi percebida de diferentes maneiras pela população, visto que alguns se posicionaram contrários e outros a favor. Este trabalho ressalta ainda como os parahybanos incorporaram no seu cotidiano novos hábitos que lhes inseriam no mundo moderno, como o ato de ir à praia, ao cinema, à praça, aos salões, aos cafés e aos clubes sociais, evidenciando o alargamento das possibilidades de socialização para os cidadãos.

Além do mais, este pesquisador analisou as representações sociais que os habitantes da cidade da Parahyba criaram a respeito dos equipamentos modernos instalados na cidade. Análise que nos possibilita perceber como se deu o processo de recepção desses símbolos e o que eles representaram na mudança de comportamentos e costumes dos parahybanos.

Trilhando este caminho, Ricardo Figueiredo Lucena⁵ nos possibilita melhor entendimento da função do esporte para efetivar os propósitos da modernidade e como ele possibilitou pensar a complexidade e transformação das relações humanas na sociedade do Rio de Janeiro e São Paulo a partir do envolvimento dos sujeitos sociais nos esportes instalados nas cidades.

O olhar lançado por LUCENA (2001) sobre o lugar do esporte na sociedade abriu um leque de alternativas para investigarmos o surgimento das múltiplas configurações iniciadas nos clubes recreativos e sociais que foram estendidas para o espaço do campo de

⁴ Para maiores informações consultar: CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na cidade da Parahyba nas décadas de 1910-1930**. Recife, 2004. (Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFPE).

⁵ Ver detalhes em: LUCENA, Ricardo de F. **O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro**. Campinas, SP: Autores Associados, CBCE, 2001. (Coleção educação física e esportes).

futebol, sobretudo, após a edificação das arquibancadas, em que os indivíduos passaram a manifestar os sentimentos e as emoções de uma sociedade marcada pelos laços de relacionamento restritos ao ambiente do casarão.

A instituição de novos espaços e a reconfiguração da paisagem da cidade alterou sensivelmente os hábitos dos cidadãos da urbe, através da adoção de novos padrões de lazer e recreação social. Não deixaremos de perceber o significado simbólico das atividades esportivas para os jovens filhos da elite, por esta ter se constituído em um campo da efetivação da dominação desse grupo. Ademais, seguiremos a dinâmica dos grupos sociais na apropriação e significação dessas práticas nos seus espaços de sociabilidades e como esses personagens criaram para si estratégias de conviver e ter acesso aos signos modernos.

Neste contexto, os emblemas da modernidade foram criados para o deleite de poucos, porém a camada menos favorecida resistiu a esta imposição, estabelecendo relações complexas pela forma de apropriação que as classes sociais fizeram dos novos espaços da cidade. Assim podemos perceber que:

Nos espaços da cidade coexistem diversos e complexos tipos de territorialidades, que se manifestam na paisagem urbana tanto como forma de expressão de domínio e poder, como também na forma de resistência às transformações impostas por grupos dominantes (SILVA, 2000, p. 61).

A obra de Leonardo Affonso de M. Pereira⁶ é um dos estudos mais reveladores das modalidades esportivas praticadas na cidade do Rio de Janeiro, esse autor aborda como a elite carioca apropriou-se do futebol transformando-o numa prática elegante e símbolo do cosmopolitismo dos jovens da época. No percurso trilhado pela narrativa afloram as evidências da intervenção dos esportes no ideal moderno buscado pela classe dominante que procurava apresentar-se moderna e elegante. Destaca ainda as tramas sociais processadas nos ambientes onde se praticava o esporte e o embate dos grupos sociais na busca de serem inseridos na modernidade requerendo seu lugar no futebol.

Semelhante abordagem foi realizada por Mário Filho⁷ quando fez um percurso histórico da inserção gradativa do negro no futebol. Mesmo ele não tendo evidenciado a lógica da modernização na cidade como parte do processo para introdução do esporte, ainda assim podemos perceber através da reconstituição da fundação dos clubes de futebol os propósitos da elite em garantir seu *status* social e apresentar-se para o mundo como

⁶ Cf. PEREIRA, Leonardo Affonso de M. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. (Coleção Histórias do Brasil).

⁷ Cf. MARIO FILHO. **O negro no futebol brasileiro**. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

civilizados e agentes da modernidade. Os clubes configuraram-se em elementos modernos atraindo as mais distintas famílias da sociedade desejosa por novos atrativos.

Na historiografia local, ressaltamos o trabalho de Walfredo Marques⁸ visto que ele descreve a constituição dos primeiros clubes destinados à prática do futebol na cidade da Parahyba e a criação da Liga Desportiva Parahybana (L.D.P.). A importância desta obra consiste na riqueza dos elementos e informações referentes aos clubes criados na Parahyba e de como os cidadãos parahybanos relacionavam-se com eles.

A historiografia relacionada acima contempla a modernização em cidades como a Parahyba, Rio de Janeiro e São Paulo no advento do século XX, como também a difusão dos esportes, em particular o futebol, nas respectivas cidades. Elas nos possibilitam compreender a dinâmica histórica, social e cultural do período em discussão, nos fornecendo elementos importantíssimos para a percepção do esporte como um “traço visível que permite múltiplos olhares sobre a cidade e a vida urbana” (LUCENA, 2001. p.15).

Em decorrência desse fato, a prática e a vivência diária com os esportes estão permeadas de manifestações e atitudes dotadas de significação e como um meio possível de “leitura da sociedade, de suas mazelas e conquistas, de suas preferências e imposições” (LUCENA, 2001. p.15). A modernidade se fez presente nas ações dos governos das cidades que mantinham um elevado fluxo de relações com as metrópoles europeias, sendo que o cerne desta tendência no Brasil foi o Rio de Janeiro, inspirado no modelo de urbanização da França.

Neste sentido, se faz necessário perceber como a modernidade serviu para diversos fins em meio a uma sociedade extremamente heterogênea. Modernidade entendida segundo a conceituação de REZENDE (1997, p. 46) “como um estilo, costume de vida ou organização social, que tem como fundamento o progresso e o gosto pelo novo”. A introdução de novos valores ao cotidiano das pessoas foi uma das características marcantes desse processo, pois, “a modernização representou a incorporação de outros valores em substituição ao que existia anteriormente” (LE GOFF, 2003, p. 185), assim sendo, foi a partir da tendência modernizante que a sociedade criou novos padrões de sociabilidade, mudando consideravelmente o estilo de vida das pessoas e impôs usos e costumes contrários aos padrões éticos e morais da época.

⁸ Cf. MARQUES, Walfredo. **A história do futebol parahybano** – 1908-1968. João Pessoa: A União, 1975.

Para Gervácio Batista Aranha⁹ é impossível falar em vida moderna no Norte, no período estudado, tomando como parâmetro a ideia de ritmo social do tipo que serve para caracterizar as capitais culturais europeias do período oitocentista. Na reflexão desse autor, há um distanciamento entre o que se concebia como moderno na Europa e as experiências vividas pelas cidades no Brasil. Ele sugere que existem limites físicos determinantes a serem considerados quando a análise a ser feita recair sobre a modernidade em cidades do porte da Parahyba nas décadas iniciais do século XX. Desta feita, (...) “resta a alternativa de pensá-la com base no impacto provocado por certas conquistas materiais que passam ao imaginário urbano como símbolos do moderno” (ARANHA, 2005, p. 79).

A concepção de modernidade criada em torno dos esportes legou acentuada importância a ambientes que antes eram vistos como vergonhosos aos olhos de quem vislumbrava uma cidade urbanizada e saudável. Não era suficiente apenas implantar novas modalidades e áreas destinadas aos esportes, necessitava-se tornar estas atividades aprazíveis e dignas de serem praticadas e vistas pelos grupos sociais visando atender aos anseios de diversão da classe abastada.

Foi a partir de pequenas iniciativas visando aformosear a cidade que novos espaços foram surgindo na composição urbana e prontamente serviram para diferentes formas de apropriação pelos sujeitos sociais. As novas configurações dos lugares impostas pelo urbanismo evidenciou claramente a distinção entre os grupos sociais pela forma de uso que cada indivíduo fez dele. As praças, parques, jardins e os clubes esportivos configuraram ambientes destinados ao lazer das elites que buscavam usufruir com exclusividade desses espaços.

Esta busca em resguardar para si as benesses de um projeto pensado para poucos se explicava pela relação de pertencimento que as pessoas mantinham com seu círculo de amizades em determinada área, isto se processava por que o uso do espaço urbano criou uma representação simbólica para determinados ambientes – praças, jardins, parques, clubes, cinemas, cafés e o teatro – em que a elite dirigente buscou legitimá-los como seus, passando a estabelecer hábitos de convivência que serviam como sinais de afirmação e reconhecimento daquele grupo. Nestes locais as senhoras, as senhoritas e os cavalheiros exibiam-se em seus trajes elegantes da última moda parisiense, visando instituir a imagem de que eram símbolos do cosmopolitismo urbano e portadores de valores de povos civilizados.

⁹ Cf. ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In. AGRA DO Ó, Alarcon (et alii). **A Paraíba no Império e na República**. Estudos de história social e cultural. 2 ed. João Pessoa: Editora Ideia, 2005.

As aspirações dos grupos dirigentes eram materializadas na implantação dos melhoramentos que atenderiam seus interesses e necessidades, servindo, ainda, como elemento de afirmação do poder de certos grupos mais favorecidos economicamente. As configurações processadas no espaço urbano criaram valores, determinaram práticas, mudaram o modo de vestir, de conversar, de se relacionar, em fim, exprimiram a aspiração por um novo estilo de vida.

No primeiro capítulo, inicialmente, evidenciaremos aspectos históricos da Cidade da Parahyba apontando características de localização geográfica, topografia, estrutura urbana, população, economia e configuração social no período inicial do século XX. Num segundo momento procederemos à análise do processo de instalação dos signos da modernidade na capital apresentando suas limitações – espacial, estrutural e de atendimento – que revelaram o caráter excludente do projeto modernizador. Os equipamentos que simbolizaram o moderno estão representados através das obras para implantação de calçamentos, água encanada, eletricidade, bonde elétrico, telefone, rede de esgoto e a introdução dos esportes.

No segundo capítulo realizaremos uma análise da Cidade da Parahyba tomando por base o surgimento dos clubes recreativos, o início da prática de futebol e do turfe pelos jovens, a difusão dos esportes e de atividades ditas saudáveis nos colégios da capital. Além disso, enfatizaremos as tentativas de organização de uma entidade que coordenasse os desportos praticados na cidade, esforço configurado na criação da Liga Esportiva e, posteriormente, da Liga Desportiva Parahybana. Todas as iniciativas de instituição de atividades esportivas na Parahyba tiveram como fundamento a assimilação de hábitos modernos propiciados pelo anseio da elite econômica em ostentar o *status* de civilizados e elegantes.

No terceiro capítulo procederemos à investigação dos espaços e formas de lazer disponíveis para a sociedade parahybana nos anos de 1908-1925. A recreação será pensada enquanto espaço de sociabilidade responsável pela criação de alternativas que a elite dirigente encontrou para vivenciar os bens da modernidade, sobretudo através da criação do Club Ástrea e do Sport Club Cabo Branco destinados a promoverem festas elegantes para a *escol* parahybana.

A cidade será pensada/analisaada por três dimensões distintas – a modernidade, o esporte e o lazer -, apesar de serem aspectos diferentes apresentam-se como complementares no processo de estruturação da perspectiva do viver moderno nas duas primeiras décadas do século XX na cidade da Parahyba.

CAPÍTULO 1

SÍMBOLOS QUE SIGNIFICAM O MODERNO NA CIDADE DA PARAHYBA DO NORTE - 1908 -1925

Aguardemos o futuro, certos de que já não haverá meios de abrecar o vehiculo do progresso que, em vertiginosa desfilada, vôa por toda parte, derramando a luz da civilização através dos valles e das serranias, nas mais longínquas paragens do universo¹⁰.

1.1 DESCREVENDO UM ESBOÇO DE CIDADE

No processo de criação da cidade de Nossa Senhora das Neves¹¹ há uma particularidade que a diferencia das demais, pois ela não passou pelas etapas de freguesia e vila até ser alçada a condição de cidade. Com o desmembramento da Capitania de Itamaracá surgiu a Capitania da Parahyba que teve seu processo de exploração iniciado a partir das margens do Rio Sanhauá. Ali foi fundada a cidade de N. S. das Neves no ano de 1585 por determinação de Decreto real daquele ano. Sendo assim, N. S. das Neves já nasce cidade.

Esse território apresentava uma conformação bastante particular que se mostrou importante para os objetivos de exploração coloniais. Além de contar com a facilidade de acesso pelo Rio e mar, ainda dispunha de partes altas ideais para construção da estrutura de defesa. Em termos geográficos era composta por dois planos topográficos: uma planície

¹⁰ Mensagem do Vice-Presidente do Estado da Parahyba – Walfredo Leal – pronunciada no plenário da Assembleia Legislativa em 01/09/1906, p. 23.

¹¹ A designação desse novo território de Nossa Senhora das Neves foi dado pelos portugueses em homenagem a santa do dia, posteriormente foi nomeada de Filipéia, depois Frederica até receber o nome de Parahyba do Norte em 1654 prolongando-se até 1930, quando recebeu a denominação de João Pessoa – o período que se constitui no limite temporal de investigação dessa pesquisa está compreendido entre os anos de 1910-1930, justificando-se o uso do termo Parahyba do Norte com esta grafia.

fluvial e um planalto; característica que serviu para instituir a classificação de cidade baixa e cidade alta¹².

Na parte baixa foram instalados o porto, a casa da alfandega e os armazéns. Ou seja, estrutura para realização das atividades importantes na relação com a metrópole, a Europa e outras localidades, além de servir para o recebimento de mercadorias e trocas comerciais. Volvendo os olhos na direção leste visualizava-se um planalto que recebeu a construção dos casarios, da cadeia, da câmara, dos conventos e de igrejas de ordens religiosas para firmar outro aspecto da colonização portuguesa – as ações catequizantes. Por se tratar de uma região disputada entre os europeus lá foi construído um forte para garantir a defesa da região que era constantemente assediada por ataques de corsários. Na parte alta foram estabelecidas as instituições administrativas e várias casas para abrigar os viajantes, os representantes da coroa portuguesa e os comerciantes que desenvolviam suas atividades nas margens do rio Sanhauá. Na imagem abaixo podemos perceber a configuração inicial da cidade da Parahyba que nasceu às margens do Sanhauá onde ficava o porto e os armazéns comerciais – a parte baixa que ficou conhecida como Varadouro –, e num plano mais acima nota-se a Igreja e parte dos casarios que constituíam a cidade alta:



Imagem 1 – Fonte: Jornal A União, 22/10/1924.

¹² Essa divisão toma por referência os aspectos do relevo da região, em que apresenta uma baixada nas margens do Rio Sanhauá denominada de varadouro, constituindo a cidade baixa e uma elevação ao leste onde se estabeleceram as instituições administrativas e religiosas conhecida como cidade alta. Essa designação, mesmo sem servir como delimitação de território, é utilizada até os dias atuais.

Nascer cidade não significou dispor de estrutura urbana e população suficiente que a aproximasse do que concebemos como cidade no início do século XX. Por décadas ela continuou com aspecto de vila em que um lado da rua era composto por casas e do outro por mata fechada, separados por ruas de terra batida, tortuosas, cheias de matos e esburacadas, onde facilmente era possível ver animais circulando soltos ou puxando carroças de tração animal, características marcantes do mundo rural. O crescimento da cidade, até o final do século XIX, tinha-se dado em duas direções opostas: Nordeste e Sudeste. Respectivamente do Bairro Tambiá às Trincheiras, tendo ao centro dessas direções a Lagoa, local pantanoso e fonte de miasmas, que estava funcionando como uma espécie de barreira natural ao crescimento da cidade no sentido leste. Neste período a Parahyba¹³ ainda contava com dois pequenos aglomerados populacionais na planície costeira: Tambaú e Cabedelo.

A imagem da cidade da Parahyba do Norte na transição dos séculos XIX para o XX, apresentada pelos memorialistas, evidenciava uma urbe pequena, atrasada, pobre e com ruas cheias de valas abertas pela ação das chuvas e enlameadas que dificultava a passagem dos transeuntes, não se diferenciando muito do meio rural. Na compreensão de AGUIAR & MELLO “logo depois do centro iniciavam-se os sítios (...) e logo depois a mata emoldurava a pequena cidade, às vezes seccionando, isolando pequenos conjuntos de habitações, que passavam a constituir povoados quase que independentes” (AGUIAR & MELLO, 1989, p. 34). No início do século XX, em termos de configuração urbana, era um simplório núcleo populacional timidamente situado numa faixa territorial que iniciava as margens do Rio Sanhauá e não ultrapassava o sítio Lagoa – no sentido Leste-Oeste. Num outro sentido – norte-sul – a “área habitada iniciava no Tambiá e se prolongava até as Trincheiras, perfazendo um total de 2,7 km² de extensão territorial habitada” (AGRA, 2006, p. 31)¹⁴.

Analisando-se os mapas referentes à espacialidade do território da Parahyba do Norte dos anos cinquenta e oitenta do século XIX, percebemos que a área que compunha as ruas e abrigava as edificações era muito reduzida, contando com poucas transformações processadas na sua estrutura durante os quatro séculos posteriores a sua designação de cidade.

Através das análises em pesquisas e documentos sobre a cidade da Parahyba do Norte, que contemplam o período de meados do século XVIII até as primeiras décadas do século XX, foi possível identificar as poucas mudanças na extensão do perímetro urbano que constituía a cidade. O espaço urbano compreendia, basicamente, as ruas Conde D’Eu,

¹³ No texto utilizaremos o termo Parahyba para designar a capital do Estado da Parahyba do Norte.

¹⁴ Para maiores informações consultar: AGRA, José Luciano. **Uma contribuição aos estudos sobre a relação transporte e crescimento urbano: o caso de João Pessoa – PB.** (Dissertação de Mestrado da Universidade Federal da Paraíba, 2006).

Varadouro e Sanhauá que se transformaram nas principais vias de concentração do comércio, acesso e ligação entre o centro da cidade e as áreas adjacentes. Já as ruas Direita e Nova ganharam destaque no oferecimento de serviços médicos, advocatícios, farmacêuticos, entre outros. Desta feita, temos demarcado um lugar de circulação e concentração de pessoas que se estendia do Rio Sanhauá às proximidades da Lagoa.

Ao longo desse período outros espaços surgiram, mas que não se configuraram como prolongamento do centro. Eram áreas adjacentes que se ligavam ao centro devido às atividades comerciais e de prestação de serviços estabelecidos neste. Esses lugares foram surgindo com a chegada de retirantes do interior e com a expulsão dos pobres da região central da cidade por que não podiam adequar as suas residências às determinações do Código de Postura Municipal e das normas de higiene que passaram a serem instrumentos de controle social a partir da segunda metade do século XIX.

Os resultados do projeto sanitário nem sempre foram os esperados pelo grupo dirigente. Um dos pontos negativos para a elite foi o surgimento de povoados como Cruz das Armas, Lagoa, Tambaú e Jaguaribe que surgiram para abrigar a população excluída do *núcleo primaz*¹⁵ em decorrência das ações profiláticas. Mesmo assim, não ficaram isolados do centro por que foram surgindo vias que ligavam esses arrabaldes as ruas principais, como por exemplo, a Avenida João Machado. Esses pequenos núcleos populacionais foram crescendo de forma desordenada e sem controle dos poderes instituídos, fato que provava como seria difícil por em prática as pretensões dos ideólogos da modernidade para mudar as feições da cidade.

Mesmo diante de todas as limitações espaciais e estruturais, já no período imperial não se podia desconsiderar a influência que a cidade da Parahyba do Norte exercia para as populações dos arredores, pois era através dela que chegavam as novidades, costumes e hábitos da capital federal, de outras capitais e das metrópoles europeias. A Parahyba contava com alguns atrativos a exemplo do porto e do comércio, além das festas religiosas que atraíam grande número de pessoas do interior.

O porto era essencial para os comerciantes que precisavam importar as últimas novidades consumidas na Europa, escoar a produção de açúcar e algodão, além de servir aos que viajavam para o Recife, Rio de Janeiro e outros Estados a passeio ou a negócio. Existiam Companhias de Navegação, a exemplo da Lloyd Brasileiro e a Companhia Pernambucana de

¹⁵ Para melhor entendimento do significado deste termo cf.: SALES, Andréa L. Porto. **O centro principal de João Pessoa**: espacialidade, historicidade e centralidades. João Pessoa: [s.n], 2009. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba).

Navegação, que prestavam serviços de transportes de carga e passageiros entre os portos do Norte¹⁶ e Sul¹⁷. Vários Paquetes da Lloyd – Pacote Brazil, Pacote Manáos, Pacote Espírito Santo, Pacote S. Salvador, João Alfredo - partiam do Sul do Brasil em direção aos portos do Norte e regressavam fazendo o percurso inverso. Desses paquetes, todos mantinham escala na cidade da Parahyba como podemos acompanhar através de anúncio publicado no jornal A União de 1899:

LLOYD BRAZILEIRO

**PORTOS DO SUL
PAQUETE MANÁOS**
Commandante Almeida

É esperado dos portos do Sul até o dia 30 de junho o paquete MANÁOS o qual seguirá no mesmo dia para os do Norte de sua escala, as 3 horas da tarde.

PORTOS DO NORTE

**PAQUETE
S. SALVADOR**
Commandante M. Pessoa

É esperado dos portos do Norte, até o dia 22 de junho o paquete S. SALVADOR o qual seguirá no mesmo dia para os do sul de sua escala as 3 horas da tarde.

(...)

Para cargas, passagens e valores a tratar com agente Augusto Gomes e Silva¹⁸.

Pela nota depreende-se que as cargas de algodão, couro e açúcar e passageiros que faziam uso desses serviços seguiam da Parahyba ou Recife a bordo dos paquetes em direção ao comércio do Rio de Janeiro, Santos, Porto Alegre e outras capitais do país. Os viajantes seguiam por esta mesma rota para estabelecerem compromissos econômicos ou políticos, ou até mesmo, para reestabelecimento da saúde em hospitais da Capital Federal. Como podemos observar nas comunicações publicadas em O Jornal anunciando a chegada de pessoas ilustres à cidade da Parahyba: “Do Rio de Janeiro deve chegar hoje a esta cidade, a bordo do paquete João Alfredo, o nosso coestadano, Sr. Dr. Octavio Coreia Lima, engenheiro civil, filho do Sr. Dr. Lindolpho Coreia, Director do Lyceu Parahybano”¹⁹.

Alguns que pretendiam ir à Europa seguiam viagem dos portos de Rio e Santos. A Companhia Lloyd ainda dispunha de uma “linha de Manáos-Buenos Aires” que passava pelo

¹⁶ A designação de Norte referente ao período dessa publicação – 1899 – englobava os portos da atual região Nordeste que na época não era conhecida por esse nome.

¹⁷ A referência que se faz aos portos do sul engloba os portos do sudeste do Brasil.

¹⁸ Jornal A União, 21 de junho de 1899, p. 04.

¹⁹ O Jornal – 17/01/1924.

Recife e seguia com destino a Argentina e Uruguai. Mesmo sendo uma companhia sediada no Rio de Janeiro mantinha o representante Augusto Gomes e Silva no porto da Parahyba para providenciar a venda de passagens aos viajantes, receber e embarcar mercadorias.

A importância do porto também residia no fato de que muitos dos equipamentos que significavam o moderno chegaram à Capital Parahybana através dele, alguns vindos da Europa e outros do Rio de Janeiro ou Recife. Como exemplos desta dinâmica podem ser citados a chegada das máquinas usadas para produção de energia elétrica e na distribuição da água encanada, além dos vagões comprados para substituir os velhos bondes de tração animal. A reboque desses equipamentos vieram os hábitos e costumes alinhados com a perspectiva moderna, incorporados pelos parahybanos através das experiências vivenciadas no sudeste do país e pelo contato com os técnicos estrangeiros que vieram instalar estes equipamentos.

O comércio era essencial para os produtores rurais poderem vender ou exportar sua produção por meio do porto do Capim e, a partir de 1930, do porto de Cabedelo e pela ferrovia da Great Western Railway. Essa movimentação ocorria nas proximidades do Rio Sanhauá, onde estavam localizados o porto e a estação ferroviária, locais em que os proprietários adquiriam os bens para manutenção das fazendas e dispunham dos serviços médicos, advocatícios e farmacêuticos na parte alta. Era de onde seguiam viagens para o interior do Estado ou para a cidade do Recife. Além disso, o incremento do comércio juntamente com as festas religiosas possibilitou a criação de novas práticas advindas do maior convívio entre as pessoas na área urbana, resultando na animação dos lugares e no surgimento de uma estrutura composta de bares, cafés, bordeis, pousadas, casas de jogos, entre outros, para receber os comerciantes, políticos e viajantes,

No decorrer do tempo esses lugares assumiram uma configuração particular que os caracterizaram como ambientes de indecências e de jogatinas que perturbavam a ordem pública e atentavam contra a moral e decência das famílias. Foram palcos de várias intervenções policiais e do poder público no sentido de exterminar os atos incivilizados que se contrapunham aos novos anseios de uma sociedade que se pretendia educada e de hábitos descentes.

As alterações na morfologia urbana são decorrentes da necessidade de suplantar as condições insalubres e dos costumes populares vinculados ao campo que fugia dos padrões de higiene em voga no momento. As constantes epidemias que atacavam as populações nas cidades acabaram fazendo muitas vítimas, fato que gerou a necessidade da criação de uma política sanitária que modificou hábitos, disciplinou comportamentos e alterou a estrutura urbana. Não havia controle sobre o lixo produzido e as ruas se transformaram num depósito

natural deste material, tornando-as sujas, fétidas e insalubre. Eram constantes as críticas feitas nos jornais que denunciavam o lixo espalhado pelas ruas da área central da cidade como expõe a nota publicada por Severino Alves Ayres²⁰ em O Jornal intitulada de “O lixo no centro da cidade” do dia 23 de abril de 1924:

Já temos, pelas colunas deste jornal, clamado contra o estado em que se acha nossa Capital, com o lixo amontuado em diversos pontos no perímetro respectivo. Há dias moradores da rua da Raposa nos pedem intervir perante o poder publico no sentido de ser prohibido o deposito de lixo naquela rua. Igual pedido nos fizeram do Roggers, onde se nota semelhante abuso. Hoje são os moradores da rua da Concordia, que não podem suportar a fedentina que exala a fermentação do lixo depositado em um lado daquela rua (...). Na ladeira da Cathedral o lixo está sendo depositado em montões nos lugares onde não há casas. Já não falamos no Zumby, ali contiguo a rua Barão da Passagem, porque a quantidade é tal que faz nos crer ser ali o deposito municipal²¹.

Visão nada agradável para os que visitavam a cidade e algo vergonhoso para os dirigentes políticos e comerciantes que ansiavam tornar aquele ambiente saudável, moderno e civilizado. Empenhados nesse objetivo o grupo dominante usou parte dos recursos obtidos com a venda do açúcar e do algodão para financiar a remodelação da cidade adequando-a aos anseios da nova mentalidade urbana e moderna.

Em termos econômicos a Parahyba do Norte dependia essencialmente de três produtos agrícolas: o algodão, a cana-de-açúcar, o gado e o couro. De acordo com tabela apresentada por CHAGAS (2004, p. 37) que relacionou os principais produtos de exportações da Parahyba entre os anos de 1900-1929, em dados percentuais evidencia o potencial das atividades agrícolas (algodão e açúcar) e da pecuária (gado e couro) que juntas eram responsáveis, naquele período, por um montante entre 80 e 96% no volume de exportações.

Sem um sistema eficiente de cobrança e arrecadação dos impostos referentes aos produtos em circulação na Parahyba, um comércio varejista incipiente e uma indústria insignificante a economia da capital estava na total dependência da agricultura e por esse motivo sujeita as condições climáticas da região Nordeste que determinavam o montante da colheita. Em momentos de seca prolongada a produção diminuía drasticamente afetando de sobremaneira a arrecadação dos impostos referentes à exportação dos produtos agrícolas. Como consequência o orçamento de receitas nem sempre batia com as despesas e, em alguns casos, muitos anos fechavam no *déficit* prejudicando o funcionamento administrativo, sobretudo a parte de investimentos nos melhoramentos urbanos.

²⁰ Redator gerente de O Jornal no ano de 1924.

²¹ O jornal, 23 de abril de 1924, p. 01.

Mesmo assim, o algodão se tornou entre os anos de 1900-1929 o principal produto de exportação da Parahyba, superando o açúcar e o gado. O resultado disso foi o fortalecimento da elite algodoeira e a aquisição das condições econômicas para esse segmento social comprar casas na cidade, vindo posteriormente a transferir-se para a área urbana. Os lucros do algodão também renderam para os cofres públicos os recursos que tornaram possível a realização das primeiras transformações urbanas da cidade da Parahyba.

Essa informação nos leva a ter a dimensão da importância desses produtos para a economia parahybana. Condição que possibilitou aos produtores rurais obterem lucros suficientes para se estabelecerem na cidade e iniciar uma nova dinâmica social. Os sobrados passaram a serem símbolos da presença da elite rural na cidade. Esses dados nos revelam outro aspecto interessante de ser analisado: a interdependência do urbano e rural. Mesmo a população citadina se utilizando de uma concepção pautada no progresso e no novo, caracterizado pela recusa ao passado rural tido como atrasado, os cidadãos tiveram parte dos seus ideais modernos financiados pelo capital oriundo do campo, pois o comércio na cidade era incipiente para gerar o desenvolvimento almejado pela parcela da classe dominante no propósito de dotar a urbe com os equipamentos do mundo moderno.

Outro fator importante a ser considerado é de que o ambiente rural estava perdendo importância diante dos interesses comerciais, sobretudo a partir do momento em que o centro de produção de riquezas se deslocava para as indústrias. Além do mais, o campo não representava a aspiração dos novos grupos emergentes enquanto local de habitação, pois já havia a tendência em desvincular-se do mundo rural e adotar os hábitos urbanos.

Também devemos ressaltar que as cidades do Nordeste do Brasil deram início aos processos de modernização no momento em que os produtos, fonte das riquezas da elite rural, davam os primeiros sinais de declínio ao passo em que ocorria a ascensão econômica da região sudeste. O processo de transformação urbana das cidades nordestinas espelhou-se no modelo do Rio de Janeiro, porém com um diferencial: foi sustentada numa frágil condição econômica.

A parcela da população responsável por deter o poder econômico nas três primeiras décadas do século XX na Parahyba do Norte era bastante reduzida, representando aproximadamente 1% da população total, divididos entre alguns segmentos sociais como os proprietários rurais, grandes comerciantes e os profissionais liberais – médicos, advogados, engenheiros, farmacêuticos, jornalistas e professores. A maioria absoluta era composta por pessoas de vida modesta e trabalhadores pobres, sobretudo os imigrantes vindos do sertão, região constantemente assolada pela seca.

O contingente populacional da Capital neste período era em torno de 20 mil habitantes. Em termos comparativos com outras capitais brasileiras a exemplo de Recife que na mesma época contava com 113 mil habitantes (1920 - 239 mil)²², Fortaleza com 48.369 mil (1920 - 78.536)²³, Natal com 16.056 mil habitantes (1920 - 30.696)²⁴, São Paulo com 239.820 mil (1920 - 579.033)²⁵ e o Rio de Janeiro com 691.565 mil (1920 - 1.157.873)²⁶. Dessas cidades apresentadas a Parahyba só ficava a frente da cidade de Natal. Era um número populacional bastante reduzido e que serve como indicador dos limites da cidade da Parahyba do Norte enquanto espaço de representação urbana.

Será em meio a esse contexto urbano que procederemos à investigação da dinâmica, da representação e do significado da introdução dos signos da modernidade na mentalidade dos cidadãos parahybanos nas três primeiras décadas do século XX. No projeto de modernização para a cidade da Parahyba, assim como nas demais cidades do Brasil, a feição de moderna não estava restrita a aquisição dos equipamentos símbolos do progresso – luz elétrica, bonde, cinemas, esportes – mas passava por uma reestruturação do espaço urbano através da adoção de medidas de construção do esgotamento sanitário, calçamento das ruas, abertura de novas vias com traçados retilíneos, rebaixamento de terrenos irregulares para facilitar o deslocamento do bonde e encurtar as distâncias, derrubadas de casas erguidas sem observar a estética das ruas, construção de casarios alinhados ao traçado das novas ruas, criação de parques, praças e jardins.

1.2 – Pela estética da *urbs*: construindo a modernidade na Cidade da Parahyba

O espaço urbano e sua construção são carregados de história, de memória e de experiência que os sujeitos em suas relações sociais criaram para si. É um lugar de subjetividades em que podem ser experienciadas diferentes maneiras de viver, morar e se

²² Informação disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/seccultura/fccr/historia/cap7/textos.html>. Acessado em 10/09/13.

²³ Conferir dados em: Bento, Victor Régio da Silva. **Centro e periferia em Fortaleza sob a ótica das disparidades na infraestrutura de saneamento básico**. Fortaleza, 2011. (dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará).

²⁴ Conferir dados em: AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira. **As feiras livres e suas (contra)racionalidades: periodização e tendências a partir de Natal-RN-Brasil**. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de enero de 2013, Vol. XVIII, nº 1009. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-1009.htm>>. [ISSN 1138-9796].

²⁵ Informação disponível em: <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/historico/tabelas.php>. Acessado em 10/09/2013.

²⁶ Informação disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/caca-ao-rato>. Acessado em 10/09/13.

divertir. O projeto de modernização da cidade criou espaços e determinou códigos para uso desses lugares e dos equipamentos da vida moderna.

A configuração desse processo nas cidades brasileiras do século XX não aconteceu repentinamente, em que de uma hora para outra grupos sociais decidiram viver no mundo urbano usufruindo das inovações tecnológicas e assumindo uma concepção moderna. Esse processo é mais complexo do que se imagina e fez parte de uma tendência impulsionada pela migração da população do campo para a cidade e pela expansão do capitalismo que iniciou na Europa e se expandiu para outros continentes. Os ideais propulsores dessa tendência estavam pautados nos princípios iluministas de ordem e progresso e da recusa ao que lembrasse o passado colonial e escravista tido como atrasado, essas ideias tiveram como lócus inicial a cidade em seus aspectos estruturais e urbanísticos.

As transformações operadas no espaço urbano estavam inseridas numa tendência de mudança de concepção estética que priorizava a inovação arquitetônica, a padronização das construções, o alargamento das vias e a regularização dos traçados das ruas, tornando-os retos para garantir mobilidade urbana e facilitar o acesso às áreas comerciais, de forma que a sociedade pudesse viver num ambiente mais organizado e saudável e os visitantes europeus e das capitais mais avançadas tivessem uma boa impressão da cidade. Os princípios que alicerçavam essa nova postura eram, basicamente, a salubridade, a higiene e a racionalização do uso dos espaços. Aspectos importantíssimos para melhorar as condições de habitabilidade da urbe, que segundo os trabalhos de CORBIN (1987), BRESCIANNI (1990), CHALHOUB (1996), PESAVENTO (2002), CHAGAS (2004), ALVES (2009), entre outros, nos apresentam descrições de cidades como lugares caóticos, doentios, sujos e fétidos. Foi este estado de caos que exigiu urgentemente as reformas urbanas, sobretudo após a modernidade ter instituído o ideal de cidade limpa, salubre e organizada²⁷.

As reformas urbanas iniciadas no despertar do século XX são a evidência concreta de que as cidades foram constituídas sem preocupação com a habitação, saneamento, ordenamento das ruas e crescimento populacional. Não havia a iniciativa de conceber a cidade em termos funcionais para que ela atendesse aos distintos interesses no uso dos seus espaços.

²⁷ Para conferir maiores detalhes sobre as transformações urbanas consultar: CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. / BRESCIANNI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1990. / CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril – cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. / PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. 2. Ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. / ALVES, Fernanda Karoline M. L. **Urbe vigiada: modos de morar e viver na cidade de Parahyba do Norte – 1910-1930**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PPGH), Campina Grande, 2009.

Um planejamento que levasse em consideração aspectos da vida cotidiana como a moradia, o trabalho, o deslocamento, o lazer, a diversão e as novas relações sociais que teriam como lócus principal as ruas.

Neste sentido, as informações nos dão conta de que as reformas realizadas no Rio de Janeiro, Recife e Parahyba do Norte aconteceram no sentido de amenizar a falta de planejamento anterior, por isso obedeceram duas dinâmicas: em primeiro lugar efetivaram-se as ações de saneamento para acabar com as fontes de miasmas que geravam doenças e tornavam a cidade insalubre; em segundo foi adotada a postura de demolição das construções responsáveis por tornar o ambiente feio e desordenado.

O desejo das elites era que as autoridades parahybanas seguissem o exemplo das nações europeias – França e Inglaterra – na construção do ideal de sociedade moderna e civilizada. A França deveria servir como modelo para as reformas urbanas e instituição de novos códigos de postura e comportamento social, enquanto que da Inglaterra dever-se-ia importar os conhecimentos tecnológico e as práticas esportivas. Porém, não levava em consideração a diferença cultural e de concepção entre estes povos. Além disso, negligenciaram a diferença do poder econômico entre as cidades europeias e as brasileiras, especialmente as do interior do país como a Parahyba do Norte.

Inspiradas nas transformações da cidade de Londres e Paris, as primeiras ações no Brasil foram realizadas no Rio de Janeiro do início do século XX, onde foram realizadas reformas estruturais que modificaram completamente as feições da área central da Capital Federal. Ruas largas e retilíneas foram construídas, casas e cortiços vieram ao chão, áreas alagadiças foram aterradas, as fontes de miasmas combatidas pela repartição de higiene e implantaram serviços de abastecimento d'água, esgoto, luz elétrica e bonde elétrico. Na vida cultural instituíram-se novos hábitos como ir ao cinema, à praia, ler jornais e clássicos da literatura francesa e inglesa, frequentar clubes sociais, cafés, salões, praças. Mudaram-se os modos de vestir e portar-se em público, o requinte, a educação e a moda eram sinais de civilidade e distinção social. Os esportes, depois de sofrerem certo estranhamento/recusa por parte da população, simbolizaram a entrada definitiva da sociedade carioca no mundo moderno, ao mesmo tempo em que criou a figura do *sportman* representando o ideal de homem civilizado, cavalheiro e saudável.

Cidades como Rio de Janeiro e São Paulo apresentaram significativas diferenças no processo de condução do projeto de modernização em comparação com o modelo empreendido na Parahyba. As cidades do sudeste dispunham de características que foram fundamentais na implementação da modernização de forma mais efetiva, entre elas

ressaltamos o fato da instalação dos equipamentos modernos e das reformas urbanas terem sido impulsionadas e financiadas pelo capital das indústrias, do comércio e do café que estava em pleno desenvolvimento; a forte presença dos imigrantes europeus – italianos, ingleses, alemães, franceses, espanhóis, entre outros – também contribuiu de sobremaneira para solidificação e difusão dos hábitos, costumes e comportamentos alinhados com a perspectiva moderna. O contato com os imigrantes alterou e flexibilizou as relações sociais antes restritas às famílias abastadas e ao espaço da casa, direcionando para uma maior inter-relação no espaço público das cidades, sobretudo através dos cafés, clubes sociais e dos esportes.

Foi através das relações estabelecidas no trabalho e no cotidiano que parcelas do grupo social subalterno tiveram contato com símbolos do mundo moderno, precisamente com os esportes que eram praticados pelos trabalhadores especializados das indústrias. Além disso, o Rio de Janeiro mantinha um forte intercâmbio com a Europa, favorecido pela condição de centro comercial, financeiro e político do país, posto que lhe garantiu as melhores oportunidades para seu rápido desenvolvimento. Não podemos esquecer a condição particular vivenciada pelo Rio após a instalação da Corte Portuguesa nesta cidade, fato que gerou a necessidade de construção de uma estrutura mínima para reprodução dos hábitos e costumes praticados em Portugal. O legado dessa presença rendeu a aquisição e implantação de novos valores e práticas do mundo europeu.

Dispondo deste cenário a cidade do Rio funcionou como uma espécie de polo difusor de ideias, tendências e estilo de vida que eram seguidos pelas demais cidades brasileiras. A partir desta cidade, o Brasil teve contato com as inovações modernas que estavam em circulação na Europa. E devido a influência que ela exercia no cenário nacional tudo que fosse apresentado como novidade era copiado como modelo a ser seguido, foi vivenciando essa dinâmica que as elites parahybanas ao visitarem o Rio de Janeiro ficaram fascinados com os equipamentos e serviços como bonde elétrico, ruas calçadas, água encanada, praças, jardins, ruas alinhadas e casas bem construídas.

A partir de então passaram a perceber a comodidade e os benefícios que a instalação desses bens e serviços traria para a cidade e começaram a alimentar o desejo de dotá-la com esses signos que simbolizavam o novo. Neste sentido, o espaço inicial que compreende o núcleo urbano da cidade da Parahyba do Norte foi uma construção determinada pela economia, pela organização social, pelas estruturas políticas, pelos aspectos culturais e pelos objetivos da elite dirigente. Foram as transformações econômicas e a adoção de uma sensibilidade receptiva ao novo, ao progresso e as inovações culturais europeias que impulsionaram os grupos dominantes a se estabelecerem nas cidades. O acúmulo de capital

gerado a partir do algodão rendeu a elite parahybana e aos cofres públicos às mínimas condições financeiras para aquisição de bens e serviços denominados modernos.

A infraestrutura urbana da Capital era precária e necessitava de intervenções urgentes que demandariam muitos esforços e gastos altíssimos para o poder público custeá-lo sozinho. Pelos relatos e impressões deixadas por cronistas e viajantes que presenciaram o contexto urbano da Parahyba nos anos iniciais do século XX a imagem era desalentadora, o que os levou a caracterizá-la como “triste, quase inanimada, (...) ruas sujas e enlameadas”, e concluíram a observação afirmando que “o progresso não passou ainda por aquelas regiões” (ALVES, 2009. p. 30).

Aspectos desoladores que geravam descontentamento na população por não dispor de serviços básicos como água, esgoto sanitário e luz elétrica. A situação vivenciada pelos parahybanos gerou reivindicações em prol de melhorias para a cidade que significariam melhores condições de habitabilidade. Os reclames recaíram com maior intensidade sobre as questões higiênicas que estavam diretamente relacionadas à saúde e a estética da cidade. O próprio governo reconhecia a necessidade de estabelecer um sistema de Hygiene que prevenisse à sociedade contra males epidêmicos e lamentava a insuficiência de rendas do erário para promover tal benefício. Assim se pronunciou o Presidente do Estado João Lopes Machado (1908-1912) em mensagem à Assembleia Legislativa no ano de 1909:

Infelizmente a nossa Capital ainda não está habilitada a aceitar um perfeito serviço de hygiene, porque não dispõe de abastecimento d’agua e exgotto que são os factores básicos de toda organização sanitária. (...) o abastecimento d’agua, luz, exgotto e a hygiene publica, são questões que desafiam a atenção do Governo, reclamando uma solução urgente²⁸.

Foi em meio a esse panorama de carências que o poder público estadual e municipal engendrou esforços para angariar recursos e promover as mudanças necessárias tornando-a receptível aos equipamentos modernos e aos novos modos de vida.

No entanto, os melhoramentos urbanos realizados na cidade da Parahyba do Norte aconteceram em meio a contradições sociais e financeiras. Sobretudo, se levarmos em consideração que os cofres públicos não contavam com a arrecadação suficiente para financiar as reformas que a cidade necessitava. Além de mostrar-se excludente ao direcionar as ações para o beneficiamento de uma parcela muito restrita da população, especificamente os habitantes das áreas em que residiam os mentores do projeto modernizador.

²⁸ Mensagem do Presidente do Estado da Parahyba – João Lopes Machado – pronunciada no plenário da Assembleia Legislativa em 01/09/1909, pp.15-16.

Nesta perspectiva, estava surgindo novas formas de conceber o espaço urbano e, concomitantemente, esboçava-se a emergência de uma sociedade que exigia novas funções das cidades, requerendo novos usos de seus espaços. Foram essas exigências que justificaram os serviços de melhoramentos urbanos e de infraestrutura concretizados de diferentes formas no país em decorrência dos diversos interesses dos grupos locais e das condições financeiras. Na Parahyba, de acordo com as pesquisas realizadas em jornais, documentos oficiais e produção escrita sobre essa experiência, pudemos dividir as ações em quatro categorias:

1ª. Categoria: saneamento (calçamentos, esgoto sanitário e aterro de áreas alagadiças);

2ª. Categoria: serviços (energia elétrica, bonde elétrico, água encanada e telégrafo);

3ª. Categoria: construção (casas, ruas, avenidas, praças, passeios, jardins, edifícios públicos, cinemas, sedes de clubes sociais, entre outros);

4ª. Categoria: demolição (casas, igrejas, armazéns, casarios e casebres).

Além dessas categorias poderíamos acrescentar algumas práticas que produziram transformações na sensibilidade das pessoas, entre elas estão às atividades ligadas à sociabilidade como, por exemplo, as esportivas e os hábitos de ir à praia, ao cinema, ao teatro e aos clubes sociais que passaram ao imaginário social como representação do mundo moderno e simbolizava a personificação de pessoas portadoras de hábitos civilizados. Sendo que tais passatempos só se tornaram possíveis devido as mudanças operadas na cidade.

No entanto, construir a infraestrutura para implantação dos equipamentos modernos demandaria a superação de muitos entraves estruturais e alguns aspectos comportamentais da população deveriam ser suprimidos. Não é difícil comprovar tal necessidade, basta folhear as páginas de alguns jornais que circularam nas décadas iniciais do século XX, como por exemplo, A União, A Imprensa, O Jornal e a Revista Era Nova para se deparar com imagens da cidade da Parahyba que mantinham o passado provincial sempre vivo no dia-a-dia dos parahybanos. A iluminação das ruas era feita por lâmpões abastecidos com óleo de azeite de mamona, a água para consumo das famílias era fornecida pelos aguadeiros - pessoas que transportavam água em barris no lombo de burricos – que saiam de porta em porta pela cidade abastecendo as casas em que os proprietários podiam pagar, a locomoção pela cidade era feita através de transporte puxado por tração animal, as ruas eram esburacadas e cheias de mato, os hábitos da população permaneciam vinculados às tradições rurais através de práticas tais como: tomar banhos no rio, o descarte das águas servidas e do

lixo nas ruas e a preservação de divertimentos como o coco de roda, a lapinha, a ciranda, a nau catarineta, entre outros.

Desde a última década do século XIX o poder público vinha adotando medidas visando sanar algumas carências na oferta de serviços requeridos pela população. O próprio presidente do Estado Dr. Álvaro Lopes Machado em mensagem apresentada a Assembleia Legislativa no ano de 1905 reconheceu as péssimas condições em que se achava o espaço urbano da capital e afirmou que:

Muito há que fazer, principalmente n'esta capital. Não temos agua encanada, não temos esgotos e a iluminação publica muito deixa a desejar, apesar da innovação do contracto ultimamente feita. Estão por calçar muitas ruas e não pode por mais tempo permanecer sem aterro o grande pântano situado na cidade alta²⁹.

Algo precisava ser feito. Os cidadãos não dispunham dos serviços mais elementares para suprir as necessidades cotidianas ligadas ao asseio, higiene e conforto do lar. Neste contexto, as autoridades políticas se depararam com uma tarefa nada fácil de ser realizada: dotar a cidade de melhoramentos que transformassem sua estética e promovessem o seu embelezamento através da urbanização e saneamento do espaço urbano. Empenhados em ver edificadas as estruturas descritas anteriormente, setores da sociedade parahybana, sobretudo os comerciantes, passaram a expor a necessidade urgente em tornar o ambiente urbano mais atraente, limpo e organizado para atrair novos investimentos e estimular o consumo dos produtos vindos da Europa que estavam expostos nas vitrines das melhores lojas da Rua Maciel Pinheiro. Na mesma perspectiva encontravam-se os recém-formados na faculdade do Recife, Bahia e Rio de Janeiro que ansiavam regressar à cidade da Parahyba e estabelecer consultórios médicos, escritórios de advocacia, farmácias, entre outros. Para isto, era necessário dispor de ruas com boa estrutura e em condições higiênicas.

Impelido pela pressão dessas famílias, que representavam o poder político e econômico, as autoridades administrativas se depararam com duas realidades diretamente opostas: o anseio de tornar a cidade moderna *versus* o déficit do erário estadual e municipal. Sem orçamento suficiente e atrativos econômicos que despertassem o interesse de investidores para financiar as obras de edificação dos melhoramentos urbanos, o governo encontrava os primeiros impasses para inserir a sociedade parahybana no rol da modernidade. Mesmo diante das dificuldades as autoridades políticas buscaram criar as condições favoráveis que lhes permitissem fazer as modificações estruturais necessárias para tornar o

²⁹ Mensagem do Presidente do Estado da Parahyba Dr. Álvaro Lopes Machado pronunciada no plenário da Assembleia Legislativa em 20/10/1905.

ambiente urbano mais aprazível e saudável. Para isso, adotaram estratégias para amenizar a carência financeira, tais como: as obras de melhoria urbana foram entregues à iniciativa privada; determinou que as populações das áreas atendidas pelos serviços arcassem com uma porcentagem dos gastos e o poder público responsabilizou-se por outra parte. Além disso, o governo contou com o aumento na arrecadação com a exportação do algodão entre os anos de 1915 a 1929, propiciando condições mais favoráveis para por em prática o projeto de modernização/urbanização³⁰.

Em meio a esse panorama o governo deu início a algumas mudanças pontuais como a instalação de calçamentos de paralelepípedos, da luz elétrica, da água encanada, do esgoto sanitário, do bonde elétrico, do telégrafo e a construção de praças, jardins, edifícios de arquitetura moderna, casas seguindo os padrões de higiene e salubridade, abertura de ruas, entre outras. Essa parceria privado x público x sociedade foi bastante tumultuada e nem sempre trouxe os resultados esperados. As concessões dos serviços feitas pelo poder público às empresas privadas não significou a garantia no atendimento das necessidades da população, quase sempre resultando na quebra do contrato e o governo tendo que assumir a responsabilidade pelo serviço. E foram poucos os habitantes que puderam custear as obras que beneficiariam o entorno das suas residências ou comércios.

No entanto, o processo de urbanização da cidade foi caracterizado por ações esparsas e sem um planejamento que garantisse a continuidade das obras de melhorias da *urbs* parahybana. Pelos indícios e informações contidas nos relatórios dos Presidentes de Província, nas mensagens presidenciais e nos jornais pudemos constatar que os primeiros serviços de infraestrutura realizados na cidade foram os de calçamento de algumas ruas mais antigas compreendidas na cidade baixa e alta, entre elas podemos destacar a Rua da República, Maciel Pinheiro, Duque de Caxias, Pe. Meira e Rua da Areia³¹. Mas esse serviço era muito limitado em decorrência dos fatores econômicos e pela precariedade dos materiais empregados na construção. Verifica-se também o limite espacial de alcance dessas obras que se concentraram numa pequena extensão territorial entre o Varadouro e a Lagoa, ou seja, no perímetro central da cidade.

Mesmo com o aumento na arrecadação dos impostos, as finanças do Estado da Parahyba eram muito vulneráveis às condições climáticas que afetavam a produção do algodão e açúcar, acabando por refletir na queda da receita decorrente das exportações desses

³⁰ CHAGAS (2004) usou essa terminologia para caracterizar o processo de transformação empreendido na cidade da Parahyba do Norte entre os anos de 1910-1930.

³¹ Para mais detalhes Cf. CHAGAS, 2004, p.39.

dois produtos. Com isso, os governantes mantinham certa precaução quando se tratava de onerar o orçamento para financiar os melhoramentos urbanos, pois o Presidente do Estado João Lopes Machado, em pronunciamento à Assembleia Legislativa da Parahyba no ano de 1909, mostrava-se preocupado diante da incapacidade de promover o embelezamento da Capital porque “as rendas publicas mal chegam para fazer movimentar a machina administrativa, não offerecendo margem alguma para curar-se do conforto moral e material da população”³². Situação que causou demora no início das transformações e atraso na conclusão de projetos importantes para efetivação do ideal moderno.

Uma marca negativa no processo de modernização da cidade da Parahyba residiu no fato de muitos projetos terem ficado no papel durante anos, alguns demoraram décadas, até serem colocados em prática. Portanto, os esforços sistematizados empreendidos na transformação do aspecto estrutural da cidade da Parahyba do Norte capazes de transformar sua feição só ocorreram, de forma efetiva, a partir do Plano de Saneamento elaborado em 1913, mas para não fugir da regra a execução das obras só veio a ocorrer na década de 1920. Contudo, a questão sanitária que figurava entre as principais preocupações apresentadas pelos Presidentes da Parahyba do Norte nos relatórios encaminhados à Assembleia Legislativa se resumiu a criação da Repartição de Hygiene em 1911, que contava apenas com um Inspetor “sem os elementos materiais indispensáveis para o exercício de suas funções”³³. Através dos discursos o governo demonstrava preocupação com a higiene pública, mas na prática relegou em segundo plano as obras para instalação do esgotamento sanitário. Nesse espaço de tempo foram implantados serviços importantes requeridos pela sociedade como a instalação da água encanada e da luz elétrica.

Observando as informações contidas no Jornal A União e nos Relatórios dos Presidentes da Parahyba do Norte no período de 1910-1930 referentes às ações para efetivar o projeto de modernização, constatamos que na administração de João Lopes Machado (1908-1912) ocorreu maior empenho na execução das obras de infraestrutura urbana da Capital. Impulsionado pela melhora na arrecadação dos impostos o governo deu sequência aos atos institucionais que haviam sido planejados na administração anterior, valendo-se dos mesmos decretou a abertura de concorrência para as empresas interessadas apresentarem propostas de consecução das obras para instalação do abastecimento d’água, esgoto, iluminação e tração elétrica, como podemos acompanhar do exposto no Decreto de nº. 350 de 06 de novembro de

³² Mensagem do Presidente do Estado da Parahyba – João Lopes Machado – pronunciada no plenário da Assembleia Legislativa em 01/09/1909, p. 52.

³³ Mensagem do Presidente do Estado da Parahyba – João Lopes Machado – pronunciada no plenário da Assembleia Legislativa em 01/09/1909, p. 15.

1908 que “concede, aos Engenheiros Edward Johson e G. Robert Jones, autorização para levantarem os capitais necessários a instalação nesta Capital dos serviços de abastecimento d’água, esgoto, luz elétrica e tração elétrica”³⁴. Através da abertura de concorrência o governo esperava encontrar a saída para realizar a implantação dos serviços sem onerar as debilitadas receitas do Estado.

Segundo a concepção dos médicos sem água encanada e saneamento a Parahyba não poderia ser considerada moderna. Posteriormente, outras autoridades saíram em defesa da implantação desses serviços essenciais à vida saudável da população. Apenas dotar a cidade com equipamentos modernos não era suficiente para garantir o bem-estar e o conforto dos cidadãos, era preciso acabar com as práticas atrasadas e insalubres como tomar banho nos rios, beber água das cacimbas, jogar as águas servidas nas ruas e colocar os lixos nos terrenos baldios. Não era possível almejar a modernidade se a cidade não apresentava uma feição limpa, saudável e salubre. Essa realidade vivenciada colocava-a em total desacordo com o projeto de modernidade pretendido pelas elites, muito mais do que pensá-la moderna era necessário fazer com que os cidadãos assimilassem os hábitos e costumes modernos e abandonassem antigas práticas vistas como atrasadas.

Diante da premente necessidade de solucionar a questão do abastecimento d’água e sem ter recebido uma proposta viável das empresas para realização de tal projeto, o governo estadual decidiu iniciar as obras com os próprios recursos oriundos de uma contribuição concedida pela União. Inicialmente solicitou ao Sr. Dr. Miguel Raposo um estudo detalhado sobre o assunto para se assegurar da viabilidade deste empreendimento. O presidente em exercício Mons. Walfredo Leal em mensagem enviada à Assembleia Legislativa assim se pronunciou a respeito dos trabalhos iniciais para dotar a cidade da Parahyba com o serviço de água encanada:

Para realização do mais urgente empreendimento de que precisa a capital, qual é o seu abastecimento d’água, já foram iniciados os trabalhos e feita encomenda do material necessário. Foi preciso desapropriar-se um sítio, ao lado do Norte da Igreja Mãe dos Homens, pertencente ao Bispado, e onde tem de ser levantada a caixa d’água.

Com esta desapropriação despendeu-se a importância de10.000\$000.

O Sr. Dr. Miguel Raposo, auxiliado pelo Ajudante do Diretor das obras publicas, está dirigindo esse serviço, tendo começado pela perfuração da base do Rio Padre Antônio, no Tambiá, a fim de realizar-se o trabalho de captação.

Como já vo-lo disse em outra parte desta mensagem, o custeio desta empresa corre por conta do auxílio de 150.000\$000, há pouco recebido do Governo da União³⁵.

³⁴ Mensagem do Presidente do Estado da Parahyba – João Lopes Machado – pronunciada no plenário da Assembleia Legislativa em 01/09/1909, p. 15.

³⁵ Mensagem do Presidente do Estado da Parahyba – João Lopes Machado – pronunciada no plenário da Assembleia Legislativa em 01/09/1909, p. 52.

Os trabalhos foram concluídos em 21 de abril de 1912. Uma pequena parcela da população residente na área central da cidade passou a dispor desse benefício que contribuiria enormemente para a higiene e preservação da saúde pública, condição essencial para uma urbe que pretendia chegar ao estágio de moderna. Posteriormente surgiram discussões que colocaram em dúvida a qualidade da água consumida pela sociedade em decorrência da coloração turva do líquido que saía das torneiras. Causou-se uma celeuma imensa envolvendo médicos, engenheiros e sanitaristas que se transformou numa batalha em busca da legitimação de um determinado conhecimento como detentor do saber científico. A sociedade precisava de uma comprovação científica de que a água fornecida não era poluída pelos populares que usavam o rio Jaguaribe para banhar-se, lavar roupas e assear os animais, mas os pareceres dos laboratórios comprovaram que se tratava apenas da ferrugem da encanação a responsável por alterar a coloração da água e a precaução a ser seguida era a população manter a caixa d'água sempre limpa e caberia ao responsável pelo sistema de abastecimento providenciar a manutenção adequada para evitar a deterioração do encanamento.

O problema maior residia no limite de atendimento da população pelo serviço de abastecimento d'água que estava restrito a poucas ruas centrais, a exemplo da “Maciel Pinheiro, Peregrino de Carvalho, Rua da Republica, Visconde de Pelotas, General Osório e Ladeira São Francisco” (CHAGAS, 2004, p. 88). O Estado arcou só com a instalação da tubulação que vinha do sistema de captação, ficando a cargo do proprietário do imóvel, por onde passasse a encanação, a responsabilidade pelos serviços de implantação dos equipamentos em suas residências. Este fator impossibilitou o beneficiamento dos populares que não puderam arcar com as despesas para receber água em suas torneiras, mantendo o antigo hábito de comprar água aos aguadeiros ou então se serviam da água dos chafarizes públicos. Mesmo assim, o acesso ao chafariz era restrito porque estavam concentrados nas localidades em que residiam as famílias mais ricas.

Antes do serviço de abastecimento d'água ser concluído a instalação do sistema de luz elétrica já estava em andamento para atender uma antiga reivindicação das pessoas que usavam os lampiões a querosene. O maior símbolo representativo do mundo moderno era a luz elétrica porque proporcionou uma série de transformações que alterou a dinâmica de vida das sociedades e estabeleceu novas formas de relações dos indivíduos com os espaços públicos, principalmente por ter criado a possibilidade de implantação de outros serviços essenciais para a configuração da cidade moderna, tais como o bonde elétrico, o telégrafo e o cinema, além de ter permitido que as famílias frequentassem, durante a noite, ambientes como

os jardins, igrejas, cafés e praças, instituindo assim, novos hábitos noturnos. Esses locais se consolidaram como espaço preferido dos jovens que se reuniam para compartilhar das novidades proporcionadas pelo mundo moderno. Dessas reuniões entre jovens surgiram às iniciativas de criação da maioria dos clubes sociais e equipes de futebol do início do século XX, entidades que se transformaram em espaços representativos das novas sociabilidades da juventude aristocrática.

Os esforços dos governantes parahybanos para aquisição de um sistema eficiente de iluminação para a Capital havia iniciado anos antes da proclamação da República. Mas as tentativas esbarravam na falta de recursos, pois a instalação exigiria avultadas despesas que não poderiam ser realizadas sem prejuízos ao funcionamento da máquina administrativa. A parcela da classe dominante da sociedade parahybana ressentia-se por não dispor de um serviço de iluminação pública que atendesse as suas necessidades. Nesse sentido, Waldeci Ferreira Chagas afirma que “a cidade da Parahyba do Norte entrou o século XX na escuridão, iluminada por apenas 300 lampiões alimentados a azeite de mamona e querosene (...)” (CHAGAS, 2004, p. 52), uma realidade nada favorável para aqueles que ansiavam viver as experiências modernas, sobretudo se levarmos em consideração que o saneamento e a iluminação eram fatores essenciais para a cidade assumir a feição de moderna. A área iluminada pelos lampiões se restringia as ruas onde estavam localizados órgãos públicos, religiosos e as lojas comerciais. Poucas famílias podiam dispor desse serviço pelo alto custo de manutenção com a compra do querosene.

Sem recursos para financiar os investimentos no sistema de eletrificação da cidade e na tentativa de superar esse entrave o governo promulgou o Decreto de nº 350 de 06 de novembro de 1907 anunciando a abertura de concorrência para a seleção de propostas que apresentassem projetos de fornecimento de luz elétrica que menos onerassem os cofres públicos e oferecesse mais garantias aos usuários. As cinco propostas encaminhadas ao chefe do executivo estadual partiram dos engenheiros ingleses Edward Johnson e G. Robert Jones, do engenheiro parahybano Francisco Dias Cardoso, do pernambucano Rosa Borges e dos paulistas Thiago Monteiro e Alberto San Juan, as quais foram submetidas a análise criteriosa do engenheiro Miguel Raposo para serem avaliadas as questões técnicas e financeiras de execução dos projetos, verificando se se enquadravam nas exigências e condições orçamentárias do Estado. O engenheiro encaminhou ao governo ofício de n.º 569 de 09 de maio de 1909 apresentando o relatório com as seguintes ressalvas:

Os srs. Jones & Johnson repetiram a apresentação de sua proposta anterior, novamente não aceita pelos motivos já citados.

O engenheiro Francisco Dias Cardoso apresentou uma proposta para organizar uma empresa que levasse a efeito os diversos melhoramentos de que tanto precisa esta capital, a qual também não foi aceita por ser elevada garantia de juros exigida para o capital, e por não determinar o proponente com exactidão a importância da contribuição particular.

Os srs. Rosa Borges e C.^a C. Burle, de Pernambuco, apresentaram propostas de tal modo semelhantes que me levam a acreditar terem ellas sido organisadas em commum.

Os srs. Thiago Monteiro & Alberto San Juan, engenheiros residentes em São Paulo, apresentaram conjuntamente propostas separadas para os serviços de illumination publica e particular e para os serviços de abastecimento d'água e exgôto.

Sobre as propostas dos srs. Roza Borges & C.^a e Thiago Monteiro & Alberto San Juan, apresentei ultimamente a v. ex.^a parecer escripto, fazendo as modificações que julguei razoáveis para sua acceitação³⁶.

A recusa de algumas propostas não se deu em decorrência de incapacidade técnica apresentada para execução do projeto, mas sim porque não satisfizeram a principal exigência do governo que era evitar a oneração das finanças estadual. No entanto, a empresa vencedora deveria fornecer um bom serviço aos consumidores sem cobrar taxas excessivas. De acordo com o relatório de Miguel Raposo evidencia-se certa propensão pelas propostas dos engenheiros Rosa Borges e Thiago Monteiro, que segundo ele, só precisavam de alguns ajustes para poder se adequar melhor a realidade da cidade da Parahyba. A escolha do Presidente João Lopes Machado recaiu sobre o projeto de Alberto San Juan e Thiago Monteiro “por terem criado na Parahyba uma empresa de eletrificação encarregada de prestar serviço de iluminação e tração” (CHAGAS, 2004, p. 57), o contrato foi firmado em 1910 e os trabalhos tiveram início um ano depois.

Os serviços foram entregues a iniciativa privada sob a direção da Empresa Tração Luz e Força da Parahyba do Norte que prontamente se encarregou de importar os materiais e iniciar a colocação dos postes, instalação dos motores e geradores. Em 1912 a iluminação pública gerada pela energia elétrica começou a funcionar nas principais ruas da cidade baixa e alta, porém as ruas atendidas inicialmente se resumiram a Maciel Pinheiro, Visconde de Inhaúma, Barão do Triunfo, Duque de Caxias, General Osório, Visconde de Pelotas e a Praça Sete de Setembro. O sistema de eletrificação funcionava a base de um “gerador alimentado por uma caldeira movida pela queima de madeira” (CHAGAS, 2004, p. 57), que fazia funcionar 500 lâmpadas. Algum tempo depois o serviço foi estendido até a Rua Nova e Rua Direita, mas mesmo assim, boa parte da cidade permanecia às escuras e muitas famílias não puderam dispor da energia elétrica em suas casas devido ao alto custo para sua instalação.

³⁶ Mensagem do Presidente do Estado - João Lopes Machado - apresentada à Assembleia Legislativa da Parahyba em 01/09/1909, pp. 44-45.

Essa limitação espacial no atendimento pela iluminação pública foi aos poucos sendo superada entre os anos de 1915 e 1920 através da ampliação do serviço para outras áreas da capital como as Trincheiras, Centro, Jaguaribe e Cruz das Armas, além de ter havido a extensão da área atendida no Varadouro e Tambiá. Segundo CHAGAS (2004) em pouco mais de cinco anos o número de lâmpadas que iluminavam as ruas e residências da capital passou de 500 para a expressiva quantia de 22.440, condição alcançada devido ao capital concedido pelo Estado à Empresa Tração Luz e Força para aumentar a capacidade de produção de energia.

No contrato assinado entre o Estado e os engenheiros Alberto San Juan e Thiago Monteiro, representantes da Empresa Tração Luz e Força (E.T.L.F.), constava que o serviço seria dividido em duas categorias: pública e particular. Na primeira opção, a empresa se responsabilizaria pelos custos de instalação do sistema de eletrificação nas ruas, enquanto que a segunda opção caberia aos proprietários dos imóveis da área beneficiada arcar com as despesas para dispor da luz elétrica em suas casas. Além disso, a E.T.L.F. seria a detentora do direito de cobrar uma taxa aos consumidores pelo uso do serviço.

A iluminação pública tinha seu alcance limitado por ser um serviço muito dispendioso. Apenas as ruas, bairros e avenidas centrais foram beneficiados atendendo, da mesma forma, um reduzido público composto de famílias abastadas. A instalação da luz elétrica não eliminou a presença dos lampiões e da escuridão, devido a reduzida área coberta pela energia elétrica muitas ruas permaneceram iluminadas pela luz dos lampiões e outras mais afastadas continuaram na escuridão, representando a fronteira do progresso. A luz que havia se tornado o símbolo do progresso e da beleza de Paris não iluminou com a mesma intensidade e brilho a pobre cidade da Parahyba. Foram nos limites da iluminação que velhos hábitos de incivilidade continuaram sendo praticados fazendo com que o brilho da luz que reluzia o progresso e civilidade fossem ofuscados por antigos hábitos de pessoas que se mantinham presas ao “passado atrasado”. Nesta perspectiva, os moradores das proximidades da Ladeira do Góes denunciaram a um articulista do Jornal A União que “a referida ladeira serve também de mictório aos vagabundos, que se aproveitando da escuridão vão ali satisfazer suas necessidades fisiológicas”³⁷.

Além deste tipo de denúncia, outros fatores como o alto custo para dispor da energia elétrica, as interrupções no fornecimento da iluminação e o limite espacial no atendimento se constituíram em motivos de críticas contra o serviço prestado pela Empresa

³⁷ A União – 23 /01/1920, p. 02.

Tração Luz e Força. Os jornais da época estamparam em suas folhas diversas notas enfatizando a má qualidade no fornecimento da luz elétrica, um articulista de O Jornal se referiu a questão da seguinte forma:

Vae num crescendo tristemente admirável, a desorganização dos serviços a cargo da empresa “Tração, Luz e Força” desta cidade.
A luz segundo toda a Parahyba testemunha, está, cada vez, se tornando peor... com uma tal debilidade de lhe causar prolongadas e repetidas syncopes!³⁸

Essa reclamação é reveladora da dinâmica de instalação do processo de modernização na cidade da Parahyba do Norte. Processo este que foi gestado a partir da implantação de equipamentos velhos e ultrapassados, que não conseguiam atender a demanda de consumo resultando nas frequentes interrupções no fornecimento da luz elétrica. O descontentamento dos consumidores era visível, porém a E.T.L.F. sabendo dos limites financeiros da população parahybana não fazia esforços para adquirir equipamentos modernos, porque poucas famílias podiam pagar o imposto de uso da energia elétrica o que não era suficiente para compensar os vultosos investimentos que este setor demandava.

As reclamações da sociedade beneficiada pelo serviço são elucidativas das transformações operadas nos hábitos das pessoas que mudaram seus comportamentos por incluir no seu cotidiano social novas vivências que só se tornaram possíveis com a presença da luz. Para esse restrito grupo o serviço de energia se tornou algo essencial na vida dos cidadãos, pois eram nos locais sem iluminação que pessoas praticavam atos contrários ao novo contexto social como, por exemplo, praticar indecências, urinar nas ruas e lugares públicos. Esses atos incivilizados representavam uma afronta para os padrões de modernidade e civilidade já vividos sob os benefícios da luz. As possibilidades de convivência social entre os parahybanos foram ampliadas com a iluminação das ruas, pois possibilitou que as pessoas descobrissem a cidade noturna, prologando a duração das festas e o tempo das conversas nas praças e jardins públicos. Novos hábitos estavam sendo gestados, os lazeres noturnos começaram a despontar como alternativas de sociabilidades e convivências múltiplas, experiências possibilitadas pela eletricidade que aos poucos ia se tornando elemento essencial para a vida urbana.

À medida que as ruas recebiam os postes para instalação do sistema de eletrificação, paralelamente seguiriam os trilhos que conduziriam os bondes movidos à energia elétrica. Esse meio de transporte figurava como um dos símbolos mais representativos do mundo moderno porque era sinal de progresso, conforto e rapidez no deslocamento dentro

³⁸ O Jornal – 26/09/1924.

da urbe, facilitando o acesso entre as cidades baixa e alta e permitindo aos transeuntes mais comodidades para chegarem a área comercial.

A Empresa Ferro Carril era a responsável pela prestação do serviço de locomoção na capital parahybana. No entanto, segundo o Presidente da Parahyba em exercício o Sr. Walfredo Leal “ela não tem produzido o interesse que aguardavam os seus acionistas”³⁹, ou seja, o serviço oferecido era de péssima qualidade, condição resultante da falta de investimentos da empresa para aquisição de novos carros e burros que permitissem oferecer aos passageiros conforto no percurso de casa para o centro. Em relatório apresentado pela administração da Ferro Carril ao chefe do Poder Executivo estadual relatava que “a empresa estava em péssimas condições de conservação, só possuindo 59 burros magros e fracos, 7 carros de passageiros e 2 de carga (...)”⁴⁰. Essa precariedade material do único meio de transporte urbano da capital contrariava os ideais de progresso almejados pela elite dirigente, concepção compartilhada pelo Presidente do Estado que resolveu assumir a administração da empresa, porque a mesma não havia cumprido os termos do contrato estabelecido pela Lei n.º 248 de 18 de setembro de 1906⁴¹, que previa como condição para os sócios continuarem explorando o serviço de bondes a realização de investimentos na renovação da frota de carros e animais e promovessem a ampliação das rotas de circulação.

No entanto, com a inauguração da luz elétrica o antigo sistema de viação das áreas centrais movido à tração animal seria substituído por um meio mais moderno movido pela força da eletricidade. Enquanto que o sistema de tração animal seria utilizado para interligar outras áreas da cidade que não haviam sido beneficiadas com o serviço, como evidencia a pretensão do Presidente do Estado Dr. Álvaro Lopes Machado (...) “de ligar esta Capital á Praia de Tambaú, por uma pequena linha ferrea, de 5 kilometros de extensão”⁴². Essa intenção foi colocada em prática a partir de 1906 quando o Diretor de Obras Públicas, o Sr. Emilio Kaufman, recebeu a autorização para dar início aos trabalhos de abertura da estrada que ligaria o centro da cidade “a pitoresca praia de Tambaú”. De acordo com o relatório elaborado para informar ao governo sobre o andamento das obras o Diretor assim se pronunciou:

Os três primeiros Kylometros foram de fácil construcção e ficaram promptos em Outubro, tendo sido aberto o trafego provisoriamente, a 21 daquelle mez, ate o local chamado *Imbiribeira*.

³⁹ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa da Parahyba – op. cit. 1906, p. 24.

⁴⁰ Id. Ibid.

⁴¹ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa da Parahyba – op. cit., 1907, p. 44.

⁴² Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa da Parahyba pelo Presidente do Estado Álvaro Lopes Machado. 20/10/1905.

Dahi por diante, difficultou-se muito o trabalho, em consequência de um grande corte que foi preciso fazer, com 500 metros de extensão elevando-se a altura até 8,42, seguido de atterro em igual extensão.

Vencidas todas as dificuldades e, remontada de modo a merecer resistência a ponte já existente sobre o rio Jaguaribe, já estão assentados os trilhos á pequena distancia do comoro da praia, devendo ser definitivamente inaugurada a ferro-via de Tambaú por todo correr do mez que hoje começa⁴³.

Os trabalhos foram concluídos no ano de 1908. A população poderia dispor de um novo ambiente aprazível em que poderia desfrutar momentos de lazer e saúde. Neste sentido, podemos depreender dessa iniciativa que se tratava de outra tendência do processo de modernização representada pela descoberta do mar, inicialmente usado para banhos profiláticos como medida higiênica para retemperar as forças desgastadas pelo excessivo calor e depois como área de veraneio, recreação e prática de esportes como a natação. Com a chegada dos equipamentos modernos e a mudança de concepção da sociedade, aos poucos, foram se estabelecendo novos usos do espaço urbano que passaram a ser determinados pela incorporação de hábitos oriundos da Europa, Rio de Janeiro ou São Paulo. Os cidadãos também exigiram novas funcionalidades dos serviços que começavam a ser instalados, tais como: qualidade, eficiência e baixo custo.

Com a primeira etapa de eletrificação da urbe parahybana concluída em 1912 a Empresa Tração, Luz e Força deveria iniciar a construção das obras de instalação dos trilhos por onde circulariam os bondes movidos à eletricidade para dar cumprimento aos termos do contrato assinado entre os diretores da E.T.L.F. e o governo do Estado. Porém, a empresa alegou falta de condições financeiras para realizar tal empreendimento devido aos altos custos que demandariam com a aquisição do material que deveria ser importado da Europa. Em reunião entre o Presidente do Estado João Lopes Machado e os engenheiros Alberto San Juan e Thiago Monteiro, diretores da E.T.L.F., ficou decidido que o governo financiaria parte das obras para não refrear as ações em busca do progresso. Resolvido o impasse, ainda em 1912 tiveram início as obras para substituição do transporte movido à tração animal por um mais moderno impulsionado pela força da energia elétrica.

O traçado inicial do bonde elétrico seguiu pelas ruas centrais da cidade que haviam sido beneficiadas pela rede elétrica, obedecendo a dinâmica de concentração dos melhoramentos urbanos na área residencial e comercial onde estavam estabelecidas as elites. As artérias beneficiadas foram as que estavam compreendidas entre o Varadouro, Centro e Tambiá, especificamente os trilhos seguiram pelas ruas Visconde de Pelotas, Duque de

⁴³ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa da Parahyba pelo Presidente do Estado Álvaro Lopes Machado. 20/10/1905.

Caxias, Guedes Pereira, da Areia, Maciel Pinheiro e Trincheiras. Porém, cabe ressaltar que nem todas as ruas que dispunham de luz elétrica figuraram no trajeto desse meio de transporte. A imagem apresentada abaixo, publicada em 1936, mostra um aspecto da dinâmica de colocação dos trilhos dos bondes seguindo o mesmo trajeto por onde passavam os postes da luz elétrica.



Imagem 2 - Fonte: Revista Ilustração, out./nov. de 1936.

O bonde elétrico representou para os parahybanos o uso da modernidade na superação dos desafios de deslocamento e mobilidade no espaço urbano e possibilitou um maior desenvolvimento e progresso da cidade ao permitir uma melhor circulação de pessoas, bens de consumo e equipamentos necessários para a modernização da urbe. Como parte do esforço em tornar a cidade moderna os grupos dirigentes viram na instalação do serviço de bondes o encurtamento das distâncias entre as ruas e bairros, garantindo maior acesso ao comércio e facilitando o deslocamento para os balneários do litoral. Dispor desse serviço significava aproximar a Capital parahybana das cidades mais civilizadas e modernas como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. O objetivo era reproduzir ao máximo a configuração urbana que as urbes haviam conquistado com os equipamentos símbolos da modernidade.

As relações sociais estabelecidas no interior dos vagões durante o percurso pelas ruas da cidade desencadearam novas convivências e estabeleceram uma nova forma de contato com os habitantes das ruas por onde passava o transporte. Mudou especialmente o comportamento das moças que ficavam nas janelas de casa contemplando a passagem do bonde, se bem que o interesse das jovens estava nos rapazes das famílias ricas e nos

condutores dos bondes que transitavam diariamente pelas ruas. Muitas paixões foram alimentadas por olhares que se cruzavam e rapidamente se perdiam pela fugacidade do ágil deslocamento do bonde. Tornou-se hábito entre as jovens estarem à janela sempre nos mesmos horários esperando um novo olhar do condutor ou de algum jovem cavalheiro.

Contudo, a relação entre homens e máquinas nem sempre foi amistosa. A circulação de pessoas, animais e carroças pelas vias passou a demandar mais atenção para evitar acidentes ocasionados em decorrência da diferença de velocidade em que trafegavam as carroças e os bondes. Outra preocupação do poder público recaiu sobre o disciplinamento dos carroceiros e donos de animais usados no transporte de cargas para que não os deixassem amarrados ou parados sobre os trilhos. A dinâmica do progresso imprimiu ao cotidiano urbano um ritmo a que as pessoas não estavam acostumadas, bem diferente daqueles tempos lentos⁴⁴ vividos anos atrás. O cronista Jim, do jornal O Pimpolho, expôs em detalhes esta nova realidade marcada pela relação entre os usuários dos bondes e o tempo dispendido no deslocamento pela cidade:

Hontem eramos uma gente que de cousa alguma tinha pressa; vagorosamente andávamos em uma procissão e vagorosamente andávamos em desempenho de urgentes affazeres.

Tínhamos de ir à Rua Direita, no Correio, por exemplo; esperávamos que o bonde descesse 15 minutos, esperávamos outros 15 minutos que elle fizesse horas e aboletados descançadamente nos deixávamos os burros puchar 30 minutos para irmos ao nosso destino.

Era o cumulo do descanso. Uma hora para irmos ao Correio e outra para voltarmos.

Hoje, com a mudança de nossa tracção, ninguém acreditaria uma história dessa, vendo a pressa com que procuramos resolver os nossos affazeres, vendo a raiva que nos domina somente por esperarmos um bonde 5 ou 10 minutos vendo que achamos demorado o tempo de ir do Varadouro ao Tambiá ou Trincheiras em 15 minutos. Será essa mesma gente a que se deixava transportar nas caixinhas de phosphoros? Nós mesmos, muitas vezes, vemos esse hontem, como se fosse duma época remotíssima⁴⁵.

A mudança de comportamento das pessoas era de causar estranheza até para os que vivenciaram esses tempos, pois poucos anos atrás as distâncias entre um ponto da cidade a outro eram vencidas a pé ou, quando se podia pagar, no transporte de tração animal da Ferro Carril em que a velocidade era um pouco superior ao caminhar. Rapidamente a parcela da população usuária dos bondes concebeu para si que não era mais preciso perder tempo no percurso pelas ruas da capital, pois o bonde havia sido instalado exatamente para encurtar as distâncias. Por isto, havia tantas reclamações relacionadas ao atraso e a lentidão no

⁴⁴ Sobre esta questão cf. MAIA, Doralice S. **Tempos lentos na cidade**: permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa – PB. São Paulo: USP, 2000 (Tese de Doutorado em Geografia).

⁴⁵ O Pimpolho, 06/06/1916, p. 03.

deslocamento, não se justificando, assim, dispor de um serviço que não conseguia realizar sua função.

O cronista chega a se indagar se as pessoas que reclamavam dos atrasos dos bondes eram aquelas mesmas que dois ou três anos antes não tinham pressa alguma quando saíam de casa para tratar de seus compromissos na cidade alta e baixa. As pessoas até podiam ser as mesmas, mas a mentalidade havia mudado no que diz respeito ao modo de conceber os serviços prestados pelos ditos equipamentos modernos, pois a expectativa alimentada era a de que as máquinas trariam mais conforto e presteza para as pessoas realizarem suas atividades diárias.

Esta percepção foi construída por uma pequena parcela da sociedade que, possivelmente, manteve contato com os mesmos serviços prestados pelos bondes da cidade do Rio de Janeiro. Porém, o problema não estava no serviço, mas sim na diferença de qualidade dos materiais utilizados na cidade da Parahyba e na Capital Federal.

O apelo da imprensa em procurar retratar os símbolos da modernidade como a solução da vida nas cidades, fez com que fosse criado, em pouco tempo, um discurso contundente sobre a precariedade de tais equipamentos. Os reclames nos jornais se mostravam tão efusivos que levariam a um leitor desavisado a imaginar que aquele serviço era prestado há décadas, contudo só estava em funcionamento há poucos mais de quatro anos. Esta foi uma das grandes mudanças comportamentais apresentadas pelos habitantes da capital parahybana em meados da década de 1910.

Não se demorou muito para o bonde elétrico se tornar um serviço bastante requisitado por parcelas da sociedade que necessitavam se deslocar ao centro da capital, à estação da Great Western ou ao porto do Capim, aonde iam por conta do trabalho ou de compromissos comerciais. A utilidade deste signo moderno para os ideais de progresso das elites era incontestável, porém o serviço oferecido mostrou-se ser de péssima qualidade, fazendo com que as reclamações recaíssem sobre os atrasos nos horários, no sucateamento da frota e na falta de manutenção. Essa situação provocou a mudança no comportamento das pessoas que usavam o serviço. A relação com o tempo passou a ser conturbada, pois o atraso nos horários causava aborrecimentos aos usuários porque estavam sujeitos a perderem o horário no trabalho, em consultas médicas ou no embarque no vapor da Great Western. Um colaborador de O Jornal expressou bem o sentimento da população a respeito desse fato utilizando os seguintes termos:

Os bondes – nem é bem dizer – numa dolorosa desagregação material, vão se arrastando, penosamente, como Deus é servido... gemendo a cada passo, claudicando aqui e alli, e fazendo um verdadeiro *tour de force* para vencerem curtas, pequeninas distancias!

Em consequência – parece-nos – não há horário estabelecido para os respectivos serviços, uma vez que – pelo menos na linha de Trincheiras – o trafego de passageiros se está realizando tão demoradamente que, mesmo as pessoas residentes á “Avenida São Paulo” – e apesar do sol abrasador deste verão – já não esperam mais a caranguejola do Sr. San Juan, porque preferem recolher-se, á *penates*, sob os auspícios do recurso natural que Deus lhes deu⁴⁶.

Aqueles usuários que se prestavam ao dissabor de esperar pelos bondes tinham que ter muita paciência, pois pontualidade não figurava entre as preocupações na prestação deste serviço. Inconformados com tal descaso muitos jornais representavam este sentimento através de sátiras escritas, em forma de versos ou através de charge como a apresentada abaixo e publicada na Revista Era Nova⁴⁷, que satirizava a maneira como as pessoas deveriam esperar pelos bondes, sugerindo aguardá-los deitados. Numa linguagem artística o autor reproduziu a conhecida máxima popular: “é melhor esperar deitado, porque em pé cansa”, se referindo a alguém ou algo que vai demorar muito a chegar:

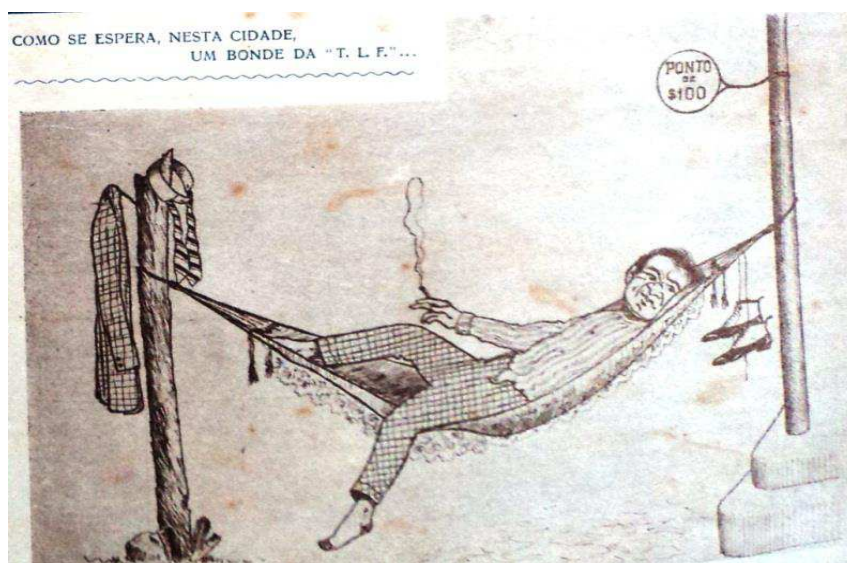


Imagem 3 - Fonte: Revista Era Nova, 25/12/1923.

Esta máxima se adequava bem “a caranguejola do Sr. San Juan”, que fazia os parahybanos esperarem desolados no Ponto de Cem Réis pelos bondes que tardavam em chegar. Deixando a todos sem horário certo para poder retornar as suas residências após o trabalho ou ao fim dos compromissos pessoais no centro da cidade.

⁴⁶ O Jornal – 26/09/1924, p. 03.

⁴⁷ Revista Era Nova, 25/12/1923.

As reclamações referentes ao atraso dos bondes se somava a lentidão no deslocamento pelos trilhos das ruas da cidade, tais condições só faziam aumentar o descontentamento da parcela da sociedade atendida pelo serviço. Esta realidade foi assunto de muitas críticas publicadas nos jornais locais. Na coluna “Cantando e Rindo” de O Jornal, certo cidadão cognominado de “Arlequim” fez uma crítica de maneira humorada a este melhoramento urbano da cidade da Parahyba do Norte, mesmo que a rima dos versos provocasse o riso e tornasse o tom da crítica mais brando, não deixou de evidenciar a precariedade e limites do projeto modernizador idealizado pelos grupos dirigentes. O poeta expôs tal situação nos seguintes versos:

Tenho pressa, motoneiro,
Tóque o bond por favor
Se não eu perco o vapor.
- Nessa voz, muito lampeiro,
Aconselha o conductor:
Indo a pé, chega primeiro,
Meu senhor!...⁴⁸

As queixas direcionadas ao mau serviço prestado pela Empresa Tração Luz e Força fizeram-se ecoar nas representações do imaginário que a sociedade criou para si na relação com os equipamentos modernos. Pelos discursos estampados nos jornais da época pudemos perceber como a população incorporou rapidamente em seu cotidiano o hábito de usar o bonde como meio de locomoção, de tal forma que se não levássemos em consideração o pouco tempo transcorrido da instalação do equipamento e a publicação das primeiras críticas sobre a prestação desse serviço na Parahyba, poder-se-ia supor que era algo presente na vida dos cidadãos há séculos.

Mas o fato é que os vagões e a maquinaria do sistema de viação instalado na capital parahybana eram velhos e de tecnologia ultrapassada e não se demorou em apresentar os primeiros problemas de funcionamento como quebras e a morosidade com que se arrastavam penosamente sobre os trilhos pelas ruas da cidade. Mesmo insatisfeitos com a situação, os usuários esperavam da E.T.L.F a resolução dos impasses que impediam os parahybanos em vivenciarem os benefícios da modernidade. Abaixo transcrevemos uma nota publicada numa edição de O Jornal do ano de 1924 que evidenciava essa pretensão:

Estão sendo aguardadas pela nossa população as providencias definitivas que a Empresa Tração, Luz e Força, pelo contracto ultimamente feito com o governo do Estado, deve adoptar para a regularidade do serviço de illuminação e tração urbanas.

⁴⁸ O Jornal – Cantando e rindo – 30/11/1923, p. 03.

Embora o primeiro desses serviços públicos esteja algo melhorado em face da situação de dois meses atrás, nem por isso corresponde ainda ao contracto primitivo e muito menos aos reclamos instantes do progresso da nossa capital.

O derradeiro desses serviços, então, está a baixo de toda crítica: até os próprios vehiculos, gastos, mil vezes reparados, de molas frouxas, dão um triste e flagrante attestado dos nossos transportes urbanos.

Isso sem quereremos falar na morosidade da marcha, que dá a impressão de ser a mais acentuada de quantas possam existir em carros movidos a electricidade...

Tudo isso faz que a Empresa T. L. F. seja conceituada geralmente como o entrave máximo ao progresso da urbs⁴⁹.

Modernização obsoleta. Esta foi a principal característica da experiência vivenciada pela Parahyba. Os equipamentos instalados na cidade já estavam ultrapassados e não conseguiam atender as expectativas da parcela da sociedade idealizadora deste projeto, contrariando o ideal de progresso e contribuindo para manter a cidade no estágio de atrasada. A caldeira responsável pela geração de energia era movida à lenha, os geradores não suportavam a carga de consumo e quebravam, prejudicando o fornecimento de energia e a circulação dos bondes; a estrutura que havia sido projetada para um determinado número de habitantes não acompanhou a evolução populacional e as novas exigências de demanda das elites.

A ineficiência dos equipamentos modernos instalados na Parahyba está atribuída à falta de capital para investir em materiais de ponta. Outro fator foi a baixa expectativa de retorno financeiro devido ao pequeno número de usuários, condição que não apresentava projeção de crescimento para atrair os investimentos das empresas na realização de serviços de qualidade. Por isto, as cláusulas contratuais estabelecidas entre governo e a empresa nunca foram cumpridas e, mesmo assim, não houve imposição das sanções previstas, como o pagamento de multas e a devolução do dinheiro emprestado pelo Estado para promover a ampliação da área atendida e aquisição de novos bondes. De certa forma, havia por parte do Estado inoperância na fiscalização das obras, situação agravada pela incapacidade financeira que o levasse a abrir mão dos serviços da empresa contratada e assumir esse empreendimento com seus próprios recursos.

Diante da inércia da E.T.L.F. em solucionar os problemas reclamados o governo, O Interventor Federal Gratuliano da Costa Brito, viu-se impelido a rescindir o contrato de concessão para prestação e exploração do serviço de viação urbana, passando à competência estadual a administração da empresa de transporte público urbano. Através dessa medida procurava-se resolver os impasses para a modernização do sistema de bondes da capital. Mas, o que foi pensado ficou muito distante do executado, pois o Estado submerso nas incertezas

⁴⁹ O Jornal – 30/11/1923, p. 03.

orçamentárias decorrentes da baixa produção ocasionada pela seca, teve de contentar-se com modestos investimentos que não produziram as transformações requeridas.

Basicamente a única ação significativa foi realizada na década de 1930, quando foram adquiridos alguns vagões novos para substituir os que estavam em circulação desde 1914, enquanto que os vagões velhos foram incorporados à linha que percorria os bairros de Jaguaribe e Cruz das Armas para transportar passageiros da terceira classe. No mais, as áreas atendidas pelo bonde até os anos trinta do século XX permaneceram praticamente inalteradas e apresentando os mesmos problemas de limitação do espaço atendido e precariedade dos equipamentos.

Como parte das múltiplas possibilidades proporcionadas pela energia elétrica para o processo de modernização da cidade foi instalado o serviço automático de telefonia em substituição ao antigo que funcionava manualmente. Desde 1912 o telefone estava a disposição da sociedade que pudesse comprar o aparelho, arcar com os custos de instalação e a taxa de contribuição, além de ter que residir na área de alcance da cobertura. Inicialmente, o governo havia firmado contrato para prestação desse serviço com o Sr. Renato Galvão de Sá que se comprometeu em promover a inovação do sistema para debelar os problemas de interrupções nas ligações e de funcionamento dos aparelhos. Mas, como durante o prazo estipulado pelo governo para realização das melhorias não houve nenhum investimento, o poder público decidiu encerrar o contrato em 1916, tendo de imediato assinado outro com os Sr. Manoel Henrique de Sá – irmão do concessionário anterior -, que apresentou a proposta de implantação do sistema automático.

Basicamente, os grupos sociais atendidos foram os comerciantes, as famílias ricas e os profissionais liberais num total de 500 pessoas que tinham solicitado a substituição do aparelho manual atendendo ao convite do concessionário Manoel Henrique de Sá com escritório na Casa Monteiro situado à Rua Maciel Pinheiro nº 314. A comunicação entre as pessoas foi facilitada, sobretudo para aqueles que necessitavam manter contato com as casas comerciais, médicos, farmacêuticos e repartições públicas para pedir informações sobre produtos ou serviços. Essa conquista material representou mais uma forma de conforto e progresso para os parahybanos que ansiavam em viver aos moldes dos habitantes das cidades mais desenvolvidas como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

Analisando esse contexto, por outro viés, podemos perceber que o projeto modernizador pensado para a capital parahybana tinha limites espaciais, estruturais e numéricos. Condicionantes que determinavam até a quantidade de pessoas beneficiadas, pois viver e usufruir dos bens materiais do conforto moderno era para um seletivo grupo detentor do

poder econômico que podia pagar pela modernização dos seus hábitos da vida cotidiana. Numericamente o sistema telefônico foi o que apresentou maior seletividade no público atendido, apenas 500 pessoas puderam adquirir mais este instrumento que integrava a lista dos bens representativos da vida moderna.

Nem mesmo o reduzido número de aparelhos instalados na cidade da Parahyba significou a garantia de qualidade na oferta do serviço. Na coluna “Cantando e rindo” publicada em O Jornal pelo poeta Arlequim podemos acompanhar as críticas direcionadas ao mau atendimento da central telefônica responsável por completar as ligações, assim ele escreveu:

Pago, ao mês, um telephonio
Que é a minha perdição...
- *Dlin, diln, dlin...* oh que demonio
Está dormindo a Estação!...
...Acorda... bocêja... e liga...
Mas faz ligação errada!
Afimal, não se ouve nada...
- Uma verdadeira *espiga*,
Parece, até, caçoada!...
Ah! emprêsa de uma figa!
Ah! Terra desventurada!...⁵⁰

Através da habilidade poética do escritor podemos entrever no verso uma concepção bastante apurada sobre o direito de dispor de um serviço de qualidade pelo qual o consumidor pagava. Quando o poeta fez uso da expressão “terra desventurada” foi na intenção de demonstrar sua insatisfação com a forma que conduziram o processo de modernização assentado no emprego de equipamentos obsoletos, velhos e atrasados. Fato evidenciador da contradição de um projeto de modernidade que já nasceu ultrapassado.

Na mesma perspectiva da crítica acima, um chargista da Revista Ilustração⁵¹ publicou uma charge para criticar a inoperância do sistema telefônico em que o cidadão passava horas tentando contato com a central para efetuar uma ligação e não conseguia. O descontentamento com o serviço levou o artista a retratar um usuário num momento de aborrecimento por não conseguir utilizar o telefone, de tal forma que acaba quebrando o aparelho com um chute. Veja abaixo como o chargista repassou para o público como se dava o desespero dos clientes que precisavam usar o sistema telefônico:

⁵⁰ O Jornal – Cantando e rindo – 30/11/1923, p.03.

⁵¹ Revista Ilustração, dez.1936 e jan.1937, p. 04.



Imagem 4 - Fonte: Revista Ilustração, dez. 1936/jan. 1937.

Além da crítica ao telefone, a charge apresenta o sentimento de frustração do cidadão parahybano em não poder utilizar um serviço que havia contratado com a intenção de ter mais comodidade no contato com pessoas e com as casas comerciais ou de repartições públicas das quais necessitava obter alguma informação.

A convivência com os símbolos da modernidade e a influência dos hábitos e pensamentos assimilados dos europeus passou a fundamentar critérios de exigências requeridos dos serviços recém-instalados na cidade da Parahyba como se houvesse um parâmetro anterior que servisse de comparação. O modelo que servira como padrão era a experiência vivenciada pelas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, urbes que dispunham de serviços mais eficientes e de tecnologia avançada.

No entanto, mesmo diante dos vários impasses enfrentados para dotar a cidade da Parahyba com os signos que representavam o moderno não foram suficientes para refrear as ações em busca do progresso. Como evidenciado acima, houve a utilização de equipamentos retrógrados e a demora na execução de alguns projetos em decorrência do erário público não dispor de recursos suficientes, mas ao seu modo, a elite dirigente seguiu empreendendo esforços para tornar o espaço urbano mais digno de ser habitado. Foi nesse intuito que o projeto de saneamento da capital parahybana elaborado em 1913 foi retomado em 1923 pelo Presidente do Estado Sólon de Lucena.

A cidade da Parahyba apresentava tamanha precariedade urbana no início do século XX que a instalação do esgotamento sanitário representava colocar a cidade no caminho da civilização. A iniciativa do governo parahybano fez parte de um movimento nacional para livrar as cidades de surtos epidêmicos tornando-a mais saudável, pois um dos

primeiros passos para alcançar a modernidade era dotar o ambiente urbano de condições higiênicas que garantissem o habitat humano livre de doenças e digno de ser visto pelos visitantes.

A construção do sistema de esgotamento sanitário figurava entre um dos serviços mais requeridos pela sociedade parahybana, sobretudo porque as doenças assolavam os habitantes da urbe e a salubridade e higiene representavam os princípios basilares para uma cidade ser caracterizada como moderna. Neste sentido, os elevados gastos realizados com estas obras justificavam-se por se tratar de um esforço empreendedor que ganhou respaldo por está alicerçado nos princípios higienistas de combate a insalubridade, aos ambientes pantanosos e aos casebres, tidos como perigosos à saúde pública. Sendo assim, as autoridades acorreram aos médicos e engenheiros na elaboração dos planos de saneamento e ordenação dos espaços urbanos.

Uma das primeiras ações na Parahyba foi a criação da “Repartição de Higiene Pública” em 1911. O órgão tinha por objetivo, entre outros, “a adoção de medidas tendentes a prevenir, combater ou atenuar as moléstias endêmicas, epidêmicas e transmissíveis aos homens e animais” (ALVES, 2009. p. 34). Nesse sentido, as atribuições do serviço de higiene estavam diretamente relacionadas as ações de organização urbana através do controle da construção de casas, saneamento, limpeza e qualquer outro sinal de ameaça a saúde pública. No entanto, essa repartição também serviu à ideologia da elite dirigente quando necessitaram legitimar as ações de demolição dos casebres e expulsão dos pobres da área central da cidade, pois estes eram vistos como fontes de doenças e sinal de sujeira. A construção de calçamentos nas artérias urbanas também se enquadrava no rol das medidas higiênicas por livrar as pessoas da lama, da poeira e facilitar a limpeza e asseio das ruas e casas.

As ações de profilaxia e as normas de higiene interferiram diretamente no comportamento e na forma das pessoas se relacionarem com o meio, sobretudo mudando a maneira de ocupação dos espaços. Certamente decorre daí a oposição dos populares às ações sanitárias, por que as exigências da Directoria de Hygiene requeriam mudanças que demandavam gastos com a reforma das casas ou construção das fossas sépticas. As normas higiênicas encontraram nos hábitos populares vinculados ao passado colonial e rural os entraves para obter os resultados esperados, assim os habitantes egressos do campo precisavam se adequar ao novo contexto em que estava inserido. A mudança compreendia a eliminação de costumes como o ato de jogar o lixo e as águas servidas nas ruas para evitar que a cidade continuasse suja, fétida e doentia.

O modelo de cidade que o grupo dirigente buscava instituir foi legitimado por uma série de leis e decretos criados pelo poder político para ordenar os espaços urbano e regular o comportamento dos cidadãos, colocando-os em sintonia com a modernidade. Esses regramentos seguiam o propósito de afastar das áreas centrais da cidade aspectos indesejáveis que se apresentavam como entraves ao projeto modernizador, pois a intenção era instituir o espaço urbano como ambiente natural dos grupos dirigentes e, em contrapartida, excluir os desfavorecidos que eram tidos como corpo estranho. Sendo assim, o projeto de modernidade pensado para a cidade visava estabelecer as elites como sujeitos urbanos e portadores dos valores requeridos pelo novo contexto para viver em sociedade, enquanto que para os pobres a cidade se constituía num ambiente estranho ao qual não se sentia integrado. Contudo, mesmo com as tentativas de excluir os indesejáveis do cenário da cidade, não foi possível viver sem a presença deles, porque ali estiveram representados na figura dos mendigos e/ou trabalhadores.

Visando legitimar as ações sanitárias como essenciais para garantir a saúde e o bem-estar de todos, a elite dirigente procurou esconder a face excludente do projeto fazendo uso dos saberes médicos que, na época, assumiram a condição de conhecimento científico se estabelecendo enquanto lugar de verdade e autoridade, sobrepondo-se aos conhecimentos da cultura popular e acabando por definir os projetos urbanísticos para construção da cidade ideal, além disso, determinava as atividades e/ou hábitos saudáveis que deveriam ser seguidos pela população.

O cientificismo foi o certificado de garantia da modernidade. Foram os princípios higienistas associados ao conhecimento médico que determinaram as regras de intervenção das administrações públicas no ambiente urbano. As iniciativas de modernização urbana, em todas as suas dimensões, fazem parte da estratégia dos grupos dirigentes na busca em dotar a cidade de condições estruturais e estéticas para receber os investimentos do governo e dos grandes comerciantes com vistas a atender seus próprios objetivos, sejam eles financeiros e/ou de bem-estar.

Neste sentido, o então Presidente do Estado Castro Pinto (1912-1915) contratou os serviços do Engenheiro Francisco Rodrigues Saturnino de Brito⁵² para realizar um estudo sobre a infraestrutura da cidade da Parahyba para que lhe servisse de base na elaboração da proposta de concorrência para implantação da rede de esgoto:

⁵² O engenheiro saturnino de Brito foi o responsável pelos projetos de saneamento da cidade do Recife. Essa cidade ganhou projeção regional desde meados do século XIX por ser um importante entreposto comercial, condição que lhe colocou em contato, desde cedo, com os equipamentos modernos. Porém, a população sofria com as epidemias decorrentes da grande quantidade de fontes de miasmas presentes ali, situação que impeliu os governantes a elaborarem um plano de saneamento da cidade sob a direção de Saturnino de Brito. Cf. CHAGAS, 2004, pp. 106-120 e ALVES, 2009, pp. 44-52.

O ilustre engenheiro estudou minuciosamente, nos dias em que se demorou aqui, o plano das obras respectivas, cujo projeto aguardo para servir de base a concorrência pública dos que melhores garantias oferecerem a concessão do serviço, de acordo com o máximo de vantagens garantidas a população⁵³.

As concepções urbanísticas que orientaram Saturnino de Brito estavam fundamentadas na visão organicista e levava em consideração as especificidades locais para elaboração do traçado sanitário. Foi seguindo esta lógica que o engenheiro criou o projeto de saneamento da cidade da Parahyba no ano de 1913. O projeto apresentou muitos desafios de ordem estrutural para adequar a rede de esgoto às ruas estreitas e sinuosas. Além disso, ele se preocupou em regularizar a topografia das áreas baixas, onde foram feitos aterros, e nos pontos mais elevados foi realizado o rebaixamento para facilitar a mobilidade e acessibilidade aos espaços da cidade por meio dos bondes. De acordo com Saturnino de Brito a execução do projeto de saneamento esbarrava em dois problemas: o primeiro na falta de recursos que garantissem o andamento da construção há longo prazo; segundo estava na descontinuidade dos serviços projetados em decorrência da mudança de governo que não levavam o projeto adiante.

O primeiro desses problemas retardou em uma década o início das obras de saneamento na capital. O governo estadual com o firme propósito de lavar adiante a construção da rede de esgoto decidiu contrair empréstimo na praça de comércio do Rio de Janeiro, porém a porcentagem de juros cobrada pelos empresários cariocas foi altíssima, o que provocou a reação da sociedade parahybana e da Assembleia Legislativa que se mostraram contrários à iniciativa do governo. Várias soluções foram apresentadas, entre as quais sobreveio a que sugeriu ao Presidente do Estado que o empréstimo fosse contraído junto aos banqueiros norte-americanos ou ingleses, pois teria uma taxa de juros bem menor e mais prazo para pagar. Outra alternativa foi criada pela Assembleia Legislativa através do Projeto de Lei nº 179 que estabelecia a abertura de concorrência para a contratação da empresa detentora da proposta menos onerosa para os cofres públicos, ainda previa como forma de atrair as empresas a taxa dos usuários pela instalação do serviço em suas residências.

Encerrando as discussões o Presidente Sólton de Lucena decidiu manter o empréstimo junto aos empresários cariocas e tratou logo de providenciar as condições para que os trabalhos tivessem início o mais rápido possível. O Estado já dispunha da Repartição de Saneamento e Esgoto, mas não contava com funcionários capacitados para execução de tal

⁵³ Mensagem do Presidente do Estado da Parahyba – João Ferreira de Castro Pinto – apresenta à Assembleia Legislativa em 01/10/1913, p. 16.

empreendimento, assim providenciou a contratação de três profissionais: dois engenheiros – Paulo Guedes e Baeta Neves – e um técnico – João Fernal.

As obras de construção do sistema de esgotamento sanitário não fugiram ao padrão de centralidade empreendido nos demais melhoramentos. O espaço beneficiado contemplou as “ruas Maciel Pinheiro, Trincheiras, da República, João Machado, Beaurepaire Rohan, Barão da Passagem, Gama e Melo e Amaro Coutinho” (CHAGAS, 2004, p. 110), locais consagrados ao convívio das elites e localização dos seus estabelecimentos comerciais. No início do ano de 1923 os trabalhos começaram a todo vapor, sendo comum verificar nas ruas centrais as valas por onde seguiriam as galerias responsáveis por conduzir as águas servidas e demais detritos produzidos pelas famílias no interior de suas residências. As imagens abaixo, retiradas da Revista Era Nova⁵⁴, reproduzem bem os detalhes das obras:



11 — Construção da galeria pluvial na rua Barão da Passagem. A photographia mostra o escoramento de madeira empregado em virtude da natureza do terreno.



12 — A galeria pluvial, vendo-se a cobertura com as lajes de cimento armado.



22 — Trecho em construção de collectores dos esgotos

Imagem 5 - Fonte: Revista Era Nova, jan. de 1925.

A conclusão dessa obra significava a concretização de uma antiga reivindicação para solucionar parte dos problemas higiênicos da cidade ocasionados pelo descarte de matérias servidas pelas vias da cidade. Mas, os trabalhos de escavações pelas principais

⁵⁴ Revista Era Nova, jan. de 1925.

artérias da cidade provocaram transtornos aos habitantes das áreas atendidas pelas obras de saneamento. Pela dimensão das valas percebe-se que toda rua ficava interditada dificultando até a passagem dos transeuntes e dos próprios moradores das casas adjacentes que precisavam sair para resolver seus afazeres.

Imaginem esta situação numa das ruas mais movimentadas da capital Parahybana como a Maciel Pinheiro. Esta via comportava muitas casas comerciais por onde passavam centenas de pessoas a procura de algum artigo para comprar. Como podemos observar através das imagens apresentadas acima, notamos que muitos materiais de entulho ficavam espalhados pelas calçadas impedindo a circulação dos clientes.

Mas, destas intervenções urbanas decorriam outros problemas que poderiam ocasionar sérios prejuízos à saúde da população por causa da poeira da terra retirada das valas e que o vento se encarregava de transportá-la às residências e aos estabelecimentos comerciais. As reclamações se faziam ecoar pelas páginas dos jornais em circulação na cidade e trazia a insatisfação das pessoas diante de tais condições. Na matéria “A poeira na Rua Maciel Pinheiro” um jornalista de O Jornal reproduziu a seguinte queixa:

Pessôas do alto commercio mais de uma vez nos têm solicitado, volvamos a atenção para a poeira existente na Rua Maciel Pinheiro e consequente da terra deixada no leito das ruas após a passagem dos canos destinados ao esgôto da urbs. Nesta ephoca de forte estio, a passagem dos vehiculos faz levantar nuvens de pó, que se vem depositar nos objectos expostos ao commercio nos estabelecimentos daquela arteria, que é onde se centraliza a actividade mercantil mais intensa da capital⁵⁵.

Vemos nesta voz dissonante que nem todas as pessoas estavam dispostas a se sacrificarem em prol da propalada modernidade. Quando os interesses dos próprios idealizadores do projeto de urbanização da cidade – os comerciantes – se mostravam, por algum motivo, ameaçados pelas ações do progresso não demoravam em tomar partido na defesa de seus interesses. Neste sentido, cobravam do governo medidas urgentes para sanar o impasse antes que as consequências fossem agravadas, ou seja, eram importantes as obras para modernização da cidade, desde que não prejudicassem sua atividade comercial.

As escavações também causaram transtornos aos donos de algumas edificações devido a profundidade das valas cavadas muito próximo da estrutura das habitações. Os proprietários pediram indenizações ao Governo do Estado porque tiveram suas casas danificadas com rachões em decorrência dos serviços do esgotamento sanitário. Um jornalista

⁵⁵ O jornal – A poeira na Rua Maciel Pinheiro – 1924, p. 01.

expôs numa edição de O Jornal uma matéria sobre esta questão, da qual ele tratou nos seguintes termos:

Merecem algum reparo os trabalhos que se estão realizando na Praça Álvaro Machado, por necessidade do serviço de esgotos da capital.

Além de terem os mesmos prejudicado aos proprietários de prédios allí situados, os quaes se acham em entendimentos para uma justa e razoável indemnização dos prejuízos soffridos com a damnificação e o abalo da segurança daquelles mesmos prédios, - não estão os serviços attendendo sollicitamente aos cuidados que deveriam ter com a saúde dos que moram ou são obrigados a trabalhar naquelle local⁵⁶.

Não havia dúvidas entre os parahybanos que a rede de saneamento era um benefício incontestável para a saúde de todos. No entanto, as pessoas que se acharam prejudicadas pelas transformações estruturais da cidade entendiam que as ações realizadas pelo governo eram essenciais, mas não poderiam trazer tantos transtornos aos moradores das áreas atendidas pelas construções. A relação dos grupos sociais com os equipamentos modernos foi permeada por conflitos, que foram aos poucos sendo superados através da incorporação dos novos hábitos e costumes decorrentes do convívio com estes materiais.

Mas, alguns hábitos continuaram presentes na vida cotidiana das pessoas, sobretudo aqueles vinculados ao mundo rural. Porém, nem todos se coadunavam com os novos preceitos do viver urbano, principalmente aqueles relacionados ao destino dado ao lixo produzido pela família. Comumente este material era depositado em locais próximos as residências sem se preocupar com questões de higiene e saúde.

Na cidade este comportamento se tornou alvo de muitas reclamações por parte dos cidadãos defensores dos ideais de limpeza e salubridade. Várias ações governamentais tentaram regulamentar o descarte do esgoto e do lixo para evitar que fossem despejados no meio das ruas ou em áreas desabitadas, porque estes dejetos atraíam animais responsáveis pela disseminação de doenças infectocontagiosas. Em plena era higiênica não se podia conceber que as ruas da cidade apresentassem aspecto sujo e fétido como décadas atrás, pois estes traços caracterizavam povos atrasados e incivilizados.

No entanto, as normas e ações de profilaxia da Repartição de Higiene não foram suficientes para impedir que pessoas continuassem depositando lixos em Ruas como a Riachuelo, da Areia, da Raposa, Barão da Passagem, Concordia, além da ladeira da Cathedral e ladeira São Francisco. Estes locais compreendiam áreas adjacentes ao centro da cidade.

O acúmulo de materiais a céu aberto atraía insetos e animais que poderiam transmitir doenças e desencadear epidemias com resultados drásticos para a população. A

⁵⁶ O Jornal – O serviço de esgotos e a Praça Álvaro Machado – 1924, p. 02.

preocupação dos habitantes era refletida nas páginas dos jornais através de reclamações sobre o lixo depositado nas ruas, como observou um articulista d'O Jornal ao publicar uma nota intitulada "Lixo aos montões":

Á rua do Riachuelo está transformada em deposito de lixo, porque as carroças da limpeza publica por alli não transitam. Acossados os seus moradores pela necessidade de esvaziarem os pequenos depósitos que possuem, atiram o lixo em plena rua!⁵⁷

A questão do lixo tornou-se um entrave aos anseios de limpeza da urbe, pois há muito tempo o poder público vinha empregando esforços na superação desse problema com a contratação de um serviço responsável por realizar a remoção do lixo das principais ruas da cidade. A coleta não ocorria de forma regular e se mostrou insuficiente por não dispor da estrutura necessária para recolher toda a sujeira, além disso, surgiu outra questão sobre o destino que seria dado ao material recolhido que de acordo com as próprias normas de higiene não poderiam ser depositados em terrenos desabitados no entorno da cidade. A solução apontada pelos médicos e sanitaristas era a construção de um forno de incineração, mas devido a falta de recursos o projeto não saiu do papel. Em matéria publicada em O Jornal de 1924 sobre o problema do lixo, um jornalista expressou bem a real situação em que se encontrava a capital:

Deficientissimo, o serviço de remoção do lixo se faz numas carroças antiquadas e, ainda sim, em pouquíssimas ruas.
Feita a collecta do lixo, é esse levado para certos e determinados pontos da cidade, onde se corrompe ao calor do sol e á chuva, com risco da saúde dos habitantes desses pontos.
Tradicionalmente era o Zumby o ponto de deposito do lixo.
Ultimamente há variado o local: Baralho, rua da beleza, ladeira da Catedral e, agora, bem alli perto da principal rua da urbs: á Praça S. Francisco, em frente a ladeira do mesmo nome!⁵⁸

Essa situação também preocupava ao governo por temer um surto epidêmico para o qual não dispunha da estrutura necessária na prevenção de doenças e combate aos focos de epidemias. Os funcionários a disposição da Repartição de Higiene, responsáveis por fiscalizar o cumprimento das normas higiênicas, se restringia a um Inspetor, o Sr. Dr. João Baptista de Sá Andrade, e dois Delegados, o Sr. Dr. Octácilio de Albuquerque e o Dr. José de Sousa Maciel⁵⁹. Esse quadro demandava ações imediatas e efetivas que buscassem solucionar a

⁵⁷ O Jornal – Lixo aos montões – 1924, p. 02.

⁵⁸ O Jornal – O problema do lixo – 12 /04/1924, p. 03.

⁵⁹ Mensagem do Vice-presidente – Walfredo Leal – apresentada à Assembleia Legislativa do Estado em 01/09/1906.

questão dos esgotos, do lixo e das doenças, pois uma cidade que se pretendia moderna precisava cuidar de sua estética e salubridade.

Mesmo o serviço de saneamento tendo apresentado vários problemas, os grupos dirigentes – políticos e comerciantes – não deixaram de evidenciar a importância dessa realização ao ressaltar os esforços das administrações para melhorar a cidade promovendo a “limpeza moral” e o controle dos espaços públicos e privados, mesmo que para isso não tenham poupado casas populares, igrejas e casas comerciais. O serviço de esgoto tornou obrigatória a instalação sanitária dos domicílios que deveria ser custeada pelo proprietário do imóvel sob pena de interdição e demolição. Tal obrigação, mais uma vez, limitou o acesso das camadas populares a esse serviço e forçou a retirada dos pobres do centro da cidade. A ideologia do progresso e civilização justificavam as demolições e expulsão dos pobres para os arrabaldes da cidade.

Em decorrência dessa postura o projeto de higiene não foi compartilhado por toda a população. As ações de profilaxia eram invasivas e atentavam contra a intimidade do lar, atitudes contrárias aos princípios do recato das famílias que tinham no ambiente da casa a proteção da sua imagem, esta garantia tinha um ideal elitista porque procurava preservar apenas as famílias aristocráticas, enquanto que os lares dos menos favorecidos eram invadidos com a justificativa de representarem ameaça à saúde da população. A resistência dos populares às medidas de higiene não ocorria simplesmente por não concordarem com o projeto, mas por falta de condições financeiras que lhes assegurasse realizar as reformas requeridas para não ter suas casas demolidas, pois certamente ninguém iria ser contra as ações destinadas a resguardar a sua própria saúde.

Os becos foram os principais alvos das medidas sanitárias por serem considerados focos de doenças, sujeira e promiscuidade, aspectos que contrariavam os ideais modernos de salubridade e higiene e corrompiam os princípios morais das famílias, representando um entrave para a conquista da modernização.

Com a instalação dos serviços de luz elétrica, bonde elétrico, calçamento, água encanada e esgoto sanitário concluído em 1926, a cidade da Parahyba ganhara foros de cidade civilizada e moderna. Os anseios da classe dirigente estavam se concretizando. Mesmo levando em consideração os limites desses serviços a população deslumbrava-se com tais melhoramentos, pois podiam assemelhar-se aos cidadãos civilizados do mundo europeu. Tais conquistas criaram uma nova feição para o espaço urbano e permitiu o surgimento de novos hábitos e a incorporação de novos valores ligados a recreação, ao lazer e ao esporte.

Com a nova conjuntura urbana da cidade da Parahyba e o desejo criado no imaginário social de viver a modernidade, aos poucos foram sendo gestadas novas práticas culturais, sobretudo no campo da diversão e do lazer. As transformações processadas não ficaram apenas no campo da infraestrutura. Com o advento dos signos modernos e a mudança de concepção da sociedade que se mostrava receptiva ao novo e aos elementos constitutivos de distinção social, os esportes chegaram ao Brasil e logo foram incorporados aos hábitos dos jovens filhos das famílias aristocráticas que haviam mantido contato com as práticas esportivas na Europa aonde tinham ido estudar ou passar férias.

Ao regressarem da Europa os jovens buscavam reproduzir no Brasil as experiências adquiridas no convívio com os jovens ingleses. Assim, procederam à criação de clubes sociais destinados ao lazer das famílias abastadas. Após alguns anos incorporaram a prática do futebol e outros esporte como o turfe, o remo e o ciclismo entre as modalidades recreativas para divertimento dos jovens associados.

Os clubes sociais edificaram e exigiram novos e diferenciados comportamentos de quem desejava portar-se como moderno. Não era suficiente apenas adquirir os bens da modernidade, era preciso mostrar-se para a sociedade portando esses emblemas. Por isso os passeios nos parques, jardins e praças se tornaram parte dos hábitos dos indivíduos modernos e momentos privilegiados para circulação de informações, sobretudo aquelas referentes ao que era digno ou não de um jovem moderno usar, praticar ou frequentar.

Os lugares de convivência social estavam se modificando e saindo do espaço fechado das residências e ganhando a liberdade das ruas, praças e jardins. Muito tempo se passou até que as famílias mais tradicionais conseguissem extrair suas relações do espaço privado da casa para o ambiente público da rua e da praça. Neste sentido, o governo não mediu esforços para dotar esses ambientes da infraestrutura e equipamentos necessários para torná-los aprazíveis e confortáveis para que os grupos dirigentes se sentissem bem na descoberta destes novos ambientes. Esta busca não era involuntária, ela estava carregada de valor simbólico porque era uma forma dos jovens reproduzirem na Parahyba a dinâmica vivenciada em cidades como Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Londres e Paris.

O lazer passou a ser incorporado aos hábitos da elite a partir dos anos finais do século XIX e com mais intensidade nas primeiras décadas do século XX, quando este grupo social sentiu a necessidade de espaços para poder mostrar sua elegância e civilidade. Nesta perspectiva, surgiram os *clubs* sociais como espaços de sociabilidades destinados a promoção de festas, bailes dançantes, soirées e matinês. Geralmente as atividades de lazer eram complementadas pela frequência de praças ou jardins, hábito que levou o poder público a

desenvolver ações para conservar e criar novos espaços para convivência e recreação dos segmentos sociais dirigentes. Como estes ambientes passaram a ser bastante frequentados pela sociedade eles contavam com luz elétrica, chafariz e bonde elétrico passando nas proximidades, tudo para tornar o ambiente aprazível, digno de ser visto e símbolo da modernidade.

Tornou-se comum nos finais de tarde as bandas de músicas executarem canções no jardim público e nas praças. Esses eventos eram conhecidos como retretas e contava com um público assíduo, evidenciando o gosto e interesse da sociedade por atividades de lazer e diversão. O hábito de frequentar a praça ou o jardim, para assistir as retretas ou participar de conversas com os amigos, estava se constituindo num costume tão relevante que em 1918 ocorreu um fato elucidativo dessa nova postura. Em decorrência de reformas realizadas no jardim público a retreta teve que ser transferida para outra praça, o que ocasionou reclamações por que a estrutura para onde havia sido transferido o evento não acolhia adequadamente o público e não oferecia condições para a Banda de Música do 22º Batalhão de Caçadores executarem as composições como de costume.

Essa reclamação pode evidenciar duas realidades: primeiro a rapidez com que os costumes do mundo moderno estavam sendo incorporados pelos cidadãos da Parahyba; segundo pela carência de atividades de lazer fazendo a sociedade sentir a falta de uma retreta.

Na Parahyba a vida cultural se limitou, por bom tempo, as retretas executadas pelas bandas de Música ou alguns espetáculos apresentados no Teatro Santa Rosa. Não conseguindo alcançar o nível, o ritmo e a tendência das diversões modernas expressas nos espetáculos teatrais, concertos musicais e nas operas apreciadas pelas populações do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

Posteriormente, as conquistas materiais resultantes da aquisição de equipamentos como a energia elétrica e os bondes tornou possível a incorporação de novos hábitos como ir à praia, ao Hipódromo, frequentar salões, cafés, clubes sociais e consumir atividades culturais e de lazer como o teatro, o cinema e os esportes. As famílias abastadas descobriram na praia um espaço de lazer e recreação, tendo o banho de mar, inicialmente, se constituído como medida profilática e, posteriormente, passando a identificar o banhista como uma pessoa em sintonia com a modernidade. Nas águas do Sanhauá os jovens retomaram o espírito navegante de nossos antigos colonizadores através da prática do remo, porém com um sentido totalmente diferente, adotando-o como uma atividade moderna e saudável para fortalecer os jovens que almejavam a civilidade e o progresso de suas práticas culturais.

Foi a partir das indicações médicas do banho de mar como medida terapêutica que a orla da cidade da Parahyba passou a se constituir enquanto espaço de visitação e veraneio para os grupos abastados. As obras de infraestrutura que ligavam o centro à Tambaú foram impulsionadas pelo interesse das elites para facilitar o deslocamento até a praia, pois já haviam construído até casas para o repouso durante a estação balnear que se estendia de dezembro a janeiro do ano seguinte. Mal podiam imaginar esses pioneiros que o mar seria palco de atividades esportivas – remo, natação – símbolos de modernidade que mudariam a relação e a forma de conviver com esse novo espaço.

A descoberta da praia pela sociedade como um ambiente portador de clima favorável para cura de algumas doenças – pneumonia e tuberculose – e o banho de mar como atividade saudável impulsionou os grupos abastados a reivindicarem a construção de estradas que facilitassem o acesso à praia de Tambaú. Os serviços de transporte de tração animal e o bonde elétrico também foram requeridos para melhorar o deslocamento até aquela localidade. Com essa iniciativa a sociedade parahybana descobrira mais um hábito moderno e símbolo de civilidade.

O carnaval com suas marchinhas se tornou outro meio de diversão bastante frequentado pela sociedade. Algumas marchinhas criticavam os péssimos serviços de iluminação elétrica e bonde a disposição dos parahybanos⁶⁰. Esses serviços passaram a possuir tamanha importância na vida cotidiana da população que até nos momentos de irreverência estavam presentes, mesmo que fossem em forma de críticas.

No final da década de 1920 os símbolos mais representativos da modernidade já estavam instalados na capital parahybana. Dentre eles os esportes, sobretudo o futebol e o turfe, através dos quais passaremos a acompanhar como se deu a relação de parte da sociedade com estas atividades esportivas. Nos campos, nas arquibancadas e no Prado buscaremos compreender os usos, apropriações e representações que os jovens das famílias abastadas empreenderam por meio das práticas esportivas para se afirmarem enquanto praticantes de uma atividade moderna e símbolo de distinção.

Novos espaços de convivências e formação de sociabilidades foram configurados nos campos de futebol e no Hipódromo. A seguir seremos expectadores das primeiras pelepas entre os clubes esportivos da cidade e dos páreos que levaram muitos jovens a se apaixonarem por sua prática. Assistiremos as descrições dos garotos correndo atrás de uma bola ou

⁶⁰ Cf. Os periódicos: O Jornal (1923-1924), A Notícia (1916), Liberdade (1931-1936), entre outros.

montado em um cavalo, num gesto simples e desinteressado, mas que provocou mudanças sensíveis no campo da recreação esportiva na Parahyba.

CAPÍTULO 2

O *foot-ball* e o *turf* na cidade da Parahyba das décadas de 1908-1925

Corre atualmente no seio da mocidade parahybana um frêmito de entusiasmo pela educação física, uma dedicação espontânea ao culto da forma e da força, traduzida nesse afan com que os nossos rapazes trabalham por aumentar as suas capacidades orgânicas, mediante continuada dedicação aos esportes atléticos. Quase diariamente registram as gazetas a organização de novas sociedades *sportivas*, ora surgidas no seio das escolas, ora fruto de vontades dispersas que se unem e irmanam para facilmente realizar a aspiração comum do enobrecimento orgânico. (A Notícia, 10/09/1916, p. 01).

2.1 O futebol na cidade da Parahyba: construindo uma prática esportiva

Os estudos sobre as cidades brasileiras têm contemplado, com maior ênfase, o período de transição entre os séculos XIX e XX, prolongando-se até meados da década de 1950. As cidades ganharam uma nova projeção em decorrência das transformações políticas, sociais, tecnológicas e econômicas que desencadearam o processo de modernização através da aquisição dos equipamentos símbolos do progresso. Essas conquistas ocorreram em duas dimensões: a material e a simbólica. A primeira dimensão se deu com a implantação do trem, da luz elétrica, bonde elétrico, telefone, água encanada, urbanização das ruas e a mudança estética e material das edificações; a segunda projetou-se no campo dos hábitos e costumes por meio da assimilação de novos modos de vestir, morar e se divertir.

Como palco de novas sociabilidades as *urbs* projetaram diversas possibilidades de análises históricas para se compreender a dinâmica de formação desse novo espaço urbano. Entre as que se mostram mais elucidativas do fazer-se social desse momento está a abordagem das práticas esportivas adotadas por uma parcela da sociedade que vislumbrava incorporar ao seu cotidiano atividades que servissem como elementos de distinção social. Os grupos dirigentes encontraram nos esportes praticados pelos povos europeus a fonte ideal para demonstrar que viviam em sintonia com o mundo moderno, portanto os esportes podem evidenciar aspectos de uma cidade e de seus habitantes que não foram revelados por outras investigações.

Sempre que partimos para pesquisas sobre esportes no cenário das cidades brasileiras temos como parâmetros os estudos realizados em capitais do sudeste e sul do país. Apontando para uma perspectiva urbana e esportiva bem distinta do modelo vivenciado pelas cidades do interior da Região Nordeste, mesmo que possamos perceber semelhanças que foram mantidas nesses dois processos históricos. Contudo, devem ser ressaltadas as singularidades do contexto para introdução dos esportes na cidade da Parahyba do ano de 1908.

A Parahyba não dispunha de certas condições estruturais e econômicas propícias ao rápido desenvolvimento e expansão dos esportes devido a sua conjuntura socioeconômica. A cidade não era polo ou referência de uma região que permitisse a circulação de pessoas e mercadorias capazes de demandar investimentos infraestruturais para apresentar-se aos visitantes como uma *urbe* moderna e civilizada. Pelo contrário, viveu muito tempo sob a dependência de Pernambuco, sobretudo da cidade do Recife que funcionava como centro regional responsável pelo escoamento da produção algodoeira da Parahyba e como ponto de partida dos *Parquets* para as cidades do Norte, sudeste e sul do Brasil. Essa dependência também se dava no campo educacional, pois os vizinhos do sul já contavam com a faculdade de Direito para onde as famílias abastadas da sociedade parahybana encaminhavam seus filhos para se formarem como advogados, uma das profissões mais prestigiadas da época.

Foi, em parte, devido a esta conjuntura de dependência das capitais mais adiantadas que influenciou as elites locais para dotar a cidade da Parahyba dos equipamentos do conforto moderno, pois este grupo social, por viver em constante contato com os hábitos e práticas desses centros mais desenvolvidos, foi impelido a copiarem aspectos desse novo modo de viver. As práticas esportivas também são frutos deste processo levado a cabo através dos estudantes que mantiveram contato com elas nas faculdades de Direito ou Medicina de cidades como Rio de Janeiro, Bahia e Recife.

O processo de introdução do futebol na terra de Nossa Senhora das Neves não dispõe de um acervo documental preservado, sobretudo do momento da chegada até os seus primeiros cinco anos de atividade. São desconhecidas fontes jornalísticas que tenham registrado o primeiro contato dos jovens parahybanos com a bola ou dos primeiros passos nos campos improvisados. As informações que temos acerca de como se deu a chegada do futebol à Parahyba, advém de escritores memorialistas que basearam sua produção em relatos transmitidos por uma geração sabedora destes fatos através de histórias orais. Desta feita, muitos acontecimentos ocorridos se perderam no tempo e não deixaram fontes confiáveis ou

vestígios suficientes para elucidação de alguns pontos, nos restando apenas migalhas e indícios desse processo histórico.

A princípio, muito do que sabemos a respeito desse passado nos foi legado pelo escritor Walfredo Marques, autor do livro “A história do Futebol Parahybano – 1908-1968”. Seus relatos não apresentam fontes probatórias das informações publicadas, exigindo-nos maior rigor histórico na análise e interpretação dos acontecimentos por ele relatados. Sobretudo, se levarmos em consideração a vida esportiva de Marques que foi jogador de vôlei e futebol do Colégio Lyceu Paraibano, além de ter sido fundador e filiado a alguns clubes destinados à prática dos referidos esportes. Participou ativamente da criação da Liga Paraibana de Vôlei e da Federação Paraibana de Futebol (F.P.F.), tendo, por vários anos, integrado a equipe dirigente da F.P.F., da qual se tornou Presidente desta entidade na década de 1960⁶¹. Este envolvimento com as entidades representativas do esporte paraibano fez com que o seu livro se tornasse uma espécie de registro oficial do esporte paraibano. Neste sentido, alertamos o público leitor para que esteja ciente das limitações históricas da narração feita por MARQUES (1975).

Segundo MARQUES (1975, pp. 13-19) o futebol foi introduzido na cidade da Parahyba no ano de 1908, pelo jovem acadêmico José Eugênio Soares e seus colegas de estudo que regressavam das faculdades do Recife, Bahia e Rio de Janeiro para passarem suas férias juntos com os familiares na cidade natal. O jovem José Eugênio estudava numa faculdade da capital carioca, cidade em que os esportes já haviam sido bem difundidos entre os habitantes, onde teve os primeiros contatos com o jogo bretão. Certamente, pela novidade que o referido esporte representava despertou-lhe o interesse de tal maneira que em pouco tempo tornou-se um praticante entusiasmado. A partir dessa empolgação nasceu o desejo de partilhar com os amigos que havia deixado na Parahyba a tão empolgante diversão. Para isto passou a se preparar com a aquisição dos materiais, concepções e regras necessárias para reproduzir as experiências adquiridas sobre o futebol na terra dos tabajaras.

A bola foi o principal elemento trazido na bagagem do jovem estudante. O futebol não exigia muitos materiais para sua prática, exigindo apenas uma bola, os jogadores e uma faixa de terra plana que permitisse a bola rolar. Mas, além disso, o garoto trouxe a experiência e concepção de criação dos clubs esportivos, que posteriormente se transformariam nos principais difusores da cultura esportiva entre os parahybanos. A chegada de José Eugênio à Parahyba ocorreu no dia 10 de janeiro de 1908, desse dia em diante ele passou a apresentar a

⁶¹ Estas informações constam no verso da capa do livro MARQUES, Walfredo. **A história do futebol parahybano – 1908-1968**. João Pessoa: A União, 1975.

novidade ao seu círculo de amizade, surgindo então a ideia de fundar um *Club* para a realização do primeiro jogo de futebol da cidade. O nome escolhido para a equipe foi *Club de Foot-ball Parahyba*⁶².

Nos encontros diários entre os amigos decidiram marcar para o dia 15 de janeiro de 1908 a data da primeira partida do *team*. Com um intervalo de cinco dias entre o contato inicial com a bola e o primeiro jogo, houve uma mobilização dos jovens para providenciar os preparativos, tais como: encontrar um lugar que servisse como campo, sem ser necessário realizar muitos melhoramentos, comunicar aos amigos, familiares e pessoas mais próximas para comparecerem a primeira demonstração de futebol. Nas palavras de Walfredo Marques o fato teve o seguinte desdobramento:

Como não poderia deixar de ser, para a primeira demonstração, dividiram o clube recém-fundado em duas equipes: Norte e Sul. Tomadas as necessárias providências, realizaram o primeiro ensaio de futebol, na tarde do dia 15 de janeiro de 1908, no local denominado ‘Sítio do Coronel Manoel Deodato’ nas imediações onde é hoje a Praça da Independência. Ao citado ensaio assistiram várias famílias e grande massa popular que não se cansaram de dirigir saudações aos componentes de tão bela diversão. (MARQUES, 1975, p. 13).

O evento, certamente, não despertou o interesse da “massa popular” nem muito menos empolgou ao público presente como descreveu o autor. Nas duas principais capitais do país – Rio de Janeiro e São Paulo – que contavam, há época da chegada do *foot-ball*, com um contingente populacional elevado e heterogêneo para os padrões do período não houve toda esta empolgação nem muito menos a presença de um grande público para assistir ao evento. Tudo deve ter acontecido muito na base do improviso, por se tratar apenas do primeiro contato com o futebol, o que sugere ter sido semelhante ao ocorrido no Rio de Janeiro em que “a partida não parece ter atraído a atenção dos seus contemporâneos. Segundo um deles, o número de jogadores teria sido maior do que o público presente” (PEREIRA, 2000, p. 24). Em São Paulo não foi muito diferente, pois “o primeiro grande jogo foi realizado em 1899, na presença de 60 (sessenta) torcedores” (CALDAS, 1994, p. 42). Na Parahyba, certamente, deve ter acontecido algo semelhante ao que ocorreu nessas duas capitais, existindo por parte do autor uma tentativa excessiva de enfatizar a ação dos jovens conterrâneos, tendo possivelmente comparecido ao local do jogo algumas pessoas curiosas que tomaram conhecimento do fato.

⁶² Será preservada a grafia de algumas palavras em inglês como era usual escrevê-las na época em que se passaram os fatos.

Cabe ressaltar que as primeiras partidas de futebol no Brasil não foram eventos de massa nem de grande divulgação como os jogos da segunda metade do século XX, pois aqueles atos inaugurais só tiveram sentido para um pequeno grupo que tinha conhecimento da atividade esportiva, enquanto a maioria expressiva da sociedade sequer sabia do que se tratava.

Não existia tática de jogo, nem obediência as posições em campo, ou seja, os jogos eram uma verdadeira correria em que os jogadores queriam marcar o gol de qualquer forma para vitoriar sobre o adversário. A falta de técnica e destreza com a bola, os precários materiais empregados na prática do jogo e o placar de zero a zero nas primeiras partidas, não podem ter causado entre os presentes aclamações de louvor do tipo: “tão bela diversão”. Pelo que nos informa a literatura esportiva brasileira, a primeira impressão do jogo bretão foi de estranhamento e repulsa a forma truculenta como era praticado. Os constantes resultados de empates nas disputas das partidas “causava a decepção do cronista esportivo, pois os outros esportes como o turfe e o remo sempre tinham um vencedor” (PEREIRA, 2000, p. 25).

Mesmo diante destes percalços os pioneiros do futebol continuaram empreendendo esforços para realização de mais uma partida. Segundo Marques, dias antes do segundo ensaio, os rapazes decidiram oficializar a fundação do *Club de Foot Ball Parahyba* constituindo a composição da Diretoria que ficaria a frente dos destinos do grêmio esportivo. A reunião para eleição dos diretores aconteceu “na residência do Major Piragibe Lemos, situada no sobrado nº 53 da Rua Maciel Pinheiro” (MARQUES, 1975, p. 13). Compareceu a solenidade os seguintes convidados: Antônio Roderico de Carvalho, Alcebíades Silva, Inojosa Varejão, Rosalvo Caçador, Dr. Aprígio dos Anjos, Dr. Trajano Gomes, Manoel Mendonça, Brabâncio Piragibe de Souza Lemos e Clemente Levy, estes dois últimos foram eleitos Presidente e vice-presidente respectivamente.

Quatro dias após o ato da fundação oficial do *Club de Foot Ball Parahyba*, os entusiastas do futebol parahybano realizaram o segundo *match* treino entre os quadros norte e sul da equipe. Desta vez o caráter festivo do evento foi mais evidente, porque além das pessoas comuns da sociedade, compareceram autoridades políticas como o Presidente do Estado Monsenhor Walfredo Leal e o Senador Álvaro Machado. A presença desses personagens para assistirem ao jogo aponta uma nova dimensão da fase inicial desse esporte na Parahyba, pois indica que o futebol se tornava um evento importante e merecedor de prestígio. Porém, não devemos descuidar que pode ter sido uma estratégia dos jovens, integrantes da elite dirigente, de terem convidado o Presidente do Estado e um Senador para

dar maior evidência ao evento e poder chamar a atenção das pessoas do seu meio social para se interessarem pelo esporte ou pode ter sido apenas uma visita para prestigiar a exibição dos filhos de correligionários de prestígio na sociedade, pois se tratava de uma novidade com *status* de elegância e adiantamento cultural dos jovens parahybanos que praticavam as mesmas atividades dos europeus, podendo, assim, assemelhar-se e viver ao modo de ingleses, franceses e italianos.

De qualquer forma a partida transcorreu num clima festivo comandado pelo Maestro Luna Freire a frente da Banda de música 29 de Junho. As composições executadas pela banda serviam para animar os convidados antes do jogo e após o seu término. Outro aspecto a ser destacado foi que “ao longo do campo estavam enfileiradas as cadeiras do Teatro Santa Rosa, por gentileza do seu Diretor, cedidas para aquela demonstração esportiva, aonde iam se acomodando todos os que receberam convites” (MARQUES, 1975, p. 15). Diante desses detalhes podemos perceber que foi demandado um esforço maior para atrair um público específico da sociedade que mereceu o recebimento de convite especial para se fazer presente ao campo do Coronel Manoel Deodato. Certamente pelos preparativos realizados a assistência ao *match* tenha sido mais numerosa.

Possa ser que o jogo em si não tenha apresentado o mesmo brilhantismo da festa, pois ocorreu outro empate entre as equipes pelo placar de 1x1. E os gols foram marcados um de pênalti e outro contra, numa infelicidade do *back* que mandou a bola para o próprio gol. Naquela tarde esportiva fizeram parte da pugna os jovens M. Castro, J. Augusto Rodrigues, Diógenes Caldas, Raul Carvalho, Pedro Ulisses, Horácio Polari, João Davino, João Câncio Brayner, Álvaro Lemos, Rosalvo Caçador, Charles Frederico Volks, Inojosa Varejão, entre outros consócios do *Club de Foot Ball Parahyba* (MARQUES, 1975, p. 15). Entre os jovens *sportmans* estava presente um inglês, Charles Frederico Volks, funcionário da Great Western que provavelmente contribuiu para a compreensão das regras do *foot-ball association* pelos parahybanos.

Após esses dois ensaios de futebol se seguiram o entusiasmo da rapaziada que não falava sobre outra coisa a não ser dos matches realizados. Certamente, a imprensa local deve ter noticiado o fato porque a V. Ex.^a Presidente do Estado se fez presente, assim como outras pessoas de influência na sociedade e populares. Devido a maior presença de expectadores para assistir ao jogo, no dia seguinte os comentários devem ter se espalhado pela cidade e aguçado a curiosidade dos que não se fizeram presentes ao *match*, fato que pode ter contribuído para aumentar a expectativa para o terceiro jogo.

Um mês depois da segunda partida os estudantes organizaram a terceira apresentação futebolística na tarde do dia 22 de março de 1908, descrita por Marques nos seguintes termos:

Com o derby todo embandeirado e com a presença de grande número de famílias e cavalheiros, inclusive a de S. Excia. o Presidente do Estado, foi levado o terceiro espetáculo público do *Club de Foot Ball Parahyba* tarde de 22 de março de 1908. Como das duas demonstrações anteriores, estava também presente a banda de música, desta vez a do Batalhão Policial, sob a batuta do alferes Camilo Ribeiro, alegrando com o seu vasto repertório, o local do *Derby*.(MARQUES, 1975, p. 15).

Através desses detalhes percebemos claramente o esforço do autor para destacar os jogos como um evento festivo, que atraiu o público por se tratar de uma novidade vinda do Rio de Janeiro e importada dos ingleses. Neste sentido, os jovens deveriam assimilar tal cultura esportiva para se igualarem aos cariocas e criar um novo padrão de homem pautado nos ideais da força física e saúde. Foi a partir desse momento que a Parahyba tomou conhecimento do futebol e adotou-o como mais um símbolo do mundo moderno, mesmo que esta representação tenha ficado apenas no campo simbólico, porque a prática do futebol na Parahyba permaneceu num estágio precário devido à falta de recursos para desenvolvê-lo.

Passada a fase de introdução do “*foot-ball Association*” entre os parahybanos, seguiu-se o retorno dos estudantes para as cidades onde estudavam. Com a saída dos entusiastas do esporte ficava a questão: será que a mocidade daria prosseguimento aos *matches* ou cairia no esquecimento passado o período de empolgação. A tarefa tinha ficado a cargo de Piragibe Lemos, Clemente Levy, Alcebíades Silva e os outros garotos filiados ao *Club de Foot Ball Parahyba*, porém segundo Marques após a saída dos estudantes “ficou um pequeno número de associados, o que impossibilitou a existência do primeiro sodalício” (MARQUES, 1975, p. 15). Informação que evidencia certo arrefecimento do entusiasmo entre a juventude ou revela o pouco alcance das informações sobre os jogos, não sendo suficiente para atrair mais rapazes com o objetivo de manter em funcionamento o *club* criado há poucos dias.

Pouco tempo depois não se ouviu mais falar no primeiro *club* de futebol fundado na Parahyba. Os desdobramentos dos fatos indicavam que o jogo da bola não iria resistir ao impulso demolidor do desânimo que acometia os parahybanos, mas a semente tinha sido plantada e numa hora ou outra nasceria pela iniciativa da mocidade que vivenciou aquele momento histórico.

Em 1909 um grupo de jovens deu provas de que o interesse pelo futebol permanecia vivo entre eles, criando no dia 05 de maio de 1909, o *Club Atlético Parahybano*.

Posteriormente, em nova reunião no “Sobrado nº 21 da Rua Direita” os rapazes fundadores da agremiação decidiram mudar o nome do clube para Parahyba *Sport*. Alguns sócios do antigo *Club de Foot Ball Parahyba* figuravam entre os integrantes do novo sodalício, entre eles podemos citar Alcebíades Silva e Álvaro Lemos. Possivelmente tenha sido estes que não deixaram o futebol desaparecer e ainda acrescentaram outras modalidades esportivas ao rol de atividades do clube, como a ginástica e a acrobacia.

Na sequência dos fatos tivemos a criação de vários outros clubes. Essa iniciativa surgia nas conversas entre os jovens reunidos nas retretas do Jardim Público, no Ponto de Cem Réis ou em qualquer praça onde se encontrassem. “A fundação de novos clubes era quase uma mania, as reuniões para qualquer assunto eram realizadas a qualquer hora, até mesmo ao meio dia, sempre em casa dos mais animados” (MARQUES, 1975, p. 20). Geralmente, a constituição de um novo clube esportivo atendia a motivos pessoais dos rapazes, uns por não se acharem representados pelo clube ao qual pertenciam, outros porque tinham criado divergências entre os colegas e acabavam saindo para formar uma nova equipe.

Nesse clima de entusiasmo foram criados no ano de 1911, o Parahyba *United Foot Ball Club*, o Red Cross *Foot Ball Club*, o Brazil *Sport Club*, O Caixeiral *Sport Náutico* e o América *Foot Ball Club*. Esses clubes dispunham de sedes próprias e uniformes, sugerindo que eram jovens da elite os responsáveis por esses grêmios esportivos, porque era muito difícil e dispendioso conseguir comprar os acessórios para equipar os times, estes materiais só eram encontrados em lojas especializadas no Rio de Janeiro. Algumas destas equipes tiveram a organização suficiente para permanecer em atividade durante alguns anos, outras foram extintas pouco tempo depois da sua criação.

A extinção dos clubes, poucos meses após sua criação, pode ter como causa fatores ligados a falta de recursos para gerir e realizar as atividades esportivas, falta de estratégia para atrair novos sócios, sem estrutura de sede e acessórios esportivos e as constantes derrotas. As somas desses fatores contribuía para deixar a imagem do clube desacreditada perante a juventude, pois ninguém queria estar vinculado a uma equipe perdedora. Como o futebol assumiu, inicialmente, um aspecto elegante e refinado por ter sido difundido pelos filhos de famílias abastadas, os clubes tinham que demonstrar isso em campo vencendo os jogos e apresentando-se com distinção e elegância no modo de vestir e portar-se durante os *matches*.

As partidas travadas entre Parahyba *United F. C.* x América *F. C.*, Red Cross *F. C.* x Parahyba *United F. C.*, América *F.C.* x Red Cross *F.C.*, Brazil *S. C.* x Parahyba *United F.C.*, América *F. C.* x Brazil *S. C.* e o Red Cross *F. C.* x Brazil *S. C.* constituíram, por um

bom tempo, a sensação do futebol entre a juventude parahybana, pois as disputas se davam com pleno equilíbrio nos resultados. Mas, muito além dos resultados, a importância destes clubes recaiu no fato de não terem deixado o futebol cair no esquecimento, contribuindo decisivamente para a formação de uma cultura futebolística entre os parahybanos dos anos iniciais do século XX.

Em nota do Jornal O Norte sobre a realização de um *match* entre o Parahyba F. C. *versus* América F. C. na tarde do dia 17 de outubro de 1911, podemos observar, nas palavras do cronista, aspectos de como eram concebidos aqueles jogos. O evento foi descrito nos seguintes termos:

O Match de domingo – Parahyba *versus* América.

Como prevíamos, o *field* da Praça do Palácio, encheu-se domingo, a tarde, notando-se algumas famílias e grande número de populares. Aguardavam todos, ansiosos, o início do *match* no qual iam medir forças pela primeira vez os primeiros *teams* do Parahyba *United Foot Ball Club* e América *Foot Ball Club*.

O jogo, entretanto é que não ocorreu conforme nossa expectativa, pois o América dominou completamente seu adversário, conservando a bola, quase sempre na área do *penalty* deste. Apesar disto só conseguiu marcar três pontos⁶³.

Através dessa descrição observamos que em pouco mais de três anos da chegada do futebol na Parahyba, este esporte ia se constituindo num programa social das famílias parahybanas nas tardes de domingo. Não é que o futebol já contasse com a simpatia de todos, mas pela falta de momentos de lazer as pessoas eram atraídas pela curiosidade em conhecer aquele novo divertimento. Outro detalhe interessante é perceber a expectativa do cronista sobre o desempenho das equipes em campo, que não tinham alcançado o nível de atuação desejado, como se já houvesse um padrão de jogo que empolgasse o público presente e que os rapazes do Parahyba e América não conseguiram apresentar.

Os jogos aconteciam com intervalos acentuados devido às dificuldades das equipes em adquirir o material necessário como bolas, calçados adequados, uniformes e campo. Neste período os espaços mais utilizados como campo eram o do Coronel Manoel Deodato localizado em Tambiá, o da Estrada dos Macacos e da Av. João Machado. Uma prática frequente dos *teams* era a realização de animados *matchs* treinos envolvendo os próprios sócios. Os *teams* se dividiam em duas equipes: *team* A e *team* B, ou como no caso do América F. C. *team* branco e *team* preto, usando as cores que compunham o uniforme do *Club*. Os cronistas procuravam reproduzir na imprensa local notas para atrair mais

⁶³O Norte, 17/10/1911, p. 01.

expectadores aos treinos, indicando que eles acompanhariam “o verdadeiro futebol” e teria a “presença de pessoas *chics* e distintas” da sociedade, como observamos na nota a seguir:

O grande match de hoje

A sociedade parahybana terá hoje a ocasião de assistir ao primeiro *match* do verdadeiro *Foot-Ball Association*, organizado por distintos rapazes do nosso meio. O que a Parahyba tem de mais *chic* e mais distinto afluirá, as 4 horas da tarde de hoje, à Praça da Independência, afim de abrilhantar a linda festa dos moços do América *Foot-Ball Club*⁶⁴.

Podemos perceber que os jornalistas contribuíram decisivamente para difundir o futebol no meio social da capital parahybana. As estratégias utilizadas por eles para atrair mais expectadores aos jogos era noticiá-los com empolgação e assegurar que seria uma partida entre os melhores *foot ballers* da cidade, sugerindo que as pessoas teriam um belo divertimento diante do nível de destreza que os sportmans *parahybanos* haviam conquistado neste esporte. Nessas apresentações tomavam parte nos jogos rapazes como Falcão, José Soares, Jayme I, Hermes, Aurélio Filgueiras, Pedro Jayme, Pedro Barbosa, Alcebíades, entre outros. Aos poucos o entusiasmo ia contagiando outros jovens que buscavam filiar-se a algum *Club* esportivo, garantindo, desta maneira, a continuidade da prática esportiva na Parahyba.

Geralmente, o horário da tarde não era recomendado para a realização de jogos de futebol devido ao calor excessivo, pois de acordo com as concepções médicas da época deveria ser evitado qualquer esforço físico durante o verão ou na estação quente para não por em risco a saúde dos praticantes. Quanto a este assunto, muitos médicos ou pessoas contrárias ao futebol publicaram artigos nos jornais locais fazendo severas críticas aos garotos que se ariscavam nas pugnas futebolísticas em campos de terra batida por inalarem a poeira causadora de vários males para o aparelho respiratório, inclusive sendo a causa frequente de muitos casos de tuberculose.

O Dr. José Maciel foi um dos primeiros a comentarem sobre os malefícios da prática do futebol em cidade com clima quente como o da Parahyba. Os argumentos se sustentavam no fato de ser o jogo da bola uma atividade que demandava muito esforço físico, deixando os rapazes extenuados ao fim de cada *match*, por isso os médicos desaconselhavam esse esporte em países de clima tropical como o nosso. Na crônica intitulada “*O Foot Ball*”, o Dr. José Maciel expõe as concepções que, parte da classe médica, nutria sobre o futebol, vejamos abaixo o que concebia os preceitos do especialista:

⁶⁴O Norte, 07/09/1911, p. 01.

O Foot ball

Em um clima como o nosso, máxime na época atual, achamos deveras extravagante o jogo de foot ball. É admirável como os nossos rapazes correm pressurosos a constituir sociedades de foot ballers neste tempo quente excessivamente quente, de um calor asfixiante, sem levarem em linha de conta as desvantagens, inconveniências e perigos oriundos de tão esfalfante divertimento! Que se divirtam nesse jogo durante os meses de temperatura agradável, os meses relativamente frios, admite-se, mas, no forte do verão, quando o sol é inclemente, a poeira quente insuportável a irritar as fossas nasais, não podemos compreender, a não ser por um excesso de entusiasmo.

Nos climas frios, onde se tem necessidade de exercícios que determinem produção de calor, que ativem, finalmente, as funções do organismo, entorpecidas pela ação do frio, bem seja permitido o foot-ball; mas em um clima como o nosso, se nos afigura um esporte perigoso, extenuante.

Há por ai rapazes de cara equimosa, outros de pernas ulceradas ou contundidas e meninos de braços fraturados, tudo isto devido ao desastroso jogo de foot-ball. Não podemos descobrir vantagens sobre o desenvolvimento físico dos meninos e dos rapazes que se entregam a um tão fatigante esporte; muito pelo contrário, vemos que nos climas quentes, especialmente na época calmosa e de soalheiras, os divertimentos exagerados, fatigantes, só poderão trazer à mocidade o entibramento, a frouxidão dos tecidos e, sobretudo dos aparelhos, merecendo especial menção o circulatório, a excitação do sistema nervoso e o relaxamento do estado geral. Não lobrigamos no que pese aos seus ardorosos adeptos, vantagem alguma no jogo do foot-ball.

Entretanto, se pensam de modo contrário os nossos ilustres patrícios, dedicados a esse gênero de esporte, pelo menos escolham as horas mais frescas do dia, - a manhã - para os divertimentos, mas não à tarde como fazem atualmente, sob os raios de um sol fortíssimo e de uma poeira intolerável.

Façam, pois, o seu exercício com método e prudência poupando aos companheiros, muitas vezes, horas amarguradas, sob a influência desastrada de um chute inoportuno ou de um encontrão proposital⁶⁵.

Além de mostrar-se, explicitamente, contrário aos exercícios físicos que exigissem esforço demasiado sob o sol quente, o médico se posicionava desfavorável a manutenção da prática do futebol entre os jovens parahybanos por entender que esse esporte não trazia nenhum benefício ao desenvolvimento do corpo. Portanto, os malefícios eram inúmeros e não existiam motivos justificáveis para conservar tais atividades. Esse tipo de esporte, segundo a concepção da época, só poderia ser praticado com método e disciplina e não como os garotos faziam praticando-o a qualquer hora do dia e numa constância de causar espanto.

Alheios a todos esses debates os jovens pareciam irredutíveis diante das recomendações para abandonarem os jogos de futebol, era impossível esquecer a paixão despertada pelo esporte. Fosse pela manhã, como era recomendado, ou pela tarde, os *matches* continuavam ocorrendo pelos recantos da cidade numa crescente que contrariava toda expectativa dos pessimistas e opositores.

⁶⁵ A Notícia, 19/10/1916, p. 01.

O próprio discurso do médico é indicador da dimensão que o novo esporte estava ganhando entre a juventude, fato que lhe causava espanto e incompreensão diante da tenacidade e empolgação com que os garotos se entregavam na prática de uma atividade, no seu entender, causadora de danos à saúde. Mesmo assim, não cessava o ímpeto de criação de novas “sociedades de *foot-ballers*” responsáveis por difundir a cultura esportiva na cidade da Parahyba.

Em contrapartida as críticas que eram publicadas na imprensa contra a prática do esporte, crescia uma corrente em defesa da educação física em geral, que compreendia o futebol. Os argumentos utilizados recaiam sobre o fortalecimento do corpo, preservação da saúde, da força, da virilidade e por se tratar de uma tendência muito forte entre os jovens europeus, aos quais os brasileiros tanto queriam se assemelhar. Uma nação que se pretendia forte e defensora dos ideais nacionais deveria incentivar a educação física em todas as escolas. Abaixo transcrevemos trechos de crônicas veiculadas nos jornais parahybanos em defesa dos exercícios físicos, vejam como eles se posicionaram:

Os esportes na Parahyba

Em toda a parte do mundo a educação física da mocidade já saiu do campo de problema para uma realidade.

A educação física em seus vários métodos é obrigatória em vários países europeus, desde as escolas até o exército.

Desde a ginástica que, pelo método sueco, prepara a criança, até os esportes mais violentos, na Europa são cultivados.

No Brasil de poucos anos a esta parte começou um movimento que partiu de São Paulo e se alastrou pelos Estados do Sul e Rio.

A educação física nas escolas é obrigatória e as sociedades de esportes tem aumentado, dando uma admirável reserva de moços fortes em contraste flagrante com o espetáculo de outros dias da mocidade depauperada, anêmica, sem nervos e sem coragem.

Agora, parece-nos, a Parahyba está se predispondo ao cultivo da educação física e os moços já sentiram a necessidade de serem fortes à semelhança dos jovens gregos que faziam o orgulho de sua raça e principalmente das suas mulheres⁶⁶.

Outro cronista acrescentava que todo o esforço da juventude só seria levado a efeito com a colaboração dos governantes, para dotar as escolas das condições mínimas para execução das atividades físicas, assim ele se expressou:

Esse acordar da alma da mocidade bem merece o incentivo e apoio dos responsáveis pelos destinos da sociedade, no sentido de ser facilitada às associações esportivas a obtenção dos seus altos desejos (...). Convinha igualmente o governo aproveitar a magnífica oportunidade para dar efetiva organização a educação física nas escolas públicas.

⁶⁶ O Norte, 15/08/1911, p. 01.

Não tem sido poucos os apelos que temos dirigido ao governo e a mocidade, aos pais e aos mestres, para que todos cuidem com desvelo de matéria tão cara às nações fortes e bem constituídas⁶⁷.

Entretanto, se havia um consenso entre os médicos este dizia respeito a observância da prudência, método e acompanhamento na prática dos exercícios físicos. Esta concepção partia do entendimento de que o esporte praticado sem método não traria os benefícios esperados para o desenvolvimento dos corpos, pelo contrário, poderia causar sérios prejuízos à saúde dos jovens.

Mas, fora das páginas dos jornais o esporte se expandia pelos campos, arregimentando mais adeptos e influenciando a criação de novas sociedades destinadas ao futebol. E assim a vida esportiva da cidade da Parahyba seguia seu rumo movimentado apenas pelos *matches* e treinos organizados aos sábados ou domingos pelos garotos mais entusiasmados.

Era uma fase muito inicial e os clubs iam procurando desenvolver algumas atividades internas para envolver os sócios. Era comum a realização de partidas entre os *teams* A e B da mesma equipe, segundo consta nas fontes essa divisão acontecia porque um *team* era “composto de seus melhores elementos, e outro dos elementos mais fracos”⁶⁸. A rapaziada do América F. C. era a mais empolgada como podemos depreender das publicações constantes no Jornal O Norte⁶⁹ no ano de 1911. O cotidiano do clube era composto por reuniões de assembleia geral, reuniões para marcar um *match training*, eleição da diretoria a cada ano e análise dos pedidos de filiação. Todo esse movimento era registrado na imprensa local, que também noticiava as deliberações das reuniões, os convites feitos aos sócios para comparecerem aos jogos, os resultados das partidas, os nomes dos seus *sportmans*, entre outros detalhes.

As informações nos levam a concluir que o América F. C. dispunha de uma consolidada organização administrativa, capaz de render-lhes prestígio perante a sociedade conterrânea. Tal reconhecimento era comprovado pelo número considerável de sócios filiados ao Clube, em sua maioria, pertencentes às famílias abastadas como podemos supor pela descrição feita no jornal O Norte por ocasião de um treino realizado pelo referido clube

⁶⁷ A Notícia, 10/09/1916, p. 01.

⁶⁸ O Norte, 19/09/1911, p. 01.

⁶⁹ É preciso que se ressalte a importância desses registros feitos pelo jornal O Norte, pois só através dele podemos acompanhar os fatos passados na vida dos jovens parahybanos responsáveis pelos primeiros passos na vida esportiva da cidade da Parahyba de outrora. Justiça seja feita aos redatores de O Norte, pois foi nas páginas deste jornal que encontramos o primeiro registro de uma nota destinada ao tema “*Sport*”, escrita no dia 19 de setembro de 1911, trazendo a notícia de uma reunião do América F. C. para eleição da nova diretoria e, ainda apresentava a escalação com os nomes dos jovens integrantes da equipe americana.

esportivo. A presença do público foi registrada pelo cronista nos seguintes termos: “a concorrência de domingo foi igualmente grande, como a do primeiro jogo, vendo-se nos presentes as nossas famílias *chics* que já se vão tornando *habitués* dos *matches* de *foot ball*”⁷⁰.

Para atender aos consócios que tinham filhos em idades não recomendadas para bater-se com os rapazes do primeiro *team* nos jogos de futebol, a Diretoria criou uma divisão infantil para que as crianças também fizessem parte daquele processo de construção da cultura esportiva, assim surgiu o América Infantil *Foot Ball Club*. “Com este nome, outro club de *foot ball* infantil, dirigido pela Diretoria do América, foi há pouco organizado, devendo disputar a maior parte de seus *matches* contra o Brazil S. C.”⁷¹. Esta iniciativa do América serviu de exemplo para os demais clubes criarem seus quadros infantis e integrarem as crianças nesse processo de crescente interesse pelo esporte.

Os clubes fundados em 1911, noticiados pelo O Norte, foram importantíssimos para a consolidação do futebol durante toda década de 1910. Reagiram a ação do desânimo e serviram de inspiração para as gerações futuras, pois a cada ano surgiam novos sodalícios pela iniciativa de vários setores da sociedade, assim foram sendo criados clubes institucionais que representavam indústrias, fábricas, casas comerciais, escolas, bairros e a força policial.

Aos poucos os clubes foram se organizando através da aquisição de materiais e infraestrutura essenciais para melhorar as condições de jogo. Os acessórios esportivos demoravam a chegar à Parahyba porque vinham de cidades como Recife ou Rio de Janeiro. No entanto, importar bolas, calçados ou uniformes era muito dispendioso para as Diretorias de alguns clubes, sendo que a maioria deles disputavam as partidas na maior precariedade, em que os *sportmans* jogavam descalços, com vestimentas confeccionadas pela própria família e bolas improvisadas feitas a partir de materiais pesados e duros que obrigavam os jovens a usarem uma espécie de goro para proteger a cabeça. Como podemos observar na imagem abaixo em que aparecem alguns jogadores do *Sport Club* Cabo Branco:

⁷⁰ O Norte, 12/09/1911, p. 01.

⁷¹ O Norte, 19/09/1911, p. 01.



Imagem 6 - Fonte: Revista Era Nova, 15/08/1922.

Estes materiais eram tão necessários que faziam parte dos itens dos uniformes dos clubes. Por necessidade ou simplesmente por ser um complemento da vestimenta boa parte dos jogadores utilizavam, mas existiam outros que preferiam não usá-lo. Os uniformes dos *teams* também eram concebidos como símbolos de elegância e distinção para impressionar o público, sendo que alguns detalhes serviam para realçar esta característica.

Um *match* realizado entre o Parahyba *United F. C. versus* América *F. C.* na tarde do dia 11 de outubro de 1911, fora descrito pelo cronista esportivo como um evento digno de nota por envolver os melhores *foot-ballers* do meio parahybano. O clima festivo do momento fora realçado pela presença de uma Banda de música que tocava as melhores composições para o público da *escol* parahybana.

A ocasião era especial e aguardada com expectativa por ser “a primeira vez que na Parahyba realiza-se um *match* entre duas equipes de clubs diversos”⁷². Os uniformes dos clubes descritos pelo cronista do jornal O Norte apresentavam alguns detalhes reveladores das características do futebol praticado na fase inicial de seu desenvolvimento na Parahyba. Os jogadores usavam calças ao invés de *shorts* como se consolidou posteriormente, em termos técnicos as calças poderiam dificultar os movimentos na execução das jogadas, porém esses detalhes eram os que menos importavam. As vestimentas foram descritas da seguinte forma: “os uniformes serão, para os jogadores do Parahyba, camisa amarela e verde em listras horizontais e calça branca, e para os jogadores do América, camisa preta e calça branca”⁷³.

No relato do jogo de inauguração do campo do Red Cross *F. C.* localizado na “Avenida Central, no sítio do Coronel Manuel de Araújo”, envolvendo as duas equipes - Azul e Encarnada – do referido clube, podemos perceber mais alguns acessórios que faziam parte

⁷² O Norte, 11/10/1911, p. 01.

⁷³ Id. Ibid.

das vestimentas dos jogadores. Assim o cronista nos informou que “para o *team* azul será camisa azul e branca em listras horizontais de quatro dedos, calça branca, chapéu branco e meias pretas”⁷⁴.

A distinção de um clube de futebol também passava pela aparência do seu uniforme. As equipes compostas por rapazes das famílias mais abastadas usavam os melhores artigos esportivos, mas essa postura não era em vão, ela assumia para estes jovens um fator de diferenciação social, pois os ternos de camisas faziam parte do brilho da festa. Portando os elementos diferenciadores, os *sportmans* evidenciavam para os outros garotos que, no futebol, a divisão social também estava presente, sobretudo porque este esporte foi concebido pelos grupos dirigentes brasileiros como uma prática elegante restrita aos jovens brancos das famílias ricas. Os esportes, assim como outros equipamentos, integrariam um rol de elementos e concepções importadas da Europa para servir como fator de distinção entre os grupos sociais.

Portar-se galhardamente em campo mostrando elegância e classe simbolizava para a juventude e a sociedade em geral, pertencer a um restrito grupo detentor dos atributos inerentes aos praticantes de um esporte civilizado. O jovem goleiro do Fluminense do Rio de Janeiro Marcos Mendonça era a personificação da imagem de um jovem elegante portador das características requintadas que se pretendia como ideal para os moços praticantes do *foot-ball*. Nesta perspectiva, o goleiro fora descrito como um exemplo de *sportmen*:

com traços finos e trajes elegantes como o de Marcos – que chega a ganhar o apelido de fitinha roxa, pelo apurmo com que preparava seu uniforme – os jogadores do Fluminense guardavam ainda muito da imagem refinada construída pelos *sportmen* para o jogo.(PEREIRA, 2000, p. 125).

Contudo, o refinamento e a elegância apresentado por alguns jovens nos *matches* não condizia com a realidade vivenciada nos campos da cidade. Sem as condições necessárias para preparar um gramado plano e que realmente possuísse grama, pois os *foot-ballers* apresentavam-se em *grounds* onde “a terra muito frouxa, isso notava-se logo, pois a cada *kick* levantava-se muita poeira”⁷⁵. Levando em consideração as condições estruturais dos campos podemos inferir que os jovens responsáveis pelas primeiras partidas de futebol na Parahyba eram verdadeiros entusiastas e abnegados pelo esporte, pois na maioria dos Estados brasileiros o futebol nasceu em espaços inadequados, só posteriormente passaram a dispor de melhores condições nos clubes sociais ou nas fábricas.

⁷⁴ O Norte, 22/10/1911, p. 01.

⁷⁵ O Norte, 24/10/1911, p.02.

Na Parahyba não foi muito diferente, contando inclusive com alguns fatores que dificultaram ainda mais a missão, como por exemplo, a situação financeira da sociedade não ser a mais favorável à realização de grandes empreendimentos e o poder público também não contribuía na adequação dos campos. Nos jornais identificamos a localização de alguns *fields*, todos situados nos arrabaldes da cidade como o existente no Sítio do Coronel Manoel Deodato – atual Praça da Independência -, na Estrada dos Macacos, na Rua da Palmeira, no Roggers, na Av. Central - Sítio do Coronel Manoel de Araújo, na Av. 13 de Maio, no Jaguaribe, nas Barreiras, entre outros.

Mesmo diante das dificuldades os jovens não se abatiam e continuavam promovendo as partidas entre os *teams* da mesma equipe ou entre *clubs* distintos. Alguns jogos contavam com a presença de bom número de pessoas da sociedade, outros passavam sem brilho não contando com a assistência esperada.

Os jornais foram utilizados pelos presidentes dos *clubs* de *foot-ball* para atrair as famílias aos jogos. Como estratégia anunciava que a partida seria muito disputada devido aos constantes treinamentos de seus *sportmans* que contribuiria para a realização de um “*bello meeting de sport*”, oportunidade que os parahybanos teriam para “assistir a um verdadeiro jogo de *foot-ball Association* despido de qualquer irregularidade”⁷⁶. Estas foram algumas das palavras usadas pela Diretoria do América para convidar “a gente chic e apreciadora” do jogo bretão para assistirem ao jogo em homenagem ao dia 07 de setembro de 1911. Acompanhe abaixo a transcrição de parte da nota anunciando o *match* daquele dia:

America Foot-Ball Club
O match do dia 7

Amanhã, 7 de setembro, os moços que compõem esta sociedade pretendem commemorar a grande data com um bello match de foot-ball, que em vista do numero de trainings até hoje effectuados, promete ser cheio de lances emocionantes e bellas defezas, em principal do team preto, que fora de toda duvida, apresentará as suas linhas de defezas bem ensaiadas e com rapazes fortes⁷⁷.

As atividades esportivas, como as realizadas todos os anos na Parahyba em homenagem ao dia da Independência do Brasil, passaram a fazer parte dos eventos de comemoração e afirmação da identidade nacional. Estes eventos iam contribuindo para consolidar o *foot-ball* entre os jovens parahybanos devido ao crescente número de expectadores que se faziam presentes as festividades.

⁷⁶ Jornal O Norte, 06/09/1911, p. 01.

⁷⁷ Id. Ibid.

Neste período, os jovens *sportmans* ainda davam os primeiros passos na experiência de introdução do esporte na cidade da Parahyba. O número de *clubs* esportivos destinados a prática do futebol eram poucos, fato que dificultava as atividades entre as equipes para marcação de jogos. Mesmo assim, os rapazes não perdiam a oportunidade para combinar um encontro futebolístico entre os *teams*, principalmente quando se tratava de uma ocasião especial como a descrita acima em que os jornais noticiavam com mais ênfase.

Outro evento bastante noticiado na imprensa local da época foi a última partida do ano de 1911, envolvendo as equipes do América F. C. e Red Cross F. C. que mereceu destaque da imprensa por este ter assumido um caráter de festa pela forma como se deram os preparativos para a realização deste *match*. A Diretoria do América, nas pessoas dos Srs. Frederico Holder, Jayme Neiva e Leão Caçador, estava à frente da organização do evento. Estes senhores foram responsáveis pela confecção e distribuição de convites às famílias parahybanas, mas por precaução para evitar omissões de alguns nomes de pessoas ilustres, o convite foi estampado nas páginas de alguns jornais locais para estendê-lo a todas as famílias interessadas em assistirem a pugna entre os melhores *elevens* do meio esportivo da cidade da Parahyba.

A estrutura preparada contava com cadeiras dispostas no entorno do campo para acolher as famílias, um camarote especial para acomodar as autoridades, a exemplo de V. Ex.^a João Lopes Machado - Presidente do Estado -, e o *ground* seria todo enfeitado com bandeiras. Também não poderia faltar a presença de uma banda de música para alegrar aos presentes.

No dia seguinte após o *match* entre América F. C. e Red Cross F. C. o jornal O Norte estampou uma matéria com uma detalhada descrição do jogo em que ficou registrada a empolgação do público presente. O representante do jornal que acompanhou o jogo ficou impressionado com o evento e não poupou elogios ao descrevê-lo, sobre o qual se referiu usando os seguintes termos: “quase impossível de descrever, tal o seu brilho, foi a festa promovida (...) realizou-se com grande pompa, o *match* oficial, por nós anunciado (...)”, e concluía reafirmando seu entusiasmo “foi uma festa deslumbrante afluindo a ela as famílias da nossa elite social e muitos populares que aclamavam ruidosamente os jogadores”⁷⁸.

Acompanhe abaixo os detalhes da partida narrada pelo cronista:

Às 4 e 1/2 horas da tarde principiou o jogo. Logo no começo do primeiro *time* um *half back* do Red Cross cometeu um *hand*. João Jayme tira o *free-kick* com tanta força, que o *goal-keeper* não pode defendê-lo; deste modo ficou marcado o primeiro ponto para o América. Dada nova saída um *ful-back* do Red Cross cometeu um

⁷⁸ O Norte, 17/11/1911, p. 01.

penalty, o qual tirado por João Jayme aumenta com mais um ponto o *score* americano. Continua o jogo até terminar o primeiro *half-time* sem que nenhuma das *elevens* consiga fazer *goal*, sendo este o resultado:

América - 2 *goals*

Red Cross – 0

No segundo *half-time* a linha de *forwards* alvi-negra (América) teve ensejo de provar quanto é instruída e calma. Walfredo, *out-side-right*, depois de pegar a bola de um magnífico passe de Jayme Neiva, *in-side-right*, consegue, com um dado *shoot* enviesado, aumentar com mais um ponto o *score* americano.

Depois, quase no fim, fazem o 4º e último ponto de um modo admirável: Lourinho, *center-forward* do América avança com a bola e quando o *center-half* propõe-se a toma-la, ele a passa para Memeu; este a leva até a linha de *penalty* rival, e quando um dos *backs* inimigos avança para rebatê-la ele a remete para Leão que logo a envia para Lourinho, o qual *shoota in goal* marcando deste modo o 4º e último ponto para seu lado.

Compareceu a interessante festa o Sr. Governado do Estado, Dr. João Machado, acompanhado de seu ajudante de ordens, Major Milanez e desembargador Heráclito Cavalcante.

O *ground* estava todo embandeirado, tendo uma porta, em forma de arco, por onde entrava as famílias convidadas. Havia uma comissão de recepção composta dos senhores Raul Silva, Celso Afonso, Raphael Xavier e Lourival Serrano.

Calculou-se a assistência em 2 mil pessoas⁷⁹.

Para o contexto da época esse evento foi, certamente, um grande sucesso de público abrilhantado por um excelente *match* dos valorosos jovens do América e Red Cross. A qualidade dos *sportmen* americanos credenciava o *club* a ser o melhor da cidade da Parahyba vitoriando os seus adversários, quase sempre, com domínio total do jogo. As constantes vitórias da equipe repercutiam de forma positiva para o *club* por despertar o interesse das pessoas em se associarem ao sodalício.

Um detalhe importante de ser ressaltado nesta descrição do jogo envolvendo o América x Red Cross consiste na utilização dos termos em inglês para descrever as posições dos jogadores e lances da partida que são inerentes ao universo do *foot-ball*. O uso destes termos assumia uma dupla função: primeiro servia como demonstração do refinamento e elevação cultural dos jovens parahybanos por terem conhecimento destas palavras inglesas e, segundo, para manter o *foot-ball* restrito a um determinado grupo conhecedor das referidas expressões necessárias ao entendimento desta prática esportiva.

Perto do término do ano os *clubs* encerravam suas atividades futebolísticas, porque neste período começava a estação balnear em que as famílias se deslocavam para as praias a fim de revigorar a saúde com a brisa e os banhos de mar após um extenuante ano de vivência na cidade. Também era uma forma que as pessoas encontraram para fugir do calor e do tempo seco que tantos males traziam à saúde dos cidadãos.

⁷⁹ O Norte, 17/11/1911, p. 01.

Para encerrar o ano esportivo o jornal O Norte preparou uma tabela com todos os jogos realizados entre os *teams*, constando dos confrontos internos envolvendo as equipes de um mesmo *club* e as partidas realizadas entre as equipes de *clubs* distintos. Pelo levantamento feito das vitórias foi atribuído o simbólico título de campeão parahybano do esporte bretão ao América F. C. Acompanhe os resultados e datas das partidas dos *teams* na nota transcrita abaixo:

Entre os *teams* de um mesmo *club* é o seguinte:

“América F. B. Club”

1º Match – 7 de setembro

Team Branco 5 x 0 Preto

2º Match – 10 de setembro

Team Preto 1 x 0 Branco

3º Match – 8 de outubro

Team Branco 1 x 0 Preto

4º Match – 5 de novembro

Team Preto 2 x 0 Branco

Entre *teams* de dois *clubs*:

“Red Cross F. B. Club”

Match único – 22 de outubro

Team Azul 3 x 2 Encarnado

“Parahyba U. F. B. Club”

Match único – 12 de novembro

Team A 2 x 0 B

1º Match – 12 de outubro

Parahyba (1º *team*) 2 x 1 América (2º *team*)

2º Match – 15 de outubro

América (1º *team*) 3 x 0 Parahyba (1º *team*)

3º Match – 22 de outubro

América (1º *team*) 1 x 0 Brazil (1º *team*)

4º Match – 29 de outubro

América (2º *team*) 2 x 1 Parahyba (1º *team*)

5º Match – 1º de novembro

Brazil (1º *team*) 2 x 0 América (1º *team* X)

6º Match – 15 de novembro

América (1º *team*) 4⁸⁰ x 0 Red Cross (1º *team*)⁸¹.

Com quatro vitórias em seis jogos o América F. C. tornava-se o primeiro campeão de futebol da cidade da Parahyba. Entretanto, convém ressaltar que nesta época não existia campeonato organizado por uma entidade representativa do esporte local, os dados foram

⁸⁰ Na tabela trazida pelo jornal o resultado deste jogo consta ser 0 x 0, porém na descrição desse mesmo jogo no dia 11 de novembro de 1911 o placar foi de 4x0 para o América F. C. diante do Red Cross F. C.

⁸¹ O Norte, 19/11/1911, p. 01.

coletados pelo cronista esportivo de O Norte que acompanhava as partidas para descrevê-las no jornal.

Podemos observar pelos dados apresentados que a equipe do América *F. C.* realizou seis jogos contra *teams* diferentes, enquanto o Red Cross *F. C.* aparece como tendo participado apenas de um. Há claramente desproporção na quantidade de jogos efetuados pelos *clubs* o que impossibilitaria a atribuição do título de campeão a uma das equipes. Possivelmente o cronista era um admirador do América e decidiu prestar-lhe esta homenagem por sua conta.

À medida que as partidas de *foot-ball* iam se tornando mais frequentes e envolvendo um maior número de jogadores começavam a surgir os primeiros incidentes entre os *foot-ballers*. O aumento das inter-relações num determinado grupo social tende a gerar situações conflituosas devido às diferenças comportamentais de seus integrantes que levam a produção de relações mais complexas. A consumação destas divergências se concretizou num *match* entre o Red Cross e Parahyba United realizado no mês de abril de 1912, quando a partida não chegou ao final em virtude de uma briga entre *players* das duas equipes. O jornalista relatou o caso da seguinte forma:

No domingo último realizou-se uma partida de foot-ball, na avenida 13 de maio, entre as duas equipes do Red Cross e Parahyba United, a qual teve selecta concurrencia.

Só foi jogado o primeiro tempo, devido ao começar do segundo ter tido lugar uma desinteligência entre os jogadores dos dois teams.

O Parahyba não tirou partido conseguindo apenas empatar com o seu rival que revelou muita pericia e conhecimento do jogo.

Devido as scenas ocorridas no supradito match, tem sido eliminados vários sócios do Red Cross Foot Ball Club⁸².

Este tipo de acontecimento era o que mais preocupava os entusiastas do *foot-ball* pelo fato de temerem a construção de uma imagem negativa em torno deste esporte na Parahyba. As consequências destas brigas trariam sérios prejuízos às pretensões dos seus praticantes apaixonados que buscavam consolidá-lo em nosso meio, pois poderia despertar nos admiradores uma forte repulsa ao jogo por considerá-lo indigno para as famílias assistirem. Além do mais, as brigas generalizadas nos jogos demandariam a intervenção da polícia para reprimir e combater esta prática esportiva, o que fatalmente levaria a proibição da realização dos *matches*.

⁸² Jornal Tic-Tac, 21/04/1912, p. 03.

Foi temendo estas atitudes que os *sportmans* cariocas, filhos das elites locais, rejeitavam a popularização do futebol no Brasil por considerarem que “os pobres não tinham o princípio de educação e cavalheirismo que pudesse manter o espírito de paz e harmonia nos jogos” (PEREIRA, 2000, pp. 60-61). A falta de cultura dos jovens praticantes poderia desencadear agressões e brigas generalizadas o que mancharia a imagem do esporte concebido como símbolo da modernidade e civilização das sociedades que o praticava, caso contrário serviria para confirmar a concepção negativa dos críticos sobre o *foot-ball*, que os consideravam violento.

Mas esta concepção era um argumento elitista que servia para manter o futebol restrito aos jovens filhos das elites dirigentes que o conceberam como um dos elementos do projeto para preservar os traços de distinção social diante da conjuntura pós-abolição.

Na cidade da Parahyba a crônica esportiva do período não registrou fatos que comprovem a dinâmica evidenciada acima como o ocorrido na relação dos jovens abastados com os populares no envolvimento com o futebol, a exemplo do que aconteceu nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

No entanto, existia na Parahyba, assim como em outras capitais, uma preocupação para que indivíduos alheios às atividades esportivas praticassem, durante os jogos, atos prejudiciais aos propósitos idealizados pelos jovens parahybanos para serem alcançados através do futebol. Os jornais noticiaram algumas reclamações sobre um grupo de “desocupados” que ficavam nas imediações do campo perturbando os *players*, dirigindo-lhes insultos reprováveis para o grau de elegância e refinamento que se procurava atribuir ao jogo. Alguns jogadores usaram as folhas do jornal A Notícia para mostrar a insatisfação com tais fatos e pedir a providência da autoridade policial, acompanhem abaixo a queixa dos reclamantes:

(...) abalançamo-nos a solicitar do vosso destemido órgão para chamar a atenção dos poderes competentes afim de reprimir uma malta de vagabundos que se aglomera invariavelmente por ocasião dos *matches* nos macacos, divertindo-se grosseiramente em vaiar e dirigir chalaças aos dignos moços entregues ao nobre ato do desenvolvimento de sua educação física.

Por diversas vezes se tem reproduzido as vergonhosas cenas, e, como a continuação das mesmas seja altamente desmoralizadora para os nossos foros de povo educado, rogamos por intermédio desse simpatizado jornal a atenção dos Drs. Delegados de polícia, para que mandem colocar praças no *ground* acima referido quando se efetuarem jogos, prestando assim um relevante serviço à ordem e ao desenvolvimento da cultura física na Parahyba⁸³.

⁸³ A Notícia, 04/10/1916, p.05.

Segundo a concepção dos rapazes praticantes do *foot Ball* aquelas pessoas que não fossem portadoras dos mesmos valores e comportamentos civilizados deveriam ser expurgados dos palcos onde aconteciam os jogos. Desta forma, procurava-se instituir novos padrões comportamentais que imprimissem nos *sportmans* parahybanos um caráter de refino e adiantamento cultural que os projetassem a imagem e semelhança dos jovens ingleses. O discurso a favor dos exercícios físicos legitimava o uso do poder do Estado para reprimir ações atentatórias ao desenvolvimento de tais atividades.

Em meio a estes embates os *matches* prosseguiam acontecendo ao longo do ano até final do mês de novembro quando havia uma pausa nas atividades dos clubes. Passados os festejos de final de ano as famílias regressavam da estação balnear para a cidade, poucos dias depois se iniciava um novo período de festas quando a sociedade se preparava para dar as boas vindas a corte do Rei Momo. A alegria se espalhava pelas ruas da *urb* num frenesi contagiante em que a rapaziada formava seus blocos carnavalescos para durante os três dias de carnaval se dedicar as batalhas de confetes, serpentinas e água de cheiro. Os jovens *sportmen* eram presença certa nos salões astreanos para participar dos bailes dançantes e do *Bal masqué* do *Club*.

Só após a passagem da corte momesca os garotos retornavam as atividades esportivas dos seus *clubs* para iniciar a temporada de *matches* pelos campos da cidade. Neste intervalo era comum o surgimento de um novo grêmio esportivo, fato que sempre ensejava a realização de uma partida inaugural para iniciar os novos adeptos do *foot-ball association* no mundo dos esportes. Foi o que fizeram os rapazes do recém-fundado Ypiranga *F. C.* ao convidar os colegas do Red Cross para uma pugna futebolística a ser disputada no campo da Av. João Machado.

O primeiro jogo ocorreu às quatro horas da tarde do dia 3 de maio de 1913. Na oportunidade os *sportmans* do Red Cross bateram os adversários pelo *score* de 2x1, resultado esperado devido a maior experiência da equipe vencedora por já está a mais de dois anos em constantes treinos. Mas, os jovens do Ypiranga não se conformaram com a derrota e marcaram um *match return*, como noticiou o Jornal A União na coluna “Associações”⁸⁴, em que o jornalista fez referência ao novo encontro nos seguintes termos: “hoje haverá novo jogo no qual o Ypiranga pretende desferrar-se da derrota de domingo”⁸⁵.

⁸⁴ O jornal A União não dispunha na época (1913) de uma coluna destinada exclusivamente ao esporte, só a partir de 1915 é que o periódico cria um espaço para publicações esportivas.

⁸⁵ A União, 11/05/1913, p. 03.

A esperança dos *players* do Ypiranga em devolver a derrota criou uma expectativa muito grande para o jogo. A disputa esperava-se muito renhida devido ao ânimo criado entre os *foot-ballers* derrotados para que o resultado negativo não voltasse a ocorrer. No entanto, no dia marcado para o *match*, o Ypiranga foi prejudicado pela falta de parte dos seus atletas, sendo assim, a revanche foi frustrada e, mais uma vez, a equipe sucumbiu diante do Red Cross, agora pelo placar de 2x0.

Ao passo em que iam surgindo novos *clubs* de *foot-ball* parece que o entusiasmo de outros iam arrefecendo por motivos que as fontes jornalísticas não nos permitem identificar. Mas, já citamos anteriormente alguns indícios prováveis para tal fato. O glorioso América F. C. que havia se tornado um vencedor no ano de 1911 não figura entre as sociedades esportivas em atividade dois anos depois, este é um detalhe que precisa de uma investigação mais detalhada para apurar as causas.

Os clubes que eram desativados cediam os seus *foot-ballers* para outros já existentes ou parte deles se reuniam e fundavam um novo grêmio esportivo. O importante era que a juventude não deixava arrefecer o interesse pelo futebol. O São Paulo *foot-ball Club* foi mais uma equipe criada pelos jovens parahybanos destinada a prática do futebol, que em breve iria medir forças nos campos com outras existentes. E não se demorou muito para vir a disputar a primeira partida com o tradicional Red Cross que permanecia movimentando a vida desportiva da cidade da Parahyba. O jogo ocorreu no campo da Av. João Machado na tarde do dia 19 de outubro de 1913⁸⁶.

A partir do ano de 1915 algumas casas comerciais passam a trabalhar com materiais esportivos, especificamente a parte de uniformes. Mesmo que não dispusesse de outros acessórios e os materiais oferecidos fossem bastante limitados, a presença destas lojas era um prenúncio indicativo do aumento do interesse pelas atividades esportivas. A Casa Alves Pereira & Cia. anunciava numa secção jornalística a seguinte propaganda: “*Sport. Camisas para Tennis, foot-ball, regatas, etc. – receberam Alves Pereira & Cia.*”⁸⁷.

Este anúncio além de apontar para indícios da difusão do futebol na Parahyba evidencia que outros esportes também já começavam a ser conhecidos pelos parahybanos, a exemplo do Tênis e das regatas. Os anos que se seguiram comprovariam esta tendência de incorporação de novas modalidades esportivas.

A discreta movimentação futebolística dos anos de 1913-14 seria quebrada a partir de 1915 com as atividades realizadas por alguns clubes. Procurando romper com a

⁸⁶ A União, 19/10/1913.

⁸⁷ A União, 22/06/1915.

monotonia da vida provinciana que levava a muitos rapazes a um estágio de desânimo deprimente responsável por mantê-los na inércia, um grupo de jovens sócios do Brazil S. C. idealizaram a organização de um *match* envolvendo diversos *sportmans* para uma animada tarde desportiva.

A ideia foi levada a efeito na manhã do dia 14 de julho de 1915 no *field* da Estrada dos Macacos, onde se pôde observar um “disputadíssimo *training*, tomando parte do mesmo vários *sportmen* dos diversos *clubs* existentes nesta cidade”⁸⁸. De acordo com o autor da nota esta iniciativa louvável dos atletas brasileiros indicava que “o *foot-ball* não está de todo esquecido de nossa população *sportiva* (...)”⁸⁹. O que jamais poderia ocorrer por parte de um povo “apreciador dos *sports*” como o parahybano. De qualquer forma, em meio a tentativa de ressaltar o interesse do povo parahybano pelo futebol, transparece que este esporte viveu momentos de esquecimento e que precisava de novos incentivos e de pessoas mais entusiasmadas para levar adiante tão salutar atividade.

No ano de 1915 ainda surgiu na Parahyba o Botafogo F. C.⁹⁰ que tinha a frente de sua diretoria o Sr. Hercules Cavalcante. No intuito de organizar o mais novo *club sportivo* da cidade convocou uma reunião para tratar da formação dos *teams* e da aquisição de um *field* onde realizaria os seus jogos. Em deliberação posterior o Botafogo F. C. organizou um “*match training* entre o seu 1º e 2º *teams* no campo da Estrada dos Macacos que ocorreu na tarde do dia 18 de julho de 1915”⁹¹.

Mesmo ocorrendo alguns jogos e treinos entre as equipes na temporada do ano acima referido, o cronista do Jornal A União, Aliquis⁹² foi enfático ao afirmar que na presente estação esportiva ainda não houvera um *match* digno de nota. A expectativa dele era para que durante as festividades do dia 7 de setembro quando ocorriam partidas comemorativas entre os melhores *clubs* da cidade tivesse a “ventura de presenciar uma partida de *foot-ball*, para a qual não regatearemos francos aplausos”⁹³.

O Brazil S. C. o mais destacado *club* de esportes em atividade na Parahyba no ano de 1915, recebeu os mais elogiosos comentários do cronista Aliquis pela importância que aquela sociedade representava para a mocidade carente por exercícios físicos. Assim ele se referiu ao *club* como sendo: “a única no gênero nesta cidade, digna de aplausos pelas suas

⁸⁸ A União, 14/07/1915, p.03.

⁸⁹ Id. Ibid.

⁹⁰ Este Botafogo F. C. não é o mesmo que atualmente permanece em atividade no Estado da Paraíba.

⁹¹ A União, 18/07/1915, p.03.

⁹² O Nome deste cronista aparece nas primeiras publicações sobre esportes veiculadas pelo jornal A União a partir de 1915.

⁹³ A União, 28/08/1915.

reconhecidas ideias postas em prática no desenvolvimento físico”⁹⁴. A relevância dos clubes para a sociedade consistia exatamente na função que exerciam enquanto centros difusores de atividades físicas que a juventude parahybana necessitava para constituir jovens fortes e preparados para as exigências da vida e defesa da pátria.

Perseverantes nesse intuito os *sportmans* continuavam praticando o exercício físico que conseguiu fixar-se com êxito no cotidiano da mocidade parahybana, o futebol. A influência exercida por este esporte já havia transposto os limites da cidade da Parahyba chegando à vizinha cidade de Cabedelo que se materializou na criação do *club* Internacional. Possivelmente, os cabedelenses já tivessem tido contato com este esporte através dos marujos vindos nos navios estrangeiros que por ali atracavam e nos momentos de folga a tripulação se divertia com jogo da bola.

Visando medir o nível de aperfeiçoamento no futebol dos seus rapazes, o Internacional marcou um *match* com a valorosa equipe do Brazil S. C. reconhecida no meio esportivo por contar, em seus quadros, com “*sportmen* adestradíssimos” no jogo da bola. Esses encontros eram importantíssimos para a cultura esportiva, sobretudo por se tratar de uma partida envolvendo equipes de cidades diferentes atraía o interesse de várias pessoas, fazendo com que o esporte ganhasse cada vez mais adeptos.

O *High-Life Sport Club*, sociedade a pouco criada na capital parahybana, realizou um evento que interrompeu um período em que na cidade só ocorriam *matches* de futebol. A sociedade ainda vivia sob o interesse despertado pela novidade representada pelo esporte bretão. Mas, em outras capitais, já existia uma diversidade de esportes sendo praticado há anos, como o turfe, o remo, as regatas, o pedestrianismo, o tênis, o basquete, entre outros. A Parahyba ainda não tinha buscado diversificar seu rol de atividades físicas, no máximo aconteciam ações isoladas de introduções de alguns esportes que não despertavam o interesse do público e acabavam esquecidas.

A promoção que o *High-Life* promoveu no dia 1º de novembro de 1915 oferecendo aos seus sócios apresentações de patinação e *lawn-tennis*, fez parte daquelas ações isoladas na tentativa de emplacar algum outro esporte no meio parahybano. Esse evento, na realidade, só ocorreu porque o campeão brasileiro de patinação, Amadeu Fausto, e o inglês Haynes fazia uma excursão pelos Estados do Brasil se apresentando em troca de um cachê. Desses dois esportes apenas o tênis conseguiu se estabelecer na Parahyba, sendo praticado pelos sócios do *Club* Astréa e S. C. Cabo Branco nas décadas seguintes.

⁹⁴ A União, 11/09/1915, p. 03.

Pela novidade que representava o evento houve uma grande afluência de pessoas da cidade, “notando-se a presença de famílias da mais fina sociedade patricícia”⁹⁵. O programa da festa pareceu bastante atrativo e contou com:

1º *Set de tennis*, com prêmio ao vencedor, 2º patinação *chic* por todos os amadores do *High-Life*, 3º apresentação do campeão brasileiro Amadeu Fausto, 4º Balancés em diferentes figuras, 5º *two-step*, por Amadeu Fausto e o amador Haynes, 6º tango figurado, pelos mesmos, 7º danças variadas pelo profissional Amadeu, 8º combinação de letras por Amadeu e Haynes, 9º trabalhos em barra para qualquer pessoa com direito a um prêmio, 10º diversos *sports* para senhoritas e crianças⁹⁶.

Mesmo que se tratasse apenas de um evento, estas ações se constituíam em momentos dignos de louvores por parte de parcela da sociedade que se pretendia moderna, sobretudo porque eram constantes os reclames por não disporem de espetáculos teatrais e musicais que contribuíssem para a elevação cultural da elite dirigente. Sendo assim, as atividades esportivas concebidas como elegantes e modernas eram apreciadas por aquelas pessoas que buscavam viver de acordo com os ditames do modismo europeu.

Um fato ocorrido em dezembro de 1915 marcaria positivamente a vida esportiva da capital parahybana. Por iniciativa de um grupo de jovens egressos do extinto Parahyba S. C. decidiram fundar um *club* com o objetivo de praticar o futebol e outros exercícios físicos, como regatas, pedestrianismo e ginástica. As palavras do cronista Aliquis fazendo referência a expectativa que se esperava daquela *novel* sociedade prenunciava um futuro glorioso de vitórias nos esportes, especialmente no futebol. De acordo com as palavras do cronista: “O Cabo Branco, segundo firmadas opiniões, está fadado a grandes conquistas no amplo e adiantado campo de *sports* da Parahyba”⁹⁷.

O S. C. Cabo Branco iniciou sua história no futebol antes mesmo de ser criado oficialmente, demonstrando desde o início sua predileção pelo esporte bretão. Mesmo com toda empolgação reinante entre os jogadores do *team* não foi suficiente para evitar a derrota para o Brazil S. C. pelo *score* de 2x0. A derrota inicial poderia ter acabado com o sonho dos jovens *foot-ballers*, pois os fracassos nos jogos se constituíam como uma das principais causas para o encerramento das atividades de um clube. Porém os jovens continuaram firmes no seu propósito e foram se consolidando como uma equipe vitoriosa e tradicionalmente reconhecida pela qualidade do seu quadro de atletas.

⁹⁵A União, 04/11/1915, p. 03.

⁹⁶A União, 31/10/1915, p. 03.

⁹⁷A União, 10/12/1915, p. 03.

Na década de 1920 este *club* protagonizou as melhores partidas de futebol que os jovens da época já haviam presenciado. Só neste período conquistou o campeonato de futebol organizado pela Liga Desportiva Parahybana – fundada em 1919 -, por cinco vezes. Ainda teria vencido um campeonato organizado pelo extinta Liga *Sportiva* no ano de 1918. Abaixo apresentamos uma das primeiras composições vitoriosas da sua história no esporte:



Imagem 7 - Fonte: MARQUES, Walfredo. A história do futebol parahybano – 1908-1968. João Pessoa: A União, 1975.

Em menos de uma década o S. C. Cabo Branco se projetou no cenário esportivo e social parahybano como um dos mais prestigiados espaços de recreação e divertimento da capital. As festas realizadas nos seus salões atraíam grande público e agitavam a sociedade elegante. As soirées dançantes, as matinées e os bailes de carnaval constituíam o ponto alto das suas promoções festivas.

O *club* conquistou a sociedade com o rol de atividades esportivas que disponibilizava aos sócios. Durante décadas formou atletas vencedores em diversas modalidades, sendo que as conquistas de maior relevo aconteceram no futebol, mas foi vitorioso em outros esportes como, por exemplo, no vôlei, no tênis, no basquete e na natação.

Mantinha o esporte como a base de suas atividades, por isso era defensor do fortalecimento da juventude através dos exercícios físicos, tal perspectiva era afirmada na propaganda que realizava na imprensa local para atrair os jovens que sonhavam com o novo ideal de corpo representado pelos atletas do futebol, vôlei, pedestrianismo e natação.

Era concebido como um dos principais centros elegantes e modernos da Parahyba, rivalizando apenas com o *Club* Astréa. Parte desta imagem moderna que se tinha do Cabo

Branco advinha das diferentes modalidades esportivas que dispunha aos sócios, condição que lhe colocava em igualdade com os clubes do Rio de Janeiro e São Paulo. Outra vantagem importante oferecida pelo sodalício era a iluminação noturna dos campos onde podiam ser praticados jogos de *Tennis*, *Volley-ball* e *Basket-ball*, desta forma oferecia-se novas possibilidades de horários para os consócios que trabalhavam durante o dia. Acompanhe abaixo a propaganda que o *club* realizava para projetar sua imagem enquanto espaço elegante e moderno:

A Base Eugénica De Uma Raça Forte é o Sport

V. Sa. já pensou em pertencer a um bom Club?

O "SPORT CLUB CABO BRANCO"

Filiado á Liga Desportiva Parahybana
Campeão de Foot-Ball da Parahyba de 1920, 24, 26, 27, 29, 31, 32 e 34

OFFERECE-LHE AS VANTAGENS DO foot-ball, basket-ball,
volley-ball, tennis, gymnastica, atletismo, etc.,
etc., em sua praça de sports.

OFFERECE-LHE, AINDA, EM SUA SÉDE DE CAMPO, AS
VANTAGENS DO Ping-pong, Bilhar, dansa,
xadrez, dama, gamão, etc., etc.

**Iluminação para jogos nocturnos, nos campos
de Tennis, Volley-ball e Basket-ball.**

Séde aberta diariamente, das 19 ás 22 horas.
Aos domingos, das 6 ás 22 horas.

Serviço de buffet irreprehensível

STADIUM E SÉDE DE CAMPO - AV. I. DE MAIO - JOÃO PESSÔA

Imagem 8 - Fonte: Jornal O Dia – 24 de novembro de 1935.

Esta propaganda com base nos princípios da eugenia se alinhava com os discursos em voga no momento que defendia o melhoramento da raça humana através da introdução do europeu branco para substituir o “sangue negro” presente nos descendentes frutos da mistura entre pretos e brancos. No Brasil dos anos iniciais do século XX esta tendência se tornou

política do governo que passou a incentivar a migração de italianos, ingleses, alemães, entre outros mediante a doação de terras para as famílias estrangeiras se estabelecerem em solo brasileiro e trabalhar.

O objetivo ideológico desta política era promover o branqueamento da população brasileira e, assim, poder negar a presença dos negros recém-libertos na constituição da sociedade local. No rol de estratégias destinadas ao programa de melhoramento da raça os exercícios físicos figuraram como alternativa e foram adotados com o objetivo de fortalecer e tornar os jovens saudáveis para construção de uma geração forte para defesa da pátria. Diferentemente de gerações anteriores compostas por rapazes raquíticos e com aspecto doentio.

A nova perspectiva de jovem inaugurada pela prática das atividades físicas idealizou um perfil de corpo atlético capaz de suportar as novas exigências do mundo moderno. Neste sentido, os esportes, segundo o pensamento de alguns médicos, assumiram uma função importante na transformação do brasileiro numa raça forte.

Na Parahyba os clubes sociais responsáveis por difundir alguns esportes entre a mocidade local também fez uso do discurso eugênico para poder atrair os jovens que buscavam atividades físicas saudáveis que lhes assegurassem corpos musculosos como dos atletas.

Uma prática que contribuiu sensivelmente para aumentar o gosto pelo *foot-ball* foi a realização de jogos interestaduais entre equipes da Parahyba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Esses *matches* atraíam muitos expectadores aos campos para acompanhar o embate entre os *players*, pois se tratava de uma novidade para os *sportmans* parahybanos este tipo de disputa. Em outubro de 1917 o jornal O Norte noticiou o encontro entre pernambucanos *versus* parahybanos que se enfrentariam no *ground* do Rogger.

O jogo se tratava de uma disputa entre os estudantes pernambucanos que estavam em visita a capital parahybana. A Parahyba fora representada pela equipe do Fluminense que contava com jogadores de outros *teams* como Anchises Gomes, Piloto, Tota, Veloso e Neco. A novidade criou uma expectativa nos apaixonados por futebol e foi descrita pelo jornalista do jornal O Norte nos seguintes termos:

O *ground* do Rogger, onde se baterão os valorosos *sportmen* terá selecta assistência, em vista do vivo interesse com que é esperado em nossa capital o referido jogo. Tratando-se de uma disputa interestadual, entre os *foot-ballers* de renome, é justo que ao mencionado campo compareça a fina flor parahybana para não passar despercebido o *match* de hoje, que será talvez a nota chic da semana. (O Norte, 28/10/1917, p. 03).

A expectativa dos torcedores parahybanos foi frustrada pela derrota para os pernambucanos, mas os jovens locais lançaram outro desafio aos vencedores que foi prontamente aceito. O novo jogo ficou marcado para o dia 01 de novembro de 1917, só que desta vez contra outra equipe: o Flamengo. Caberia aos *foot-ballers* da referida equipe devolver a derrota sofrida dias atrás, mas segundo o jornalista Fritz a partida da revanche foi muito abaixo do esperado, porque entre os *teams* “não havia combinação nenhuma, e mesmo todos estavam desanimados, parecendo mais um *training* do que um *match*”⁹⁸, esta postura das equipes resultou no placar de 0X0, provocando o descontentamento do cronista que finalizou os comentários sobre a partida dizendo: “Deus nos livre de *matches* semelhantes. É muito melhor se tomar um purgante de óleo de rícino...”⁹⁹.

As partidas interestaduais foram se tornando mais frequentes e atraindo um público cada vez maior as dependências dos campos. No *match* realizado em 1923 entre as equipes do Sport Club Cabo Branco e o Náutico do Recife demonstra bem essa nova dinâmica no futebol parahyano. O jogo foi realizado no *stadium* do Cabo Branco onde se fizeram presentes dezenas de torcedores que foram acompanhar a pugna entre os bons *foot-ballers* dos dois *teams*. O *match* foi disputadíssimo e muito equilibrado, mas no final prevaleceu o forte *scratch* do Náutico que conseguiu vencer pelo placar de 1X0. Acompanhe nas imagens abaixo a foto das duas equipes e a presença dos expectadores nas arquibancadas:



Imagem 9 - Fonte: Revista Era Nova, 04/10/1923.

⁹⁸ O Norte, 03/11/1917, p. 03.

⁹⁹ Id. Ibid.

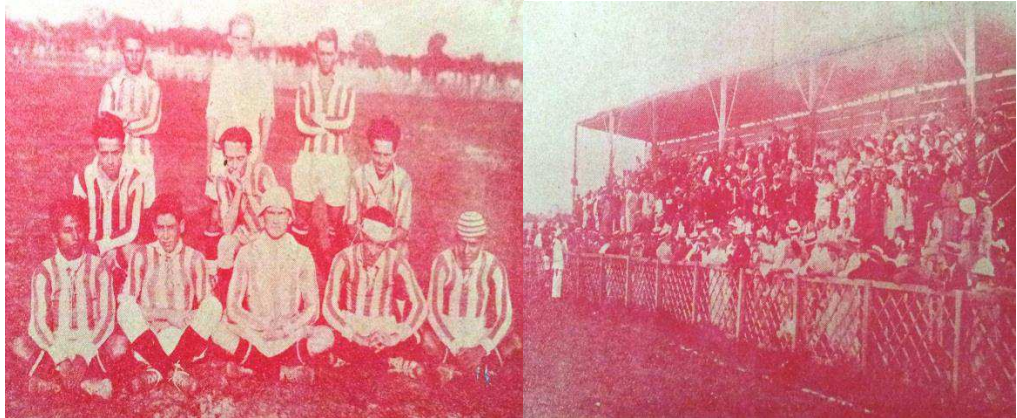


Imagem 10 – Fonte: Revista Era Nova, 04/10/1923.

Estes eventos foram dinamizando o *foot-ball* parahybano à medida que podiam comparar o nível de seu aperfeiçoamento técnico neste esporte, podendo assim, adotar estratégias para melhorar o treinamento dos jogadores. Posteriormente, os jogos interestaduais foram vistos como bons momentos para fortalecer os laços de amizade entre os Estados vizinhos. Sempre que se combinava uma partida interestadual era organizada uma embaixada composta pelos melhores *sportmans* da equipe e pessoas de destaque na sociedade e no meio esportivo para poder recepcionar a equipe visitante com festas e congratulações do Presidente do Estado.

Os clubes sociais tiveram grande importância na consolidação do futebol na Parahyba, assim como no Brasil. Mas outras instituições também tiveram sua contribuição, um exemplo delas foi as escolas.

2.2 - O *foot-ball Association* nas escolas da cidade da Parahyba

Os tradicionais colégios Lyceu Parahybano e Diocesano Pio X também adotaram o futebol como prática esportiva destinada ao melhoramento físico dos seus alunos. O Pio X contava com aulas de ginástica sueca desde 1914, os exercícios eram destinados a melhorar a condição respiratória dos garotos para condicioná-los a suportarem os esforços da educação física.

O futebol era disparado a atividade física preferida dos jovens num período de raras oportunidades de lazer, mesmo que inicialmente ele não fosse considerado uma recreação. Este esporte foi concebido como um exercício que auxiliava no desenvolvimento do corpo, contudo não demorou a se tornar a principal diversão dos garotos. O interesse pelos *matches* havia se difundido entre a juventude, que foi influenciada pela impressão levada das

partidas presenciadas em algum campo num recanto da cidade durante os finais de semana, em pouco tempo todos os rapazes queriam pertencer a um daqueles grêmios esportivos existentes na cidade.

Muitos dos rapazes que frequentavam os campos eram alunos desses colégios e durante a semana conversavam entre si sobre o que presenciaram no domingo. Geralmente era um colega da turma que eles haviam presenciado participando daquelas animadas correrias atrás da bola. Assim, alimentavam o desejo de poderem praticar aquele esporte com os companheiros de onde estudavam.

A dificuldade inicial, para concretizar tal desejo, residia na superação da desconfiança dos Diretores dos colégios em relação ao futebol, por enxergarem-no como uma atividade violenta. Não bastando esta questão, ainda tinha o problema das escolas não disporem de espaço adequado para realização de tais atividades.

Mas, os discursos publicados na imprensa ressaltando os benefícios dos exercícios físicos contribuíram para mudar a concepção dos que nutriam certo preconceito sobre a prática esportiva, ficando aquela visão inicial, que a considerava prejudicial para alguns jovens fracos fisicamente ou de pouca idade, superada diante das contribuições que a atividade física traria para a saúde da juventude.

Mesmo assim, o futebol chegou às escolas da Parahyba entre os anos de 1915-1916 com certo receio por parte dos professores, mas que logo foi superado. Em pouco espaço de tempo foi conquistando a preferência dos alunos, se fortaleceu como prática esportiva e deu início a formação dos primeiros *teams* colegiais. Inicialmente os jogos eram realizados entre os alunos da própria escola que posteriormente passaram a desafiar os quadros dos outros colégios para a disputa de *matches*.

As primeiras notícias que temos sobre a realização de jogos envolvendo colégios da cidade da Parahyba datam de setembro 1916. Foi um encontro realizado entre o Colégio Pio X e o Lyceu Parahybano. A pugna pebolística teria ocorrido no campo do Rogger às 7 1/2 horas da manhã, a partida teve a seguinte movimentação que passaremos a descrever abaixo:

Tirado o *toos* coube a saída ao Lyceu, que escolheu o *goal* contrário ao sol. Os colegiais apresentaram em campo um *team* bastante forte e treinado, o que não aconteceu com o *team* adversário que estava fraco e sem combinação. Ao iniciar-se o jogo era esperada a derrota desse último. Dado o sinal da luta os colegiais em boa combinação levaram a bola até o *goal* defendido por Polary, e 3 minutos após, Mário com um fortíssimo *shoot* consegue marcar o primeiro ponto contra os adversários. O Lyceu procura tirar a vantagem, mas debalde, porque qualquer ofensiva ia morrer de encontro a defesa contrária e a bola voltava a se localizar na área do Lyceu, cujo *goal-keeper* muito se esforçava, porém estava fraco. Aproveitando um novo *pass* da extrema esquerda, Gomes II envia novamente a

pelota ao gol inimigo, fazendo assim o 2º ponto. Polary, não podendo defender, consegue trocar a posição com Anchises, que fez ótimas defesas, sendo muito aplaudido pelos espectadores. No segundo *half-time* o jogo tomou um caráter mais sério tendo os alunos do Lyceu procurado minorar a situação, que já era bem difícil. A linha estava bastante fraca, e a defesa mal combinada.

Os jogadores não se colocavam nos devidos lugares, tanto assim que muitas vezes as extremas perdiam ótimas ocasiões de fazer pontos para o antagonista. Houve um *penalty* que foi tirado por Gomes I, sendo defendido muito bem por Anchises. Muitos assistentes, aliás entendidos, declararam quando foi tirado o *penalty* que o *referee* Manoel Veloso não devia ter feito, porque era um *band*. Continuado que foi o jogo, Gomes II consegue com um *shoot* bem dirigido vasar pela terceira e última vez o *goal* do Lyceu, e assim terminou o encontro com o seguinte resultado: Colégio Pio X 3 x 0 Lyceu Parahybano¹⁰⁰.

Pela descrição do cronista nota-se uma superioridade muito grande entre os *footballers* do Colégio Diocesano em relação aos do Lyceu, essa diferença poderia ser em decorrência dos garotos do Pio X terem iniciado a prática do futebol a mais tempo. Ele usa a expressão “mal combinada” para se referir a falta de entrosamento na execução das jogadas entre os *players* do Lyceu, em contrapartida tudo funcionava ajustado para os colegiais. Este pode ter sido um ato inaugural que mudou a relação escola-esporte na cidade da Parahyba daquela época.

Os *teams* se apresentaram, naquele jogo, constituídos pelos seguintes jovens:

Colégio Pio X – Tonico, Gomes II, Aparício, Leal, Rique, Braz, Baracuhy, Paulo, Vieira, Gomes I e Coelho.

Lyceu – Polary, Aderaldo, Anchises, Mário, Viana, Balthazar, Manfredo, Paulino, Aluizio, Arsênio e Américo¹⁰¹.

É importante ressaltar que os nomes de alguns jogadores desses estabelecimentos de ensino também figuravam nos quadros de sócios de *clubs* de futebol em atividade na cidade. O arqueiro Anchises foi um dos principais entusiastas do esporte em nosso meio e figurou a frente da presidência do Palmeiras por vários anos, tendo também conquistado o título de campeão de futebol da cidade em 1919 pelo referido clube.

Após a repercussão desta iniciativa os jovens da Escola Normal cogitaram organizar um *team* para poder enfrentar os colegas do Diocesano e Lyceu. E não se demoraram muito, pois em setembro de 1916 já estavam com a equipe constituída e composta dos jovens: “Cruz, Garcez, Mello, Vinagre, Lourival, Soares, Terêncio, Costa, Rubens, Soldadinho e Leite”¹⁰².

¹⁰⁰ A Notícia, 12/09/1916, p. 05.

¹⁰¹ A Notícia, 09/09/1916, p. 06.

¹⁰² A Notícia, 12/09/1916, p. 05.

Dias depois foi a Escola de Aprendizes Marinheiros que noticiara a sua entrada na vida esportiva da Parahyba, mas para isto aguardavam a chegada de uma bola do Rio de Janeiro. Este fato é curioso porque revela a dinâmica de uma época em que os materiais esportivos eram raríssimos no comércio local, muitos não eram nem comercializados aqui, tendo-se que esperar semanas até que chegassem os pedidos vindos das capitais dos sudeste. Tempos depois as equipes de *foot-ball* da Escola de Aprendizes Marinheiros e Artífices já figuravam com os times organizados e devidamente uniformizados, prontos para disputarem os *matches* contra os alunos de outros colégios:



Imagem 11 – Fonte: Revista Era Nova, 15/06/1924.

Enquanto isso o movimento dos colégios continuava com a realização de *matches* entre os estudantes. O *team* do Lyceu lançou um desafio ao da Escola Normal para se baterem num animado jogo, porém Vinagre o *captain* da equipe desafiada, em entrevista concedida ao cronista Mauro do Jornal A Notícia, revelou que “talvez não aceitasse o desafio, uma vez que a sua equipe não se encontrava completa, e não desejava ser derrotado na estréia”¹⁰³. Os *teams* queriam apresentar-se organizados e bem treinados para vitoriar sobre seus adversários, visando figurar entre os seus pares como uma equipe vencedora e digna de elogios.

O Pio X querendo aferir o nível de desenvolvimento dos seus *sportmans* decidiu medir forças com *clubs* de futebol tradicional da cidade e marcou um *match* treino com a equipe do Red Cross que possuía um forte *team* constituído de jovens valorosos no meio esportivo. Mesmo diante da qualidade dos adversários, os colegiais conseguiram vencer os oponentes pelo *score* de 2x1 num jogo muito disputado.

¹⁰³ A Notícia, 21/10/1916, p. 05.

No Colégio Diocesano Pio X o esporte foi levado a sério. Mesmo se tratando de uma escola da Diocese que seguia um padrão muito rígido em termos de comportamento e educação, não o impediu que este incorporasse às atividades físicas já executadas no colégio com outros esportes como o futebol e o vôlei. Os alunos tinham aula de ginástica com o Professor Athur de Oliveira e de educação física com o professor Renato Hortêncio, ambos possuíam os conhecimentos dos exercícios físicos adequados para se trabalhar com as crianças. Esse cuidado com os jovens fazia parte da concepção em voga no momento do “*mens sane in corpore sano*”.

Com o início da prática do jogo de futebol no colégio foi disponibilizada uma área para construção do próprio campo onde os alunos iriam realizar os treinos. Na imagem abaixo podemos observar os rapazes trabalhando na preparação e adequação do local:



Imagem 12 - Fonte: Revista Pio X – dezembro de 1932.

Podemos perceber que o *ground* não dispunha de muita estrutura e as condições do gramado não eram muito favoráveis a um bom desempenho dos jogadores na execução das jogadas. Mas, acima dessas inconveniências estava a vontade dos jovens em praticarem o esporte.

Com a disponibilidade do seu próprio espaço para realizar os treinamentos e jogos oficiais com as equipes de outras escolas, agora o Colégio Diocesano tinha condições de ampliar do seu envolvimento com o futebol, para isto decidiu organizar um campeonato colegial que pudesse envolver os *teams* das divisões ginásiais (1º, 2º e 3º ano ginásial) do

colégio e contasse com a participação dos *clubs* da Escola da Marinha, Lyceu Parahybano e Academia de Comércio.

O campeonato era dividido em dois turnos com todos os *clubs* se enfrentando entre si. Havia a disputa por categoria com a divisão em primeiro e segundo quadro, para separar os mais jovens dos rapazes mais velhos. Abaixo podemos verificar como estava organizada a tabela do campeonato colegial.

CAMPEONATO COLLEGIAL							
Organizado pela E. A. M.							
RESULTADO DO PRIMEIRO TURNO DO CAMPEONATO							
Primeiro Quadro							
CLUBS	Jogados	Ganhos	Perdidos	Goals		P. Ganhos	Empates
				Pro	Contra		
Pio X	3	3	0	2	15	6	0
Marinha	3	2	1	6	4	4	1
Liceu	3	1	2	9	1	2	0
Academia de Com.	3	0	3	4	1	0	1
Segundo Quadro							
CLUBS	Jogados	Ganhos	Perdidos	Goals		P. Ganhos	Empates
				Pro	Contra		
Pio X	3	3	0	0	10	6	0
Marinha	3	1	1	1	3	3	1
Liceu	3	1	1	1	4	3	1
Academia de Com.	3	0	3	0	8	0	0
RESULTADO DO RETORNO DO CAMPEONATO							
Primeiro Quadro							
CLUBS	Jogados	Ganhos	Perdidos	Goals		P. Ganhos	Empates
				Pro	Contra		
Pio X	2	2	0	4	1	4	0
Marinha	2	1	1	2	2	2	0
Liceu	2	0	2	1	4	0	0
Segundo Quadro							
CLUBS	Jogados	Ganhos	Perdidos	Goals		P. Ganhos	Empates
				Pro	Contra		
Pio X	2	2	0	2	0	4	0
Marinha	2	0	2	2	5	0	0
Liceu	2	1	1	4	3	2	0

Imagem 13 - Fonte: Revista Pio X – dezembro de 1932.

O sucesso das competições internas despertou entre os entusiastas do esporte a ideia da criação de uma Liga que organizasse os campeonatos de vôlei e futebol do Pio X. Além desse objetivo a entidade defenderia outras finalidades, como podemos comprovar pela publicação estampada na Revista Pio X que trazia a nota da fundação da associação, assim foi noticiado o fato: “Foi fundada este ano a Liga Esportiva dos Alunos Internos do Colégio com o nobre fim de estimular o desenvolvimento físico dos estudantes, do qual depende o desenvolvimento intelectual e consequentemente o moral”¹⁰⁴.

Nessa descrição podemos compreender o objetivo da Direção ao aceitar incorporar o futebol entre suas atividades físicas, porque só assim poderiam completar a

¹⁰⁴ Revista Pio X, dez./1932.

função que concebiam como papel fundamental no projeto educacional da escola, segundo a qual o ensino deveria atuar na vida do jovem para prepará-lo física, intelectual e moralmente.

A frente desse empreendimento estava três *clubs*: o Royal S. C., o Flamengo S. C. e o América S. C.; ambos possuíam duas equipes: uma destinada ao futebol e outra ao vôlei. Desses *teams* saíam os *sportmans* valorosos que compunham o vitorioso *scratch* Diocesano.

Abaixo, apresentamos alguns clichês das equipes compostas pelos alunos do Colégio Pio X, observem a elegância e o ar de seriedade que expressa o semblante dos jovens como forma de realçar a distinção daquela instituição.



Imagem 14 - Fonte: Revista Pio X – 1930.



Imagem 15 - Fonte: Revista Pio X – 1930.

2.3 - A Liga Desportiva Parahybana – as tentativas de oficialização do *foot-ball* na Parahyba

Os jogos iam acontecendo sem organização e de forma desordenada devido ao crescente surgimento de novos *clubs* na cidade, chegando há um momento em que a quantidade de campos disponíveis não dava para atender a todas as partidas marcadas para os finais de semana.

Pensando em dar um novo rumo aos destinos do futebol, os presidentes das equipes em atividade na época decidiram constituir uma entidade para dirigir e incrementar o esporte na Parahyba. Desta forma, fundaram a Liga *Sportiva* no dia 5 de setembro de 1916, ela não teria apenas a função de coordenar a realização dos jogos, mas desenvolver outras ações como, por exemplo: filiar os *clubs*; registrar os atletas; elaborar tabela de jogos; organizar um campeonato de futebol; determinar os *referees* que atuariam nas partidas e estabelecer os estatutos de funcionamento das atividades esportivas.

A primeira diretoria foi composta dos seguintes desportistas: F. Chaves (Presidente); P. Miranda (Secretário) e Júlio Rique (Tesoureiro). Na primeira reunião da Liga foram decididos os critérios para filiação dos clubes junto à entidade, ficando estabelecido que:

os *clubs* que desejarem a sua inscrição na Liga deverão pedi-la por intermédio dos seus representantes, incluindo os *teams* e as respectivas reservas, em número de três. Além disto, são obrigados a dar as cores, e a entrar com a importância de 5\$000 por cada *team*¹⁰⁵.

A filiação não era obrigatória, então pode ser que alguns clubes tenham ficado sem se filiar. Como não encontramos os Estatutos da Liga, deste período, para verificarmos se existiria algum prejuízo para as equipes não filiadas, ficamos impossibilitados de assegurar se era desfavorável ou não ficar sem pertencer a entidade. Mas, certamente por se tratar de uma entidade organizadora e reguladora dos esportes locais, os *clubs de foot-ball* só poderiam tomar parte em jogos realizados pela referida instituição caso fossem filiados.

Os primeiros *clubs* a pedirem filiação foram: Minas Gerais; Rio Branco; Cabo Branco e Red Cross, depois seguidos por Brazil e Aquidaban. Com essas equipes foi realizado o campeonato de futebol da cidade, com os jogos ocorrendo sempre aos domingos. O horário, local e o *referee* eram decididos em reunião na Liga, como podemos observar na nota

¹⁰⁵ A Notícia, 09/09/1916, p. 03.

publicada pelo cronista Mauro do jornal A Notícia: “Na sessão da Liga Sportiva, ontem, ficaram estabelecidos os seguintes encontros: Às 7 horas Aquidaban – Red Cross; e as 10 horas Brazil - Minas Gerais. Ambos os matchs serão no *ground* dos macacos”¹⁰⁶.

Nos jornais não encontramos nenhuma publicação da entidade informando a tabela do campeonato, os campeões de cada ano e outras deliberações referentes aos clubes. Mesmo procurando dar um aspecto de mais organização ao futebol parahybano, a Liga não obteve muito êxito e caiu no descrédito dos presidentes e em pouco menos de três anos acabou sendo extinta.

Em 1919 um grupo de jovens apaixonados pelo futebol se juntou para constituir uma nova entidade que conseguisse organizar e representar o desporto parahybano. Era preciso dar legitimidade aos clubes, conhecer e identificá-los, saber quais eram seus integrantes e diretores, além disto, era essencial fortalecer o campeonato para evoluir enquanto competição esportiva, sobretudo a partir do momento em que passou a disputar o Campeonato Brasileiro de Futebol, no qual deveria apresentar-se com o *scratch* selecionado entre os *sportmans* dos *clubs* locais.

Com esses objetivos os jovens desportistas criaram, em três de maio do ano acima mencionado, a Liga Desportiva Parahybana. O Jovem João da Mata Correia Lima foi um destes desportistas empenhados na defesa do esporte da cidade da Parahyba, para o qual muito contribuiu durante o período em que fazia parte da Diretoria de honra do Palmeiras e posteriormente como membro da Diretoria da L.D.P.

Os representantes da Liga Desportiva Parahybana (L. D. P.) trabalharam muito para conquistar a confiança dos presidentes dos *clubs* e com isso poder fortalecer a disputa do campeonato de futebol. Nesta nova fase também surgiram equipes importantes para o desenvolvimento deste esporte, entre elas podemos citar o Palmeiras, o Pytaquares, Tibiri, Vasco da Gama, Santa Cruz, Mira Mar, Vencedor, Sol Levante, Botafogo, Esporte Clube de João Pessoa, Felipéa e União.

O campeão do primeiro campeonato de futebol realizado pela L.D.P em 1919 foi o Palmeiras. Uma equipe de jovens valorosos que entre outros contou com a presença do arqueiro Anchises Gomes. Este clube ainda voltaria a conquistar o título de campeão por mais três anos em 1928, 1933 e 1935.

O S. C. Cabo Branco foi o recordista de títulos nesta nova fase com oito conquistas. Era um clube extremamente organizado e contava com *sportmans* de refinada

¹⁰⁶ A Notícia, 07/10/1916, p.03.

qualidade. Foi campeão nos anos de 1920, 1924, 1926, 1927, 1929, 1931 e 1934. E, finalmente, merece ser evidenciado o América que se constituiu numa equipe muito querida entre a mocidade parahybana e conquistou os campeonatos de 1923 e 1925.

A L.D.P. se filiou a Confederação Brasileira de Desportos no ano de 1925, iniciativa extremamente importante para o futebol parahybano porque os nossos *sportmans* poderiam participar do Campeonato Brasileiro de Futebol. Era um novo momento que exigia mais dedicação e empenho por parte dos *clubs* e jogadores. A cada ano a Parahyba tinha que formar uma seleção para as disputas da primeira fase do campeonato que acontecia na maioria das vezes, contra as equipes da região Nordeste.

Os resultados dos primeiros jogos do *scratch* parahybano realizados pelo Campeonato Brasileiro não foram os mais animadores. Em oito participações não obteve nenhuma vitória que a levasse a disputar a segunda fase. Os placares contra os selecionados pernambucanos e baianos sempre foram os mais elevados, o maior deles foi um 8x2 para os baianos na primeira participação em 1925.

Mesmo a L.D.P. tendo a frente pessoas comprometidas com o esporte parahybano como os Srs. Oswaldo Pessoa Cavalcante de Albuquerque, João Cândia Brayner, Samuel Neiva Hardman, entre outros, não foi suficiente para evitar as crises internas e com os clubes filiados. Houve uma séria divergência ocorrida entre a L.D.P. e o Sport Club Cabo Branco por volta de 1921, quando o Cabo Branco e Pytaguares pediram desfiliação da Liga, mas o motivo da discórdia não se sabe ao certo, tendo parte da imprensa silenciado para não expor os fatos. Mas, o caso teve repercussão entre os jornalistas esportivos e foi evidenciado através de uma charge publicada na Revista Era Nova, que expomos abaixo:

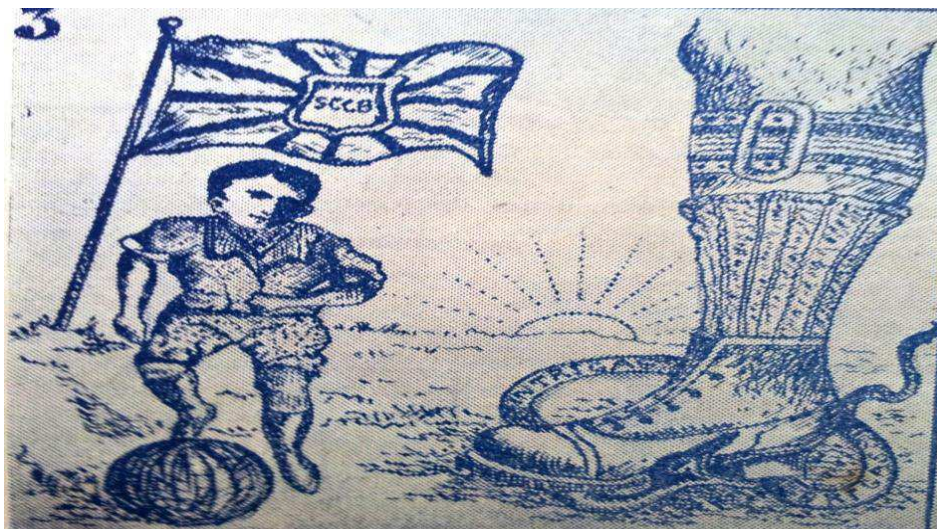


Imagem 16 - Fonte: Revista Era Nova – 07 de setembro de 1923.

Na legenda da imagem consta uma leitura da charge, mas sem esclarecer os motivos da briga. Veja o que disse o chargista: “Felizmente a Liga Desportiva Parahybana ajustou-se bem na perna dos *sportmans* da capital. Esmagar, portanto, essa hydra...”¹⁰⁷.

Apenas percebemos escrito na serpente a palavra “intrigas” e bandeira do S. C. Cabo Branco tremulando ao fundo, sugerindo que tenha sido alguma discórdia provocada pela divergências de ideias sobre a organização do campeonato local ou, até mesmo, por denúncias de irregularidades na filiação dos jogadores, em que alguns clubes se aproveitavam da falta de organização para utilizar *sportmans* do quadro A na equipe B.

A Liga Desportiva Parahybana continuou em atividade com esta designação até o ano de 1941 quando por determinação de um Decreto Federal de 1941 do Presidente Getúlio Vargas extinguiu as Ligas estaduais e instituiu as Federações que ficaram subordinadas ao Conselho de Desportos. Medida que visava conceder ao Presidente maior controle dos atos das organizações desportivas.

2.4 - O Hypódromo Parahybano – os páreos tomam a cena esportiva da Parahyba

A Parahyba, diferentemente do que ocorreu no Rio de Janeiro, apresentou um processo inverso na sequência de introdução do futebol e o *turf*. Na capital carioca o *turf* foi um dos primeiros esportes a se configurar como prática esportiva já no ano de 1825. No entanto, só ganhou maior organização a partir da segunda metade do século XIX com a criação dos *jockeys Club*, mas a fase áurea do turfe aconteceu “entre os anos de 1870 e 1890”, constituindo-se “não só uma das principais opções de diversão, mas também um dos assuntos preferidos da população (...)” (DEL PRIORE e MELO, 2009, p. 49).

O futebol chegou ao Rio de Janeiro no ano de 1894 e só começou se afirma como prática organizada a partir da década de 1910 com a incorporação desse esporte pelos Colégios, Clubes Sociais e Esportivos, posteriormente tendo se expandido aos campos das fábricas onde os populares passaram a ter maior contato com o jogo da bola.

Na Parahyba o futebol chegou primeiro, estando presente entre os parahybanos desde 1908. Só nove anos depois é que surgiria a iniciativa de fundar um Hipódromo com o objetivo de incentivar a melhora da raça cavalar em nossas terras.

A primeira nota encontrada num jornal parahybano sobre o Hipódromo data de 06 de julho de 1916, quando ainda se constituía como um projeto a ser posto em prática

¹⁰⁷ Era Nova, 07/09/1923.

brevemente. Esse empreendimento surge alicerçado no projeto de modernidade idealizado pelas elites locais para dotar a cidade de espaços de lazer e diversão existentes nas capitais símbolos do progresso, como Rio de Janeiro e São Paulo. A nota trazida pelo jornal A Notícia apresenta alguns indícios desse objetivo, os quais foram expostos pelo jornalista da seguinte forma:

Um Hippodromo na capital

Está em andamento a ideia de um Prado para as corridas de cavalos nesta capital. É um dos esportes mais gratos ao instinto de diversão do povo nos maiores centros. Os promotores da empresa escolheram campo no extremo da Avenida João Machado, onde o governo verá se pode ceder um lote de terra para o estabelecimento do hippodromo. Registamos com satisfação o próximo serviço que é um sinal de progresso em nosso meio, tão carente de ação em todos os sentidos nobres e aspectos sociais da vida¹⁰⁸.

A introdução do *turf* na Parahyba seria uma alternativa para dinamizar as possibilidades de lazer e recreação, que até o momento estavam restritas aos *matches* de *football*. Mas, esses aspectos saíram de cena para dar lugar a uma questão: qual o local ideal para serem instaladas as dependências do Prado? Inicialmente os idealizadores tinham escolhido o local numa área da Av. João Machado e já haviam solicitado ao governo a doação do terreno, porém foi identificado que a construção naquele local seria impossível devido a existência de um manancial de água localizado naquelas imediações responsável pelo abastecimento da cidade. Em nota publicada em A Notícia são expostas as razões que justificavam esta impossibilidade, pois “realmente, a decepção das matas por ali será desvantajossíssima e mesmo ouvimos que a linha da área pedida iria tocar o poço nº 7”¹⁰⁹.

Em seguida são apresentados os motivos que justificam que o lugar ideal para receber o hipódromo era Cruz d’Almas, por ser “um subúrbio muito populoso e aprazível, tem largo campo onde se pode fazer a construção do prado”¹¹⁰. Mas a pendenga não foi resolvida tão fácil assim e seguiu suscitando debates na sociedade.

Em um ponto todos concordavam: era sobre os benefícios que tal empreendimento iria trazer para a sociedade parahybana. Dispondo de um espaço como este os parahybanos poderiam disfrutar da experiência vivenciada em países civilizados e modernos, pois este seria “um centro de *sport* e diversões cultas como nesse gênero elas se

¹⁰⁸ A Notícia, 06/07/1916, p. 03.

¹⁰⁹ A Notícia, 08/07/1916, p. 01.

¹¹⁰ Id. Ibid.

fazem na Argentina, nos Estados Unidos, e sobretudo na Inglaterra”¹¹¹. Desejar viver segundo os hábitos europeus. Esta era a grande aspiração do carioca, do paulista, do recifense e, conseqüentemente, do parahybano. Tal aspiração estava sendo levada a efeito pela implantação de espaços destinados à prática esportiva e o hipódromo era um símbolo destes.

Após a notícia do intento de construir um espaço destinado às corridas hípias, os simpatizantes deste esporte saíram em defesa da ideia, apresentando argumentos favoráveis a consecução desta obra. Uma das defesas utilizou-se do montante gerado pelo movimento financeiro decorrente das apostas realizadas no *Jockey Club* do Rio de Janeiro durante o ano, a grande soma movimentada justificaria a construção do melhoramento. Esta foi uma comparação muita tosca por não levar em consideração a diferença do potencial econômico das duas capitais, os dados das receitas do *Jockey Club* eram referentes ao ano de 1911, ou seja, estava se comparando o rendimento de um esporte consolidado a mais de sessenta anos no Rio de Janeiro com um que nem existia ainda. Este argumento não servia nem mesmo para projetar lucros na operação do Prado Parahybano, porque as condições financeiras eram incipientes para fazer qualquer projeção positiva, pois se tratava de outra realidade muito diferente.

Mas, se tinha algo que ganhava força era a campanha a favor de o hipódromo ser construído em Cruz d’Almas. Além dos motivos expostos acima, existia um que era primordial para o sucesso do esporte que estava para chegar, este consistia na boa localização desse subúrbio que facilitaria o deslocamento das famílias parahybanas até o Prado. A linha de bondes ia até as Trincheiras que ficava há poucos metros de distância do local onde seria instalado. Dai um cronista anônimo fez a seguinte observação:

Se o Prado for em Cruz d’Almas, não será difícil aos interessados conseguirem do Dr. Gama Lobo o prolongamento da linha de Trincheiras serviço de uns seiscentos metros, tanto mais quanto a crescente população naquele subúrbio só por si garantirá o acréscimo do movimento de transporte na linha referida (...)¹¹².

Agora caberia aos interessados, juntamente com o governo, decidir qual o melhor local. O Governador ainda se responsabilizou pela negociação com a E. T. L. F. para realizar o prolongamento da linha de bondes do trecho necessário até Cruz d’Almas. Os idealizadores do projeto só aguardavam a liberação do terreno por parte do governo do Estado para dar início às obras.

¹¹¹ A Notícia, 08/07/1916, p. 01.

¹¹² A Notícia, 11/07/1916, p. 03.

“Já começou além da linha de Trincheiras, no local para isso arrendado ao Sr. João Evangelista, o serviço de construção do Prado”¹¹³. Assim publicou o Jornal A Notícia em 23 de agosto de 1916, dando nota de estarem iniciados os trabalhos para edificação de mais um símbolo moderno na Parahyba. Era o ideal de progresso caminhando para dotar a cidade com os equipamentos que possibilitariam a reprodução da vida cidadã dos grandes centros na pequenina cidade da Parahyba.

O projeto do Hipódromo parahybano foi elaborado pelo engenheiro Dr. Miguel Raposo, bastante conhecido na capital pela elaboração de outros serviços¹¹⁴. O local onde estava sendo construído o Prado era uma área rural ainda sem calçamento e sem ruas definidas, por isso o Dr. Gama Lobo solicitou que fosse levantada a planta de todo o entorno para poder urbanizá-la posteriormente.

O governo estadual aceitou a proposta que os comerciantes Joaquim Gomes Coimbra, Henrique Sá e Eduardo Magalhães lhe fizeram pedindo a isenção de impostos para o estabelecimento hípico. A isenção foi concedida por um prazo de vinte anos pelo chefe do executivo por considerar que o hipódromo representaria um benefício à pecuária local desenvolvendo a raça dos animais usados naquele esporte.

Assim como os clubes, o hipódromo parahybano constituiu uma Diretoria, filiou sócios e criou estatutos. Era uma maneira de poder contar com colaboradores no financiamento da obra, já que se tratava de uma iniciativa particular encabeçada por comerciantes da praça da cidade. Numa reunião realizada em fevereiro de 1917 a Diretoria convocava os acionistas para quitarem suas ações, eleger nova diretoria, aprovar os estatutos e marcar a data da inauguração.

Como parte dos preparativos para a inauguração do hipódromo, a diretoria convidou o Presidente do Estado, Camilo de Holanda, a se fazer presente numa fiscalização dos últimos detalhes da construção. A visita ocorreu às oito horas da manhã do dia 24 de fevereiro de 1917 e também contou com a participação de jornalista da imprensa local. “S. Exc.^a, o Presidente do Estado, visitou e apreciou detidamente mais esse melhoramento com que estava sendo dotada a cidade da Parahyba (...)”¹¹⁵. Assim noticiou o jornal O Norte a passagem do chefe do executivo estadual pelo Prado. A visita de autoridades e a presença de jornalistas fazia parte da estratégia dos Diretores para divulgar aquela novidade e poder atrair, em futuro próximo, a sociedade para comprar os ingressos, fazer apostas e assistir aos páreos.

¹¹³ A Notícia, 2308/1916, p.03.

¹¹⁴ O Dr. Miguel Raposo foi o Engenheiro responsável pelas obras de saneamento da capital parahybana datada de 1913.

¹¹⁵ O Norte, 25/02/1917, p. 02.

O jornalista de O Norte que esteve presente àquela ocasião fez uma descrição da pista e da estrutura geral do centro hípico e nos revelou os seguintes detalhes:

O Prado está situado nos fundos do sítio de propriedade do Sr. João Evangelista, no fim da linha das Trincheiras, dando a frente para a rua Tiradentes. Compreende uma grande área que está nivelada e destocada, tendo uma pista com 1093 metros de comprimento com a largura aconselhada pelos entendidos. As arquibancadas para 500 pessoas são todas de boa madeira e alvenaria, ficando no solo os lugares destinados a passagem, casa das poules, assistência e bar, tudo amplo e arejado. Do lado direito das arquibancadas fica o encilhamento e a esquerda a área reservada ao descanso e abrigo dos espectadores. Além da pista o Prado tem no centro um campo destinado ao jogo de *foot-ball* e exercícios de esgrima e ginástica¹¹⁶.

Uma estrutura considerável, tendo em vista o porte de uma cidade pequena como a Parahyba, em que além do *turf* seria destinada a atividades esportivas como o *foot-ball*, a esgrima e a ginástica. Um esporte que nasceu planejado e pensado para proporcionar diversão e conforto aos espectadores, com estrutura de arquibancadas e bar onde as famílias poderiam manter as sociabilidades durante os intervalos dos páreos. Claro que essa preocupação fazia parte da lógica capitalista do consumo pensada pelos comerciantes, fazendo com que o movimento financeiro do prado girasse em torno da venda de ingressos, bebidas e apostas. A intenção era proporcionar divertimento com lucros para aqueles que promoviam e para o público de apostadores.

A dinâmica de apostas realizadas pelos hipódromos ia de encontro com a campanha realizada pelo governo de combate aos jogos de azar. A repressão a esses jogos recaía exatamente sobre a questão das apostas, por considerarem que se tratava de uma forma de iludir e enganar aqueles que se envolviam em tais atividades. As casas promotoras desses divertimentos eram acusadas de corruptoras da moral e bons preceitos dos jovens e uma afronta para a sociedade, por esses motivos os locais que promoviam tais apostas eram fechadas pela polícia de costumes.

Mas, no prado as apostas não eram proibidas por se tratar de um divertimento lícito e reconhecido pelo governo. Além do mais, era um esporte que contribuía para o desenvolvimento da pecuária nacional, ou melhor, para o enriquecimento das tradicionais famílias aristocráticas que mantinham relações econômicas com o mundo rural e podiam comprar os cavalos caríssimos para a prática do *turf*. Os apostadores, neste caso, eram ricos

¹¹⁶ O Norte, 25/02/1917, p. 02.

comerciantes, funcionários públicos, políticos e a aristocracia algodoeira, e não aqueles pobres coitados que tiravam os últimos réis do bolso para perder numa roleta.

Como forma de prestigiar a S. Exc.^a, durante a visita, foi realizado uma demonstração hípica com “três cavalos especialmente treinados para esse fim e montados por jockeys peritos”¹¹⁷. Ainda foi oferecida uma taça de *champagne* para comemorar o sucesso que seria aquele melhoramento digno de povos cultos e civilizados e que tão agradável impressão causou ao Dr. Camilo de Holanda.

Marcada para 25 de março de 1917 a inauguração do Hipódromo Parahybano não ocorreu nesta data por motivos não identificados. Ela só viria a acontecer em 08 de abril daquele ano, constando de uma programação especial para aquela ocasião inédita, em que a sociedade parahybana tomaria conhecimento de um novo esporte em seu meio: o *turf*. O evento foi amplamente divulgado na cidade através de notas nos jornais locais e panfletos, nestes constavam os preços das entradas que seriam divididas em dois setores: arquibancadas – 1\$000 réis e área do encilhamento - \$500.

Como atração principal os expectadores aguardavam ansiosamente a apresentação dos *jockeys* e seus belos cavalos, mas enquanto esperavam se divertiam ao som da banda de música que tocava seu repertório. Tratava-se de um esporte novo entre os parahybanos, por isso tenha atraído centenas de curiosos as dependências do Prado para assistirem as corridas. O jornal O Norte trouxe uma nota sobre a inauguração, na qual apresentou a seguinte descrição do público presente: “as arquibancadas estavam completamente cheias de famílias patricias e cavalheiros da elite, notando-se ali a presença do Exmo. Presidente do Estado, seu ajudante de ordens e várias autoridades superiores”¹¹⁸.

Na programação estavam previstos páreos com a presença de *jockeys* parahybanos que ainda não tinham experiência alguma naquele tipo de prova esportiva. O destaque ficava a cargo dos *jockeys* vindos do Ceará e Pernambuco para tomar parte nas disputas. Os jornais traziam a seguinte programação dos páreos: “Em quatro estão inscritos parreiros parahybanos que ainda não correram em Prado algum e de um páreo de 169 metros onde estão inscritos valentes parreiros dos Estados do Ceará e Pernambuco”¹¹⁹.

Depois do sucesso da inauguração, os Diretores do Hipódromo Parahybano trataram de organizar a programação a ser posta em prática todo final de semana com a realização de diversos páreos. Durante a semana foram abertas as inscrições para as provas da

¹¹⁷ O Norte, 25/02/1917, p. 02.

¹¹⁸ O Norte, 10/04/1917, p. 02.

¹¹⁹ O Norte, 08/04/1917, p. 02.

2ª corrida realizada no domingo seguinte, tendo-se inscrito 15 cavalos que disputariam cinco provas com distâncias diferentes, sendo que a primeira seria de 800 metros, a segunda de 900 metros, a terceira de 1000 metros, a quarta de 1400 metros e a última de 1200 metros¹²⁰.

As distâncias de 800 e 900 metros eram destinadas aos cavalos da Parahyba que nunca tinham corrido em páreos. As demais seriam para os que já contassem com experiência em corridas hípcas.

Os cavalos inscritos eram identificados pelos seus nomes para disputar as corridas. Nesta estiveram presentes os seguintes cavalos: Corisco, Pimpão, Aventureiro, Baliza, Maciste, Tocantins, Zito, Jagunço, Sattarello, Gramar, Za la mort, Zirone, Za la vie, Zorlitho e Zerire.

Os vencedores receberiam premiações no valor de 150\$000 réis para o 1º colocado e 15\$000 para 2º lugar. Os campeões dessas corridas foram: Tocantins vencedor do 1º páreo, Zito do 2º e 4º e Za la vie do 3º e 5º. Terminadas as disputas começaram os comentários a respeito de quem se saiu melhor ou deveria ter vencido, as discussões se animaram em torno do páreo disputado entre Za la Vie e Za la mort, o primeiro havia vencido o segundo, que era o favorito, por meia cabeça, essa vitória teria ocorrido segundo “afirmavam os *turfmen* que Za la mort estava mal montado”¹²¹.

Um fato curioso ocorrido neste evento foi o grande número de apostas realizadas entre os expectadores nas arquibancadas, prática que não era permitida nos *Jockeys Clubs* do Brasil. O que levou o cronista cognominado de “*Jockey*” a fazer a seguinte observação: “As apostas na casa não foram fortes, quando entre os particulares atingiram a altas somas, jogo esse proibido em todos os prados pelo prejuízo que traz para a casa que tem despesas a fazer”¹²².

Essa prática era combatida pelos Diretores do Hipódromo Parahybano devido aos sérios prejuízos acarretados no movimento das apostas da casa, mas dificilmente seria extinta pela cumplicidade existente entre os apostadores que realizavam tais procedimentos em surdina sem levantar a suspeita dos fiscais. Percebendo o grande volume de apostas avulsas entre o público presente, a Merceria Lins, na pessoa do agente João Filho, decidiu organizar um “Bolo *Sportivo*” para receber as apostas dos interessados. A premiação seria distribuída na porcentagem de 60% para o que acertasse o maior número de poules e 20% para aquele acertador do número inferior ao primeiro.

¹²⁰ O Norte, 13/04/1917, p.02.

¹²¹ O Norte, 17/04/1917, p. 02.

¹²² O Norte, 17/04/1917, p. 02.

Esta iniciativa, certamente, não agradou aos diretores do Hipódromo Parahybano porque influiria diretamente no volume de apostas realizadas na casa. E, como o número de páreos aumentava a cada prova, o Prado precisava dos rendimentos das apostas e inscrição para poder pagar as premiações aos vencedores, caso contrário se tornaria difícil mantê-lo em funcionamento.

Mas, um espaço que “incontestavelmente havia se tornado o ponto de reunião, aos domingos, da nossa sociedade patricia”¹²³ e não poderia desaparecer permitindo que o interesse despertado pelo novo esporte sucumbisse em tão pouco tempo. Mesmo diante dos inconvenientes o hipódromo permaneceu firme no propósito de desenvolver e fixar a cultura hípica no meio esportivo parahybano.

Prova disso foi a programação festiva em comemoração ao dia 13 de maio que homenageou o Exmo. Dr. Camilo de Holanda, presidente do Estado. Para premiação foi colocado o maior valor disputado até o momento, 500\$000 réis, como forma de incentivo a inscrição de novos *jockeys* da Parahyba e dos Estados vizinhos. A afluência de pessoas ao evento pode ter sido uma das maiores que o Prado havia recebido desde a sua fundação, como podemos observar por meio da nota publicada no jornal O Norte, que assim informou: “As arquibancadas, encilhamento e *pelouse* se achavam inteiramente repletas de representantes das diversas classes sociais, reinando entre todos os presentes perfeita ordem e comunicativo entusiasmo pelos resultados dos páreos constantes do programa”¹²⁴.

Presença também comprovada pelo movimento dos *bonds* da linha de trincheiras, que fez o Sr. San Juan, Diretor da E.T.L.F., disponibilizar, além dos bondes normais de linha, carroções de carga abertos para poder dar vação ao deslocamento das pessoas até as imediações do hipódromo. Esta ação pode evidenciar o avultado número de público presente ao evento, mas também comprova a precariedade do transporte de *bonds* da capital parahybana. Era uma modernidade obsoleta.

Com relação aos páreos, o 4º foi o de maior destaque naquele dia tendo sido realizado em homenagem ao Dr. Epitácio Pessoa. Nele disputaram a vitória os seguintes cavalos: Medalha, Diana, Fidalgo, Dandy e Fidalga. A égua Diana foi a vencedora montada pelo jockey Eduardo, dupla era do Recife. Em segundo lugar havia ficado Medalha que se afirmava como sendo o melhor parrelheiro do Estado.

Com programação de corridas para todos os domingos o Hipodromo Parahybano seguia durante o ano dando a nota *chic* do esporte na Parahyba. Contando sempre com grande

¹²³ O Norte, 15/05/1917, p.02.

¹²⁴ O Norte, 15/05/1917, p. 02.

presença de público, as corridas turfísticas haviam arrefecido o ânimo dos *foot-ballers*, tornando a realização dos *matches* em algo raro durante o ano de 1917. O primeiro ano de funcionamento do Prado foi intenso contando com mais de 30 corridas realizadas até dezembro daquele ano.

Pelo que pudemos comprovar através dos jornais, a partir da década de 1920 as notícias sobre os páreos se tronaram escassas nas páginas dos jornais da Parahyba. Em contrapartida, surgiram novos esportes, entre eles o remo. Fazendo a cidade voltar as águas do passado com embarcações que não eram as mesmas utilizadas pelos colonizadores, mas que tinham um propósito de conquista: desbravar o Sanhauá com os símbolos de uma prática moderna.

Os clubes sociais se constituíram no espaço de convivência e afirmação dos grupos dirigentes da Parahyba. A seguir faremos um passeio pelos salões do Club Ástrea e do Cabo Branco, que durante as décadas de iniciais do século XX tiveram seus momentos de glória e esplendor, abrilhantados por muitas festas concorridas pelos membros da distinta sociedade parahybana após os *matches* ocorridos no campo do *Sport Club* Cabo Branco.

Capítulo 3

Lugares de diversão: os clubes sociais na construção das sensibilidades e sociabilidades

3.1 - A vida social se agita: O Club Astréa e a vida elegante nos idos do século XX na cidade da Parahyba

Decorria o ano de 1866. A vida social da Parahyba era a mais simples e verdadeiramente provinciana. Limitava-se a festas familiares restritas e determinados círculos quase sempre constantes de lautos jantares seguidos de danças com chá-de-roda, bandejas de doces e outras práticas muito inocentes.

Os festejos de natal e da Padroeira constituíam, por assim dizer, as quadras mais alegres da população.

Por esse tempo o Inspetor da então tesouraria da Fazenda, Alonso Moreira, doutores Eugenio Toscano de Brito, Cordeiro Serrão e Antônio Bernardino dos Santos com o Coronel Augusto Gomes da Silva, do alto comércio desta praça resolveram fundar um clube recreativo.

Foi assim criado o Club Astréa.

Sua denominação provém da mitologia – Astréia era uma das filhas de Jupter e de Thémis, deusa da Justiça. Viveu entre os homens no século áureo quando a felicidade reinava no mundo.

Assim, sob esse signo auspicioso, passou a funcionar o Club Astréa. Desde então, no seu recinto entretinham-se os associados logo ao cair da noite em jogos de bilhar, xadrez ou dama e, vez por outra, mesmo nos dias comuns, homens respeitáveis, velhos chefes de família grande relevo na administração pública e nas profissões liberais, deslizavam alegremente ao som de uma valsa cienense, de uma polka alemã ou de uma quadrilha muito cerimoniosa marcada no mais puro e casto francês.

Noutras rodas, por vezes, em recantos mais discretos, grandes cientistas, professores respeitáveis reuniam uma assistência seleta para debater assuntos de maior importância. Castro Pinto, Carlos Dias Fernandes, Diogo Velho e tantos outros participavam desses serões culturais¹²⁵.

Esse breve contexto histórico do *Club Astréa* traçado pelo professor parahybano Sizenando Costa¹²⁶ na década de 1950, aponta para várias dimensões da perspectiva de criação dos clubes sociais na cidade da Parahyba. A princípio evidencia-se que a função destes centros recreativos seria tirar a sociedade parahybana da monotonia característica dos tempos provincianos, em que a vida social das famílias restringia-se ao próprio ambiente da casa em escassos momentos de confraternizações ofertadas às personalidades políticas, comerciantes e aos coronéis da aristocracia rural.

Logo se percebe a inclinação do sodalício pelas danças, reuniões e jogos. Características iniciais que acompanhariam o “Palacete do Tambiá” ao longo das fases que vivenciou abrilhantando a sociedade elegante da cidade da Parahyba.

¹²⁵ O Norte, 29/05/1966, p.02.

¹²⁶ O Professor Sizenando Costa foi, durante anos, sócio do Astréa e participou da gestão de algumas diretorias.

Mas, a conjuntura do período da fundação desse sodalício aponta para indícios de um movimento que vinha ocorrendo nas principais capitais do Brasil em decorrência dos desdobramentos da influência das inovações culturais e materiais vivenciados em cidades como Londres, Paris, New York e implantadas no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Os desdobramentos da conjuntura político e social da Inglaterra pós-revolução industrial são essenciais para a compreensão do processo que iria ser desencadeado no Brasil do final do século XIX e início do XX.

Neste sentido, apresentamos a fundação dos clubes sociais e recreativos na cidade da Parahyba como parte do processo histórico de aculturação imposto pela fase de colonização industrial inglês, que a reboque da expansão capitalista transportou para os mercados consumidores, juntamente com os materiais e equipamentos do mundo moderno, novos costumes, hábitos e práticas que posteriormente configurariam um novo contexto mundial: a modernidade.

Na ata em que foi oficialmente criado o Club Astréa, datada de 30 de maio de 1886, os sócios fundadores definiram que o objetivo da sociedade seria “literário” e “recreativo”. Décadas depois alguns sócios se preocuparam em produzir um discurso através de artigos publicados em jornais da imprensa local, principalmente o Jornal A União, O Norte e nos boletins informativos publicados pelo Astréa, projetando o interesse do clube para outros ideais. Essa construção ganhava corpo com a relação que se procurava fazer do contexto histórico da época da fundação do clube com os seus supostos objetivos ocultos, pois o surgimento do sodalício coincidiu acontecer dois anos antes da assinatura da Lei Áurea e três da Proclamação da República, ou seja, “uma fase de transição em que as concepções republicanas fizeram estremecer os esteios mantenedores do regime monárquico”¹²⁷.

Desta feita, foram incorporando ao discurso intenções revolucionárias para integrar o clube no cenário das agitações do momento, passando a defender que existiram objetivos secretos que pretendiam “aglutinar adeptos dos ideais abolicionistas e republicanos”. Em decorrência desses objetivos de cunho ideológico e político ligado à causa nacional buscou-se legitimar um aspecto intelectual e revolucionário para o clube e, assim, poder compará-lo aos clubes políticos da Inglaterra. Esta comparação daria muito mais status na consolidação do sodalício e afirmação perante a classe intelectual, pois a evidenciação desses fatos colocaria os membros do clube na vanguarda do pensamento político da época, realçando a posição de destaque dos jovens aglutinados em torno dos interesses nacionais. Ou

¹²⁷ O Norte, 29/05/1966.

seja, o discurso do jovem Arquimedes Cavalcanti¹²⁸ funcionava como uma autoafirmação da importância desse grupo, no qual ele também estava incluído, nos destinos do Estado, principalmente, quando estes figuravam como os agentes idealizadores de projetos que representavam a modernização da cidade da Parahyba.

Em uma nota publicada no Boletim Informativo Astréa do ano de 1972¹²⁹ o então secretário do Clube, Arquimedes Cavalcanti, ressaltou que “o Astréa, em seus primórdios, seria uma réplica indígena dos famosos clubes políticos ingleses, onde muitos revolucionários e líderes das lutas pela libertação das Américas foram beber ensinamentos e buscar apoio para suas empresas”¹³⁰.

As palavras do Sr. Arquimedes mais do que procurar instituir uma imagem revolucionária para o clube, tinha a função de apresentar os sócios fundadores, figuras das mais ilustres do magistério, magistratura e das classes liberais, como Eugênio Toscano de Brito, Tomaz de Aquino Mindelo Junior, Balduino José Meira, Dr. Eduardo Marcos de Araújo, Dr. Antônio Hortêncio Cabral de Vasconcelos, Aprígio de Lima Mindelo, João Francisco Davino de Oliveira, entre outros, como homens com ideias a frente do seu tempo e comprometidos com o destino político da sua pátria. Construindo essa imagem de clube panteão de pensamentos progressistas e em sintonia com as nações europeias, em especial a França, Inglaterra e Estados Unidos, procurava-se angariar mais simpatizantes e sócios.

Em outra perspectiva apresentava-se que a decisão de fundar um clube ressoava na provinciana cidade da Parahyba como uma ação essencial para uma sociedade que buscava foros de civilização e progresso por meio da adoção de práticas oriundas da Europa e concebidas no Brasil como símbolos da inovação tecnológica e cultural.

Outro aspecto importante de ser ressaltado foi o interesse pela fundação de clubes, sociedades e associações que se tornou algo rotineiro nas capitais do Brasil e, conseqüentemente, na Parahyba. Esta dinâmica havia sido importada da Inglaterra que tinha uma longa tradição na criação de clubes sociais e esportivos, sobretudo a partir do momento em que os ingleses procederam ao aperfeiçoamento das antigas atividades esportivas, em especial o “*foot-ball association*”, que rapidamente se popularizou através dos clubes criados com o objetivo de praticar este esporte moderno. Esta tendência também se fez muito presente nas escolas inglesas que adotaram o *foot-ball* como atividade esportiva para atender aos

¹²⁸ Arquimedes Cavalcanti foi um sócio assíduo e participante da vida astreana, tendo inclusive participado de algumas gestões do clube na década de 1970 como Secretário e membro do Conselho Deliberativo.

¹²⁹ Usamos este informativo da década de 1970 porque ele apresenta algumas informações históricas do Club Astréa imprescindíveis para a compreensão das atividades deste sodalício, já que não encontramos alguma publicação do Clube no início do século XX.

¹³⁰ Informativo Astréa, 02/02/1972, p. 05.

interesses dos jovens, que haviam enxergado nele a possibilidade de dispor de lazer e diversão.

Levando em consideração esses aspectos apresentados acima podemos traçar em linhas gerais o percurso dos clubes sociais e esportivos criados pelos ingleses e transplantados para o Brasil por meio do processo de expansão capitalista inglês levado a efeito pelos funcionários das companhias inglesas que foram enviados aos trópicos para implantar pequenas fábricas e construir as ferrovias nas principais capitais brasileiras.

Mas, não foram apenas os trabalhadores ingleses os responsáveis por difundir a concepção clubista entre os brasileiros, papel importante também desempenhou os estudantes que iam à Europa realizar seus estudos ou a passeio, pois passaram a vivenciar as novas relações sociais estabelecidas pelos símbolos do mundo moderno. A convivência com os novos costumes e hábitos anglo-saxões permitiu a incorporação de certo repertório cultural à mentalidade dos jovens brasileiros que ao regressarem a sua pátria natal trouxeram em suas bagagens ideias e materiais para implantação e reprodução das práticas culturais vivenciadas na Europa.

Foi assim que os jovens pertencentes às famílias abastadas residentes nas principais cidades do país mantiveram os primeiros contatos com os clubes, sociedades e associações sociais e esportivas. Cidades como Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Paulo, entre outras, por manter uma maior relação com o velho mundo criaram as condições para que os primeiros clubes fossem fundados nestas respectivas capitais. A presença do imigrante europeu também se mostrou decisiva, pois estes traziam o conhecimento e a experiência de vida para tentar reproduzir no Brasil e, desta forma, não precisava abandonar suas tradições.

A dinâmica de introdução desses sodalícios na cidade da Parahyba se deu como parte da tendência em incorporar signos e símbolos do progresso, da civilização e da modernidade. Foi assentado nesses princípios que os grupos dirigentes do setor político e econômico pautaram seus projetos de modernização das cidades. Tudo que figurasse como representação dos novos tempos e simbolizasse a modernidade era empreendido todo esforço necessário para introduzi-lo no cotidiano dos grupos dirigentes, mesmo mantendo um caráter seletivo, essas conquistas materiais não ficaram restritas as elites por se tratar de equipamentos de uso coletivo como a eletricidade, a água encanada, os *bonds* e os esportes.

Foi nesta perspectiva que o Club Astréa representou para a sociedade da época da sua fundação o primeiro indício do esforço civilizador parahybano ao permitir a adoção de hábitos que assemelhavam os sócios aos ingleses, projetando-os como povos com foros de civilidade. Muito mais do que criar uma agremiação para servir de local de encontro entre os

jovens com a função de promover discussões literárias e realizar eventos recreativos, o clube era um dos elementos símbolos do progresso.

Analisando a composição social do “Palacete do Tambiá” com base nos nomes dos membros que assinaram a ata de fundação do clube podemos inferir que este foi composto por integrantes da elite social e econômica da cidade da Parahyba. Este aspecto foi constantemente reafirmado nas publicações sobre o clube, principalmente nas datas comemorativas, como ocorreu em 1966 pela passagem do 80º aniversário do sodalício, em que o Sr. Rodrigues de Carvalho comentando sobre os sócios fundadores assim se expressou:

Foi num ambiente muito trabalhado pela estima pública que o Dr. Eugênio fundou o Clube Astréa, reunindo ali o que de melhor havia na sociedade parahybana. Altos funcionários, representantes da província, abastados comerciantes, a flor da intelectualidade, a elite das famílias patricias, tudo quanto pesava na vida social da época veio a se fundir na promissora sociedade recreativa¹³¹.

Os consócios fundadores exerciam profissões de prestígio no meio social, como por exemplo, podemos citar os doutores Eugênio Toscano de Brito, Cordeiro Serrão e Antônio Bernardino, o coronel Augusto Gomes da Silva, além de outros representantes do alto comércio da cidade. Os demais sócios não fugiam desse perfil social e pertenciam ao grupo dirigente como os advogados, jornalistas, professores, funcionários públicos, oficiais militares, políticos, entre outros.

Criado no seio das elites parahybanas o clube logo assumiu um caráter de distinção e elegância que conferia status aos filiados nos quadros sociais. Essa posição alcançada pelo Astréa tornou-se um fator de exaltação e reconhecimento por preservar, mesmo diante de conjunturas desfavoráveis, “sua linha de pureza moral”¹³², orgulhando-se de contar entre seus associados “parahybanos de destaque, líderes da política e da administração, da intelectualidade e do mundo artístico, altos funcionários e homens que orientavam os negócios mercantis (...)”¹³³. O lugar de relevo alcançado pelo sodalício permitiu-lhe manter fortes laços de ligação com os políticos locais, fossem como sócios ou através do oferecimento de homenagens ocorridas nos salões astreanos.

De acordo com as informações transmitidas pelos cronistas que criaram parte da memória do clube, o vínculo com a política remonta aos anos iniciais de sua criação, quando no momento de transição da Monarquia para a República os conspiradores do movimento na Paraíba realizaram um dos últimos encontros nos salões do Astréa. O Dr. Eugênio Toscano de

¹³¹ O Norte, 29/05/1966, p. 03.

¹³² Id. Ibid.

¹³³ O Norte, 29/05/1966, p.03.

Brito em entrevista publicada no jornal “Gazeta do Comércio” e depois reproduzida pelo jornal O Norte na edição de 29 de março de 1966 comprova tal ligação.

Na crônica intitulada “Avante!” escrita por Coriolano de Medeiros, foi reproduzido um trecho a respeito dos desdobramentos políticos para instalação da República na Paraíba, em que ficou comprovado que algumas negociações ocorreram nos salões do Astréa, assim ele relatou:

(...) Ao sairmos do Paço Municipal encontrei com o Dr. Benevides que disse vir por parte do Gama Rosa comunicar-me que, constando-lhe estar já organizado um governo provisório, estava ele pronto a entregar o poder a esse governo.

Ciente, porém, o Barão de Abiahy da deliberação do Dr. Gama Rosa, disse-me que não devia ter logo levantado a sessão e que as palavras do Dr. Lacerda só poderiam ser levadas em conta das grandes mágoas que ele tinha ao Dr. Gama Rosa, por isso convidava-me para reunirmos novamente, os membros do governo e estando próximo do Clube Astréa, foi em seu salão que fomos deliberar...

Reunidos novamente no salão do Clube Astréa, os membros do governo que acabava de organizar-se o paço municipal, deliberamos comunicar o ocorrido ao Tenente-coronel Caldas, único membro que não se achava presente, convidando-o para juntamente como os outros que compunham a junta governativa irmos ao palácio...

Permanecemos no Clube Astréa até as 6 horas da tarde, quando recebemos este ofício...

O acontecimento se dava em 17 de novembro de 1889 e dele resulta que o Clube Astréa foi durante horas a sede do primeiro governo provisório republicano da Paraíba, naquela época¹³⁴.

A narração desse episódio faz parte de um esforço de construção da memória do clube que o vinculasse aos fatos históricos de representação nacional para dar-lhe importância e prestígio. Desta feita, o reconhecimento do clube era extensivo aos consócios, por que eram eles os responsáveis por determinar os rumos políticos da cidade, condição que os colocavam na vanguarda do pensamento político ao conceber a introdução de uma nova forma de governo pautada na democracia e nos princípios de inspiração francesa e norte-americano através dos lemas de liberdade, igualdade e fraternidade.

Neste contexto, o “Palacete do Tambiá” constituiu-se como centro recreativo, literário e local de discussões políticas e sociais, que se mostraram importantíssimas para o destino do Estado. Esses laços entre o Astréa e a política foram se consolidando nas primeiras décadas do século XX e se concretizaram numa tradição: todos os governadores da Paraíba, nesse período, foram sócios do clube. Constituiu-se motivo de orgulho para os astreanos e parahybanos o fato de ter saído dos quadros sociais desse sodalício um Presidente da

¹³⁴ O Norte, 29/05/1966, p. 02.

República, o Dr. Epitácio da Silva Pessoa que governou entre os anos de 1919 a 1922, compreendendo parte do período da República Velha 1889-1930.

Mas, apesar de toda ligação do Club Astréa com a política, sugerida por seus ex-sócios, os frutos colhidos pelo sodalício nem sempre foram os mais proveitosos. O histórico político da Parahyba era caracterizado por acirradas disputas entre os grupos dirigentes na busca de legitimar-se no poder. Os reflexos dessas brigas acabavam refletindo dentro do clube, despertando animosidades e rivalidades entre os distintos grupos partidários que eram sócios da entidade, impedindo assim, que os poderes públicos realizassem algumas benesses em favor do Astréa. O Professor Sizenando Costa, membro da Diretoria do clube nos anos de 1960, relembrou com ressentimentos o quanto aquela associação “sofreu embates terríveis, guerras tremendas, e, na maioria das vezes participou da boa ou má sorte dos partidos políticos”¹³⁵.

As situações inconvenientes envolvendo associados ligados às questões políticas, certamente provocaram muitos embaraços para os Diretores da sociedade recreativa. Desta feita, foram adotadas algumas medidas por medo de que há longo prazo tais fatos pudessem ocasionar sérios prejuízos ao Palacete de Tambiá. Temendo que a situação se tornasse irreversível, os Diretores trataram de contornar esse dilema fazendo constar nos Estatutos da entidade que discussões políticas seriam proibidas em suas dependências. Esta previsão estava expressa no Art. 26 do Estatuto datado de 04 de setembro de 1898 e publicado no jornal A União em 16 de junho de 1899. O texto do artigo traz a seguinte redação: “são expressamente proibidas as reuniões, quando tiverem por efeito manifestações políticas”¹³⁶.

O descumprimento dessa norma poderia acarretar na atribuição da penalidade de exclusão do sócio. A postura dos Diretores era a de manter-se neutro nas questões políticas e poder preservar a boa convivência com os governadores eleitos e com os grupos opositores, dispondo, desta maneira, da simpatia de todos. Com essa posição, o Astréa poderia pleitear alguma subvenção que lhe favorecesse na manutenção de seu funcionamento e desenvolvimento que ocorria através das doações dos sócios beneméritos.

Desde sua fundação o Clube Astréa teve o privilégio de ver desfilar pelos seus salões os políticos de projeção estadual e nacional. Eram figuras com presença garantida nos saraus dançantes, nas matinées, nas palestras, nos jogos esportivos, nos bailes de carnavais e nas festas de posse das novas diretorias e aniversário de fundação do sodalício. Essa tendência pode ser compreendida quando levamos em consideração o aspecto elegante e moderno que

¹³⁵ O Norte, 29/05/1966, p. 03.

¹³⁶ A União, 16/06/1899, p. 02

os clubes sociais e esportivos assumiram para a sociedade das primeiras décadas do século XX. Pertencer a uma dessas agremiações simbolizava viver de acordo com os costumes e comportamentos das sociedades mais avançadas e civilizadas, ou seja, viver aos moldes do estilo de vida europeu. Era, inclusive, uma das formas de poder evidenciar *status* e distinção social, num momento em que os grupos dirigentes haviam perdido uma série de elementos caracterizadores da divisão social existente no país, como por exemplo, o fim da escravidão.

Mas deixemos os aspectos da seara política na história do Clube e passemos para as paragens da recreação e festividades que constituíam a principal essência de ser do Palacete de Tambiá. Após a sua criação que se deu numa sede improvisada na casa do Sr. Tomaz de Aquino Mindelo Junior, o *club* passou a ter uma sede própria funcionando no sobrado número 77 da Rua Duque de Caxias como podemos observar na foto abaixo:

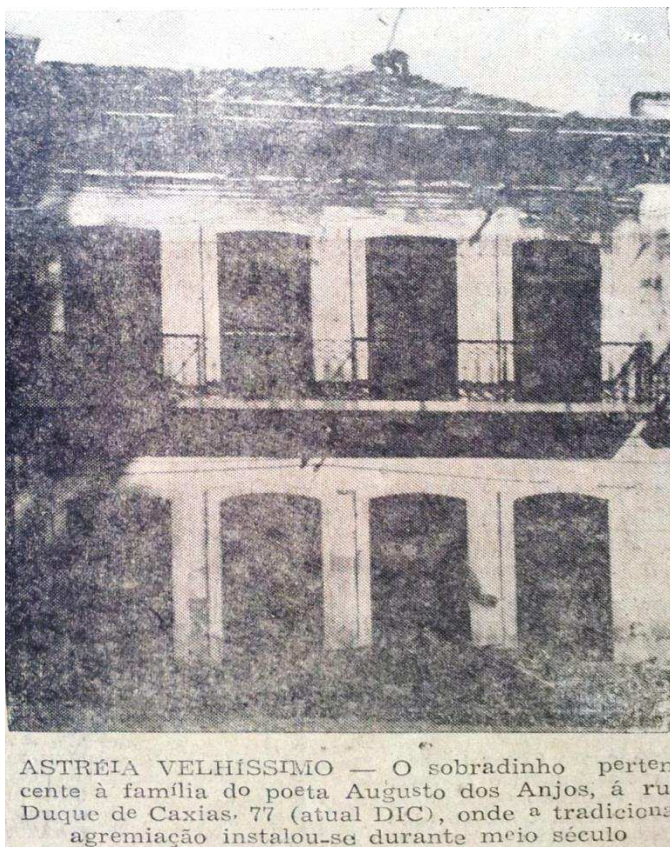


Imagem 17 - Fonte: Jornal O Norte, 29/05/1966, p.01.

Este endereço passou a ser o ponto de encontro dos grupos dirigentes da sociedade parahybana, local em que se dava a nota *chic* e elegante dos bailes dançantes, dos saraus e das festas tradicionais do calendário, a exemplo do São João, São Pedro e as comemorações natalinas e do ano novo. Todo este quadro de diversões não fazia parte do

calendário festivo do Astréa desde o início do seu funcionamento, as festividades foram ao longo do tempo sendo incorporadas ao programa social.

Os divertimentos na cidade da Parahyba de princípios da década de 1910 eram praticamente inexistentes. Afora os festejos carnavalescos, as festas religiosas, apresentações teatrais ou musicais no Teatro Santa Rosa e as retretas realizadas no jardim público, a capital parahybana vivia no absoluto marasmo característico da vida social das vilas rurais marcada pela tranquilidade e monotonia do modo característico da vida rural.

Tal cenário só passaria a evidenciar as primeiras mudanças com o acúmulo de capital algodoeiro que propiciou uma série de investimentos em infraestrutura urbana, de transporte e outros equipamentos do conforto moderno. O aumento das inter-relações da sociedade parahybana com centros mais desenvolvidos como Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo fez despertar o interesse da elite algodoeira em reproduzir os hábitos e costumes vivenciados nestas capitais no seu meio social, de forma que as atividades ligadas ao lazer e recreação também fizeram parte desse processo de incorporação de novos valores e comportamentos ao cotidiano da elite dirigente.

A cidade da Parahyba passa a receber um contingente populacional diverso e constituído por membros da aristocracia rural vindos do campo para a cidade em busca de um novo padrão de vida propiciado pelas diversões, lazer e conforto. Os comerciantes materializavam os desejos das famílias abastadas ao trazerem dos grandes centros europeus e nacionais o que havia de novidade em termo de modas, serviços, máquinas e atividades de lazer. Esse maior intercâmbio entre as pessoas das principais capitais brasileiras e os parahybanos foi proporcionado pelas viagens das companhias de navegação – a Lloyd do Brasil, a Companhia Nacional de Navegação Costeira e a Companhia Pernambucana de Navegação – que mantinham *parquets* com escala no Porto do Capim e posteriormente em Cabedelo, de onde seguiam viagens para o norte, sudeste e sul. Como podemos observar na publicação sobre os anúncios de viagens estampado abaixo:



Imagem 18 - Fonte: Jornal A União, 16/01/1895, p. 03. Disponível em:
<http://www.hemeroteca.bn.br>

As linhas férreas da Great Western do Brasil também propiciaram uma maior integração com outros centros urbanos e facilitou a circulação de bens, serviços, práticas culturais e concepções características do mundo moderno. Foi a partir da construção das ferrovias que o Brasil recebeu um bom número de ingleses que seriam responsáveis pelos serviços técnicos para instalação dos trilhos e máquinas da companhia ferroviária.

Foi em meio a esta conjuntura que, aos poucos, a cidade da Parahyba ia abandonando seus aspectos provincianos e adotando experiências do viver moderno que mudariam para sempre o cotidiano da sociedade local. Com frequência encontramos nos jornais da época crônicas de articulistas que se ressentiam por não dispor de espaços de recreação e divertimentos iguais aos que os cidadãos de Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Paris, Londres e Nova York dispunham. O desejo de poder usufruir dos símbolos da modernidade, materializados nos equipamentos e atividades representativas da recreação e do lazer, levou os cronistas a expressar o desejo do grupo dirigente de viver em outras capitais para, assim, poder fugir da monotonia, do desânimo e da tristeza que acometia a vida social parahybana.

Um jornalista com pseudônimo de “Monóculo” do Jornal Correio da Tarde expôs sua concepção – certamente compartilhada pela parcela da sociedade abastada – de nostalgia que caracterizava a cidade da Parahyba nos idos de 1910, ele descreveu este pensamento nos seguintes termos:

Quando a monotonia da vida provinciana principia a produzir em nós um certo mal estar, quase tédio, a gente começa a ter uns anseios vagos de viajar, de ir muito

longe, em terras distantes onde o progresso em tudo deslumbrava os olhos do viajante, onde as complicações e as combinações da mecânica aplicada por toda a parte enchem de admiração o espírito e põem a imaginação do espectador num acabrunhamento indescritível.

Sinto-me, as vezes, com ímpetos de voar para longe destas coisas inexpressivas que nos cercam diariamente, numa repetição enfadonha de aspectos sempre os mesmos, sem nuances que distraiam os olhos, sem outra coisa que não seja a alternativa maçante dos dias escoando-se morosos e sonolentos, nisto a que a cediça expressão popular chama de *pasmaceira*.

O Boulevard, o Bois, Champs Elysées e tudo quanto Paris encerra de artístico, de belo, de empolgante, arrasta-nos através dos espaços e pensam como será doce e agradável viver num lugar assim, sem ameaças das secas horríveis, sem o espantinho das ruas escuras, sem outras coisas ruins e anacrônicas de que vivemos rodeados em virtude do moroso progresso do meio brasileiro.

E, como uma visão misteriosa e fatal, Paris é sempre o ideal dos que se querem transportar aos grandes centros de artes e de indústrias, de letras e de ciências¹³⁷.

Neste sentido, o cronista expressou a aspiração da elite parahybana em viver numa cidade que oferecesse possibilidades de recreação e lazer, com espaços onde pudessem frequentar galerias de artes, clubs sociais, teatros luxuosos, cinemas e cafés para livrá-los do tédio e do marasmo da vida pacata e simples que caracterizava o cotidiano da Parahyba. Além disso, esse desejo reafirma a influência exercida por cidades como Paris e Londres sobre o modelo de cidade que se pretendia implantar no Brasil.

É nesta dinâmica que o Club Astréa passou ao imaginário do povo tabajara como o rebento de uma nova conjuntura social que os aproximaria do viver cotidiano dos povos civilizados. Os sócios fundadores do Astréa ao fazerem constar na ata de criação do sodalício a finalidade recreativa abriu a expectativa de que parte da sociedade poderia dispor de um local onde seriam oferecidas atividades de lazer destinadas ao divertimento das famílias no intuito de romper com a ociosidade que as prendiam no interior de suas casas.

Inicialmente as atividades oferecidas aos astreanos eram bem limitadas e pouco diversificadas, constando em sua programação “distrações como palestras, danças, leituras e outros quaisquer divertimentos lícitos”¹³⁸. Esse quadro mudaria com o aumento da população da cidade da Parahyba e com a chegada de alguns símbolos modernos, entre eles podemos destacar a introdução do futebol em 1908. Mas, em termo de festas a sociedade passara a contar com os bailes de carnaval, os saraus dançantes, as *matinéés*, as *soirées* dançantes e os festejos de aniversário e posse da Diretoria do Clube. Eram eventos que ainda não apresentavam a pompa ou glamour que as elites almejavam, mas já as colocavam num patamar diferenciado por dispor destes novos atrativos.

¹³⁷ Jornal Correio da Tarde, 28/01/1910, p. 01.

¹³⁸ A União, 16/06/1899, p. 02.

Para se ter acesso a tais momentos de diversão era necessário ser sócio e atender a certos requisitos, tais como: ser indicado por um outro sócio efetivo; depois o pedido de filiação era analisado pela Comissão de Sindicância que avaliava a conduta civil e moral do candidato; depois de aceito o filiado deveria pagar uma joia de entrada no valor de 100\$000 mil (cem mil réis) e a mensalidade de 10\$000 mil (dez mil réis). Valores que certamente eliminavam a maioria expressiva da população por não ter condições de arcar com tais quantias. Essas condições funcionavam como uma estratégia para limitar e selecionar o público frequentador dos salões astreanos.

Os jornais da década de 1910 passaram a contar com um espaço para dar publicidade aos acontecimentos festivos da cidade. A coluna “Notas elegantes” anunciava a realização dos bailes, os preparativos para os eventos e reproduzia os aspectos *chic* das festas realizadas no Astréa. Essas notas foram, aos poucos, criando no imaginário da sociedade parahybana uma imagem positiva acerca de quem participava das festas, vinculando-as a características como elegantes, civilizadas e modernas, funcionando, de tal forma, como elementos de status e distinção social porque passaram a incorporar nos seus hábitos cotidianos costumes dos povos europeus e das capitais mais adiantadas como São Paulo e Rio de Janeiro. Eram experiências de um mundo que muitos queriam pertencer mesmo que fossem apenas reproduzindo, resguardadas as limitações, as práticas vivenciadas na Europa.

Em nota publicada no Jornal Correio da Tarde na edição de 28 de março de 1910 constatamos a tendência de exaltação de uma Soirée dançante realizada pelo Palacete do Tambiá. O anúncio trazia a seguinte redação: “Teve grande brilhantismo a soirée dançante que ontem se realizou nos luxuosos salões do Club Astréa”¹³⁹. As expressões “brilhantismo” e “luxuosos salões” são usadas para ressaltar o caráter de elegância e distinção que se procurava atribuir ao clube. Pelas condições materiais do sobrado onde estava instalado o sodalício, logo se deduz que a estrutura do salão fosse a mais modesta possível dispondo apenas de uma ornamentação e iluminação especial para as ocasiões de festas, mas como não havia outros ambientes para servir de comparação, a estratégia era procurar imprimir na mentalidade dos associados que eles estavam frequentando um espaço comparado aos desfrutados pelos cariocas e paulistas. A intenção era evidenciar o status e distinção social que gozavam os integrantes de tais clubes.

Essa prática de organizar bailes, soirées e matinées nos salões de clubes visando um determinado público fazia parte de um processo maior para extinção dos festejos ligados

¹³⁹ Jornal Correio da Tarde, 28/03/1910, p. 01.

ao mundo rural como a lapinha, o coco-de-roda, a ciranda, o entrudo, a nau-catarineta, entre outros. Era uma forma de desvincular-se das características do mundo rural que agora se apresentavam ao grupo dirigente da cidade como sinais de atraso e incivilidade.

Porém, não podemos esquecer que na pequena cidade da Parahyba dos idos de 1910, o rural e urbano apresentavam limites tênues que se mostravam visíveis na circularidade de experiências entre ambos os espaços. Contudo, parte da elite que havia se deslocado do campo para a cidade procuravam manter algumas tradições vinculadas ao mundo rural. O mesmo grupo que se divertia nos elegantes bailes nos salões astreanos também frequentava as apresentações de lapinha na Praia Formosa quando as famílias se deslocavam da cidade para veranejar nas praias dos arrabaldes da capital, como podemos comprovar através do anúncio publicado no Correio da Tarde do ano de 1910, dando nota da festa organizada pelo Coronel Álvaro Monteiro:

Deverão correr por entre muito entusiasmo os festejos da lapinha armada, em Praia Formosa, na residência do Tenente Coronel Álvaro Monteiro.
Reunir-se-á, ali, hoje e amanhã, grande número de senhoras e de cavalheiros, dos veranistas daquela praia, de Ponta de Matos e de outras localidades.
As danças e os cantos foram caprichosamente ensaiados.
O término dos festejos terá lugar, com a queima do presépio, no próximo dia 08 do corrente¹⁴⁰.

Ao passo que os parahybanos queriam apresentar-se como portadores de hábitos modernos desejando viver aos moldes europeus, permaneciam vinculados às tradições rurais consideradas atrasadas e praticadas por povos incultos. Esses folguedos não foram de todos esquecidos pela sociedade moderna, urbana e civilizada, pois permaneceram presentes no cotidiano dos populares como uma prática representativa das tradições do mundo rural.

A nota acima também revela um novo costume assimilado pelos parahybanos que simbolizava um hábito moderno: ir à praia. Frequentar o litoral nos períodos de calor se tornou uma tendência impulsionada pelos discursos médicos que passaram a apontar os banhos de mar como curadores de doenças relacionadas à respiração e como meio regenerativo das forças para suportar os desgastantes dias vividos na cidade. Esse fluxo de pessoas se deslocando para as praias se dava principalmente a partir de dezembro, período que ficou conhecido como estação balnear. Essa demanda desencadeou uma série de ações do poder público visando facilitar o acesso aos locais descobertos pela sociedade moderna como ambientes de repouso.

¹⁴⁰ Correio da Tarde, 05/01/1910, p. 01.

Esta era uma medida que se impunha ao governo devido ao crescente número de famílias que procuravam a praia de Tambaú para passar a estação calmosa ou para os banhos de mar durante as manhãs. Esta localidade se transformava num refúgio para a elite dirigente repousar ao frescor da brisa marítima nos períodos de calor. Esse hábito se transformaria numa nova prática alinhada com os princípios médico-higienistas e representativa do modo de vida característico da sociedade moderna.

Respaldados nestes princípios os jornalistas consideravam inaceitável a condição sanitária das ruas em Tambaú durante o inverno, as quais ficavam tomadas por inúmeros maceiós pútridos responsáveis pela disseminação de miasmas - malária e o paludismo -, causadores de males terríveis a saúde da população daquela localidade. Neste sentido, um cronista anônimo expôs nas páginas do jornal A União à situação da praia e as medidas que deveriam ser tomadas para solucionar a questão, acompanhe abaixo como ele reivindicou:

Imagine-se que Tambaú se afoga em maceiós putrefactos e infecciosos, nos quais já não falamos, como deveramos, a ver si se pode fazer alguma cousa ao menos para melhorar a limpeza, no que se refere à remoção do mattagal que invade as ruas e a conservação de caminhos menos esburacados.

Bem se ver que não iremos pedir a edilidade o saneamento completo de Tambaú, pela obstrução dos maceiós microbianos que assustam a população, porque isso seria trabalho superior as dotações orçamentárias do município.

O que é inadiável é a limpeza das poucas ruas transitadas e o aterro, bem que provisório, de algumas estradas intransponíveis para as famílias, principalmente a que fica a direita da parada dos trens¹⁴¹.

Era um contrassenso dispor de um lugar concebido como fonte de saúde e revigorante das forças, ser tomado por focos de doenças. Por isto, se cobrava dos poderes públicos ações que visavam tornar o ambiente salubre e livre das fontes de miasmas. Certamente, o Presidente do Estado e o Prefeito se empenhavam na resolução destes problemas porque queriam figurar como agentes defensores dos ideais de higiene e modernidade.

Outro ponto importante para os veranistas ou banhistas que precisavam se deslocar para a praia residia no melhoramento da estrada que ligava o centro da cidade aquele arrabalde. A estrada era de difícil acesso e prejudicada pelo rio e os diversos maceiós que existiam ao longo do percurso. Daí surgiu às reivindicações ao poder público para realizar este melhoramento tão salutar para a saúde dos parahybanos. As concepções médicas aliadas às pretensões dos novos hábitos modernos impulsionaram a descoberta de ambientes que

¹⁴¹ Jornal A União, 21/11/1913, p. 03.

serviriam para a afirmação de um grupo distinto, para isto foram transformando as idas ao mar numa prática saudável integrada aos ideais modernos de saúde e lazer.

Os jornais locais publicavam listas contendo os nomes das famílias tradicionais que tinham ido veranear nas praias de Ponta do Mato, Praia Formosa e Tambaú, como forma de ressaltar o modismo de um seletivo grupo que podia dispor de uma casa de veraneio. Percebendo este movimento a Diretoria do Astréa tratou de conseguir uma casa para servir de balneário aos sócios que fugiam do calor intenso da cidade. Tal objetivo foi alcançado graças ao prestígio do *Club* que contava com membros de elevado poder econômico que contribuíam de todas as formas, para elevar o nome do Astréa. Desta feita, o sócio benemérito Coronel Chico Mendonça fez a doação de uma ampla casa para acomodar os astreanos. Veja abaixo a imagem estampando o ponto de encontro dos astreanos durante o veraneio em Tambaú.

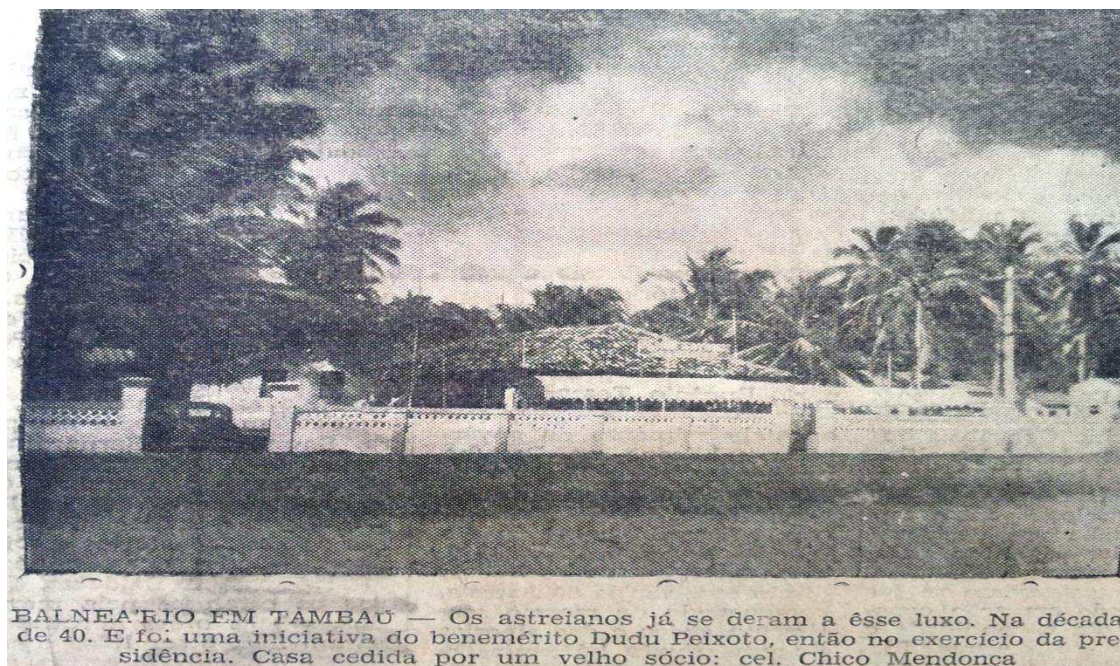


Imagem 19 - Fonte: O Norte, 29/05/1966, p. 01.

Passadas as festas de Reis os veranistas retornavam à cidade para dar início as atividades rotineiras da vida cotidiana. Na seara social, o Club Astréa permanecia dando a nota elegante e *chic* da capital parahybana. Entre os principais festejos executados durante o ano pelo sodalício, um dos mais esperados era a chegada da corte do rei Momo para espantar a melancolia e o desânimo reinante na sociedade ao longo de todo o ano, condição alterada apenas pela chegada da alegria cortesã dos Pierrots, Arlequins e Colombinas.



Imagem 20 - Fonte: Revista Ilustração, 29/02/1936.

Havia toda uma preparação interna entre os consócios do Astréa para tratar de cada detalhe inerente as comemorações momescas. A Diretoria sempre emitia notas na imprensa local para anunciar que iria “festejar ruidosamente o carnaval daquele ano (1913)”¹⁴². As reuniões eram realizadas com o objetivo de estabelecer os nomes dos sócios que ficariam responsáveis pela comissão para organizar os preparativos de recepção ao Rei Momo.

Nas sessões especiais convocadas para este fim eram eleitas as comissões para tratar de cada aspecto da festa. Na Assembleia Geral do dia 12 de janeiro de 1913 foram definidas duas comissões. A primeira composta de sócios de grande influência no meio social como o Sr. Oscar Soares, Miguel Santa Cruz, Leonardo Smith, Luís Franca e os Majores Miguel Machado e João Luiz dos Santos Coelho. Estes foram designados para articular com os poderes constituídos “os meios indispensáveis ao máximo brilhantismo dos referidos festejos”¹⁴³. A segunda comissão contou com mais de quarenta sócios, entre eles podemos destacar: os Coronéis Antônio de Brito Lyra, José Peregrino G. de Medeiros, Ignácio Evaristo Monteiro, Major Henrique de Sá Leitão, Dr. Manoel da Cunha Sobrinho, Clodomiro de Paula Basto, Dr. Clemente Rosas, entre outros. Estes ficaram incumbidos da promoção geral do evento, tendo, entre outras atribuições, a distribuição dos convites, ornamentação e

¹⁴² A União, 15/01/1913, p. 01.

¹⁴³ Id. Ibid.

iluminação dos salões e da rua em frente ao Palacete, contratação das bandas de música e Buffet.

A programação do Club Astréa era aguardada com expectativa pelos sócios foliões, pois mesmo havendo os cursos que seguiam pelas ruas da cidade, em que vários clubes carnavalescos, como os Tenentes do Diabo, Avança, Apaches, Serra Boia, Philopança, entre outros, desfilavam na maior alegria chamando o povo para festejar a corte do Deus Momo, alguns associados restringiam a sua participação no carnaval aos bailes promovidos nos salões astreanos. O curso seguia puxado por uma banda de música pelas principais ruas da capital visitando os cavalheiros de maior estirpe no meio social, entre uma parada e outra, choviam confetes e serpentinas e muita água de cheiro compartilhada pelos foliões e transeuntes.

Mas, nem mesmo o período do carnaval, que seria um momento de alegria para esquecer todas as desventuras da vida sofrida, não era suficiente para suplantar o desânimo e as dificuldades do dia-a-dia. O carnaval nem sempre conseguia ser dos mais animados, com o brilho, pompa e alegria que o momento e os preparativos sugeriam. Neste sentido, era comum encontrar notas na imprensa local fazendo referência ao Zé Pereira do Club Astréa como sendo o ponto alto das festividades em homenagem a Momo. Numa crônica intitulada “O carnaval”, o articulista do Jornal A União expressa bem esse contexto, afirmando que “consoante se previra o carnaval deste ano tem corrido friamente. Pode-se dizer que a nota de realce há sido o Club Astréa o mais importante núcleo de elegância desta capital”¹⁴⁴.

Não é que os súditos de Momo não se divertissem pelas ruas da cidade nos cursos puxados pelos blocos, mas a nota do Jornal A União deixava transparecer outro detalhe, a falta de organização dos clubs carnavalescos para promover espetáculos com brilho e glamour, com belas máscaras, fantasias e ornamentação das ruas, sem esses detalhes era impossível atrair as pessoas para liberar a alegria e a emoção embalada pelas machinhas efusivamente tocadas pelas Bandas de Músicas que acompanhavam o curso.

O requinte e a alegria, segundo o articulista, pareciam ser restritos aos foliões que compareciam aos salões astreanos. Como forma de realçar tal perspectiva ele descrevia os acontecimentos dos festejos do Club nos seguintes termos:

O Astréa na noite de sábado para domingo realizou uma magnífica ‘soirée blanche’ na qual tomaram parte quase todas as famílias dos associados. Os seus vastos salões estão lindamente decorados com artístico e bizarro gosto a par de farta iluminação convenientemente distribuída. A fachada do edifício do Club

¹⁴⁴ A União, 07/03/1916, p. 02.

apresenta também atraente ornamentação. Em suma, é ali onde se tem observado nestes dias de culto ao Momo as seletas reuniões da nossa sociedade de escol¹⁴⁵.

Mas, os festejos do Palacete de Tambiá em homenagem a Momo não se restringiam aos seus salões. No primeiro dia de folia o Astréa organizava um corso que seguia pela Rua Direita, Tambiá e ruas da cidade alta e baixa, acompanhado por carros ornamentados visitando nomes de relevo da sociedade, em sua maioria filiados ao Club. Era uma espécie de convite e, ao mesmo tempo, anúncio da chegada da corte momesca seguida pelos Pierrots, Arlequins e Colombinas. Na residência dos cavalheiros eram executadas algumas marchinhas e o corso se dirigia para a próxima parada.

Nos versos de um cronista anônimo do Jornal A União podemos ter um pouco da dimensão do que transcorria durante os cursos e imaginar a cena da alegria espalhada por cada recanto da cidade com os foliões vestidos à fantasia e com máscaras, fazendo chover confetes e serpentinas ao som das marchinhas de carnaval. Com esse clima os blocos carnavalescos visitavam os cavalheiros que retribuía oferecendo pequenos banquetes, como podemos acompanhar nos versos abaixo:

Vai à rua sem cancela
Numa alegria 'louçan',
Um estrondoso Zé Pereira
No domingo de manhã.

E, para a pé não se andar,
E o sol não tomar demais.
O Astréa vai estrondear
Em bondes especiais.

- Café com leite e licor,
Bolachinhas e absinto,
Vai nos dar, com muito amor,
O bom consócio Zé Pino;

E mais em cima da rua,
Para alegrar seus meninos,
- Coronel Roque deflua
Charutos, cigarros finos.

E, nas Trincheiras famosas,
Onde não há moça feia,
Dá-nos coisas deliciosas
O nosso Oswaldo Gouveia.

Oh! Pedro Ulysses, doutor,
Coronel e Deputado,
Queremos ver o interior
Do Palacete falado.

¹⁴⁵ A União, 07/03/1916, p. 02.

E, na volta, antes de se ir
Para a Estrada do Carro,
Vamos todos divertir
Com o Major Chico Navarro.

E, após, deixando a cidade
Alta para o Varadouro,
Dá-se em Elvídio de Andrade
Abraço de arrancar o couro.

E, no passo continuado,
(Pois, malucos não somos)
Visitar-se-á o Sobrado
De seu Pyragibe Lemos.

Pare o bonde na ladeira,
E que, ao saltar ninguém caia,
Pois o nosso Zé Pereira
Vai acordar Pedro Maia.

E a cena que ai se passa
Escritor nenhum relata
Pois aqui não há desgraça
E tudo aqui é de lata.

Para matar os desejos,
Pedrinho, venham de lá.
- Vinhos, doces e bons queijos
Salmon, conservas, foi-grais.

Toca pra cima a ambulância,
Tomem os bondes, marmanjos,
Vamos viver na abundância
Do Dr. Artur dos Anjos.

E tocando acampamento,
Sendo quase meio dia,
Somos agradecimento
De todos a fidalguia.

E ai está finda a panqueca,
Depois de muito folgar,
Vai-se dormir a soneca
Para de noite dançar¹⁴⁶.

Percebe-se que os sócios visitados acolhiam os foliões servindo uma espécie de lanche, por ser tratar de uma prática oferecida por pessoas da elite social, a recepção aos Pierrots, Arlequins e Colombinas e a toda corte de Momo, funcionava como uma forma de distinção e prestígio social porque eram escolhidos aqueles que receberiam o cortejo momesco.

¹⁴⁶ A União, 02/03/1916.

Durante décadas a fio o Club Astréa foi o ponto alto das festividades carnavalescas. Com frequência encontramos nos jornais da época notas evidenciando o Astréa como o centro irradiador dos festejos *chics* e elegantes da capital parahybana, este título foi conquistado, em grande parte, pelo programa de festa oferecido aos associados durante os três dias de carnaval.

A preparação do Astréa para dar a nota *chic* do carnaval e abrilhantar a vida dos foliões compreendia ações para conseguir recursos que seriam empregados nas despesas com a ornamentação dos salões, da fachada do Club e contratar a iluminação da Rua Direita no trecho compreendido do Largo da Intendência até o Teatro Rio Branco. Esta ação visava propiciar aos sócios as condições necessárias para que eles travassem as batalhas de confetes, serpentinas e lança-perfume que ocorriam em frente ao Club.

O Programa do Astréa contava com o curso do seu cordão Philopança criado, exclusivamente para anunciar aos cavalheiros a chegada do Rei da Folia pelas ruas da cidade. Além disso, realizava os famosos Bal-masqué, as soirées Blanche e os saraus, sempre abrilhantado por uma banda de música que tocava as marchinhas e alegrava aos foliões até a madrugada. A programação era bastante evidenciada pela imprensa local que informava aos leitores todo o movimento dos três dias de carnaval.

Logo após os festejos carnavalescos que ocorriam, dependendo do ano, em fevereiro ou março, o Club Astréa promovia a festa de aniversário do sodalício que acontecia a 30 de maio, neste dia ocorria conjuntamente a posse da nova diretoria para a gestão do biênio seguinte. Este era um momento que se revestia de pompa e animação por envolver todos os sócios em animadas recepções e lautos banquetes seguidos por muita música e homenagens aos ex-diretores e pessoas que prestaram relevantes serviços ao grêmio recreativo.

O cotidiano do Club seguia movimentado pelas reuniões mensais realizadas entre os sócios para tomada de decisões internas. A tradicional monotonia só era interrompida com a promoção de soirées dançantes, matinées, conferências de algum convidado ilustre, recepção a personagens de realce do meio político e social, exposições de arte e apresentação de algum artista do cenário musical.

No mês de junho ocorriam os festejos juninos que também eram comemorados pelo Club, mas sem o grande brilho dos elegantes bailes de carnaval. As datas de importância local, como o 5 de agosto, e nacional como o 7 de setembro e 15 de novembro, também constava no rol das comemorações astreanas. As tradicionais datas de confraternização entre

as famílias, sobretudo, o natal e ano novo eram lembradas pelo Club com a realização de bailes e buffets.

Em todo esse contexto de movimentação social e cultural o Club Astréa não figurou sozinho na terra de Nossa Senhora das Neves. A criação deste sodalício se deu em 1886 por membros da sociedade parahybana pertencentes a elite dirigente. Este grêmio recreativo foi composto por homens adultos que exerciam funções de relevo no meio social. Querendo romper com essa formalidade um grupo de jovens inconformados por não se reconhecerem neste perfil decidiram criar o Club Juventude. Como o próprio nome já indicava, o clube foi destinado a agregar os jovens da cidade ciosos por momentos de lazer e diversão. Essa sociedade não diferia muito do Astréa no que diz respeito ao programa de diversões aos sócios, basicamente eram ofertadas soirées dançantes, matinées, saraus literários e apresentações de artistas musicais.

A criação desses clubes na cidade da Parahyba representava um dos aspectos da vida moderna que começavam a fazer parte do cotidiano dos parahybanos. As novas vivências propiciadas por essas agremiações criou nos integrantes o orgulho de pertencer a tais associações, porque além de significar fazer parte de um seletivo grupo antenado com os hábitos europeus, lhes concedia *status* e distinção social. Neste sentido, muitos jovens se reuniam e fundavam um novo clube para poder integrar-se a dinâmica do mundo moderno, seguindo essa tendência surgiram na Parahyba vários clubes destinados as mais diversas finalidades, entre eles podemos citar: o Club 27 de outubro, Club literário Castro Pinto, Club Militar, Club Benjamin Constant, Mocidade Católica, entre outros.

A vida da maioria desses sodalícios, geralmente, foram muito efêmeras devido aos mais variados motivos. Mas, segundo o cronista José Coelho isto se dava porque “se há coisa difícil aqui na Parahyba, é, sem dúvida, a manutenção de uma sociedade. Não sendo fácil resistir a ação desorganizadora do desânimo e frieza que inevitavelmente sucede ao entusiasmo que se manifesta na fundação dessas sociedades”¹⁴⁷. Com o Club Juventude não foi muito diferente e cedo sofreu as injunções da ação demolidora da falta de entusiasmo e, em pouco tempo, encerrou suas atividades.

Mesmo o Club Astréa, o mais sólido e duradouro de todos, sofreu as consequências do desinteresse pelas coisas ligadas ao divertimento e, por algumas vezes, esteve prestes a fechar as portas. Mas, pela própria condição financeira dos seus sócios e pela relação que sempre manteve com pessoas de influência e políticos, o Palacete do Tambiá

¹⁴⁷ Jornal do Tiro Parahybano, 09/08/1909, p. 01.

conseguiu superar várias crises para viver momentos de glórias na primeira metade do século XX.

As Diretorias que se seguiram à frente do Astréa procuraram reinventar a dinâmica de funcionamento do Club para não cair no marasmo e atrair mais sócios. Para isto, ampliaram o rol de atividades por meio da introdução das práticas esportivas modernas. O pontapé inicial foi dado pela chegada à Parahyba do futebol em 1908 trazido por um grupo de jovens estudantes vindos do Rio de Janeiro, Bahia e Recife para passarem férias escolares junto aos familiares na capital parahybana.

Nas faculdades em que estudavam acabaram tendo o primeiro contato com o jogo da bola e por ele foram nutrindo uma forte admiração. Os jovens estudantes ao chegarem à cidade passaram a difundir a novidade entre os amigos, em seguida começaram a acertar os detalhes para organizar a primeira demonstração de futebol entre os parahybanos. “O jovem José Eugênio que havia trazido uma bola do Rio de Janeiro reuniu seus amigos e no dia 15 de janeiro de 1908” (MARQUES, 1975, p.13), realizaram num campo improvisado nas imediações do Tambiá, onde atualmente é a Praça da Independência, o primeiro match de futebol.

Após este ato inaugural a sociedade parahybana passou a ter contato com uma nova forma de divertimento, que rapidamente foi incorporado as atividades de recreações dos *clubs* sociais. Dois motivos explicam essa incorporação: primeiro porque as alternativas de lazer disponibilizadas pelos sodalícios aos sócios eram pouquíssimas e os esportes se apresentavam como boas possibilidades para os clubs expandirem a oferta de lazer; em segundo pela dimensão do interesse que provocou entre os jovens presentes no primeiro jogo de futebol, pois certamente os primeiros praticantes pertenciam às famílias abastadas sócias dos *clubs*, onde a prática esportiva passou a ser difundida entre os jovens.

Podemos inferir que a incorporação das atividades esportivas pelos *clubs* sociais representou uma nova fase na história dos sodalícios. Nos anos da década de 1910 foram criados vários clubes na cidade da Parahyba destinados a prática do esporte, passando a atrair muitos jovens e adultos. Um ponto importante a ser ressaltado foi a simbologia que o futebol assumiu na nossa sociedade, sobretudo por passar a figurar como elemento moderno praticado por povos civilizados, além de ter sido elevado a fator de distinção social para diferenciar os praticantes, geralmente pertencentes às famílias ricas, dos indivíduos pobres que não tinham condições financeiras para pertencer a um *club* esportivo.

Foi pensando nesse público jovem que os clubes sociais tiveram que se reinventar e incluir os esportes em seus programas recreativos para atrair mais sócios e poder fortalecer a agremiação. A estrutura física dos sodalícios teve que ser ampliada com a construção de campos e quadras para receber as atividades esportivas.



Imagem 21 - Fonte: O Norte, 29/05/1966, p. 01.

Na imagem podemos observar o ginásio construído pelo Club Astréa para acomodar algumas atividades esportivas oferecidas pelo sodalício. Numa fase mais recente, saíram dessa quadra vários atletas vencedores no futebol de salão, no vôlei, basquete e handebol.

O Astréa incluiu nos seus Estatutos uma nova categoria de sócio: o sócio atleta. Este dispunha de uma condição especial dentro do clube com benefícios na redução na taxa de pagamento da joia de entrada para filiação, além disso, tinha o direito de tomar parte em treinamentos e exercícios físicos acompanhados por especialistas. Essa atenção especial pelo sócio atleta tinha uma justificativa: atrair os melhores *sportmans* que apresentassem habilidade na prática de alguns esportes para comporem o quadro esportivo da associação e representá-la adequadamente nas disputas com outras equipes.

O interesse pelo futebol ganhou maior evidência a partir do ano de 1915 em diante, quando as atividades esportivas dos *clubs* se tronaram mais frequentes com a marcação de partidas amistosas entre os grêmios esportivos. A disputa travada entre os jovens para saírem vencedores das pelepas ganhava novos fatores de incentivos, quando as vitórias

passaram a representar reconhecimento pessoal perante a sociedade como *sportmans* valorosos. O retorno para o *club* se dava por meio da construção de uma imagem de vencedor, essencial para dispor de prestígio entre os seus pares. As disputas também criaram um novo ideal de jovem o “*sportman*” identificado por características como força, agilidade, saúde e corpos atléticos. Atributos basilares para os homens de uma nação que se pretendia forte em defesa da pátria.

Para que um proponente a sócio fosse incluído na categoria de atleta ele deveria preencher alguns requisitos estabelecidos pelos *clubs* em seus Estatutos. O Astréa previa as seguintes exigências: ser aprovado nas provas práticas, receber parecer favorável do Diretor Geral de esportes, portar-se com urbanidade e cavalheirismo nas competições em que estivesse representando o clube, só poder participar de provas esportivas pelo clube ao qual fosse filiado, não se recusar a defender as cores do clube, não fazer uso de distintivos que não sejam o da sua agremiação. Além de seguir a risca esses requisitos básicos, ainda estavam sujeitos as determinações previstas nos artigos 26 e 27 do Estatuto, que assim dispunham:

Art. 26 – Os sócios atletas que não preencherem a juízo do respectivo Diretor esportivo e aprovação da Diretoria as condições físicas exigíveis a tal classe, ou por outras quaisquer razões, serão da mesma desligados, podendo transferir-se à classe de contribuintes, isentos de joia.

Art. 27 – Os sócios atletas que durante uma estação esportiva anual, sem causa plenamente justificada, deixarem de tomar parte pelo Clube nas provas oficiais ou amistosas, serão, desde logo, desligados dessa classe, transferindo-se para outra, à sua escolha, a juízo da Diretoria¹⁴⁸.

Em caso de descumprimento das regras pelos atletas, dependendo da gravidade, eles podiam incorrer na penalidade de eliminação. O parágrafo 5º, alínea “j” do Estatuto do Astréa previa eliminação para os sócios que “escalados para a disputa de qualquer prova esportiva oficial pelo *Club*, tendo treinado para tais provas, abandoná-las, sem causa justificada com a devida antecedência”¹⁴⁹. As regras controlavam a ação dos atletas em vários aspectos, pois era necessário disciplinar os integrantes da equipe esportiva para enquadrá-los nos princípios de civilidade e desportividade que alguns esportes modernos requeriam por se tratar de atividades de muito contato físico e força.

Com o aumento da oferta de novos desportos na cidade da Parahyba, os *clubs* eram convidados a tomar parte em algumas competições organizadas pela Liga Desportiva Parahybana. A disputa entre os sodalícios contribuiu para o sócio atleta dispor de mais

¹⁴⁸ Estatutos do Club Astréa, 21/04/1939, p. 12.

¹⁴⁹ Id. Ibid.

prestígio e importância nas agremiações, pois era positivo para a imagem do *club* ter em seus quadros sociais atletas campeões. Neste contexto, os sodalícios passaram a valorizar as atividades esportivas com a iniciativa de criar Diretorias específicas responsáveis pelo departamento de esportes, elas eram compostas por um Diretor, um Subdiretor e médicos que auxiliavam na preparação dos exercícios físicos e no repasse do conhecimento sobre educação física, necessário ao desenvolvimento e fortalecimento dos corpos dos jovens que tomavam parte nas competições.

A relação do *Club Astréa* com os esportes foi pontilhada por conquistas, tanto no aspecto de vitórias nas competições, quanto na parte estrutural e material de suas instalações para formar atletas vencedores. A prática das atividades esportivas caiu no gosto dos sócios de tal maneira que, de acordo com as condições financeiras, as Diretorias foram se esforçando para atender as necessidades dos consócios, dotando o palacete dos materiais e equipamentos necessários aos treinamentos dos *sportmans*. Ao longo do tempo foram construídas quadras destinadas a prática do vôlei, basquete, tênis, atletismo, futebol de salão e piscinas para natação.

Essas ações, ao longo dos anos, tinham um objetivo claro: modernizar o *club*. Os melhoramentos se deram em duas dimensões: primeiro na parte de infraestrutura através da construção da nova sede social nos anos de 1936 e dos espaços destinados às atividades esportivas; em segundo lugar a inovação se deu na adoção de novas modalidades de lazer, sobretudo as esportivas. Toda essa transformação conjuntural fazia parte de um movimento maior para tornar o clube semelhante aos existentes em Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Ou seja, era necessário torná-lo diferenciado para representar um grupo dirigente que desejava portar-se como os mesmos valores dos europeus, cariocas, paulistas e recifenses.

No tocante ao futebol, o *Club Astréa* não teve tanto destaque nos anos iniciais de sua prática aqui na Parahyba. Podemos fazer essa afirmativa por meio de detalhada análise nas publicações esportivas veiculadas nos principais jornais da imprensa local, como o Jornal A União, O Norte, A Notícia, A Imprensa, O Correio da Manhã, Revista Era Nova, entre outros, que durante as três primeiras décadas do século XX, não noticiaram nenhuma referência sobre a realização de jogos de futebol envolvendo uma equipe que representasse o Astréa. De modo que, eram frequentes as notas publicadas diariamente na imprensa local sobre a realização de *matches* entre os clubes esportivos da capital parahybana, certamente se tivesse existido teria sido noticiado.

Mas este cenário mudaria no início da década de 1940 quando o *Club Astréa* decidiu incursionar pelos gramados parahybanos dando os primeiros passos da breve trajetória

no futebol. Neste momento, o futebol parahybano passava por uma fase de transição em decorrência do Decreto Federal nº 3.199 de 14 de abril de 1941, que extinguiu as Ligas estaduais e instituiu as Federações que passaram a ser reguladas pelo Governo através do Conselho de Desportos. Essas ações do governo ditatorial de Getúlio Vargas ocasionaram sérios problemas para a vida esportiva dos clubes, provocando conturbações na circulação das novas regras para funcionamento da entidade desportiva e na organização dos clubes. Como consequência, o Botafogo F. C. pediu um tempo de licença afastando-se de todas as atividades ligadas ao esporte e dispensou todos os seus jogadores, ficando por alguns anos na inatividade.

Em meio a esta conjuntura o *Club Astréa*, querendo montar uma equipe, se apressou em contratar os jogadores que haviam saído do Botafogo para compor os quadros do alviceleste de Tambiá. Os resultados não demoraram a aparecer e os astreanos sagraram-se bicampeões do campeonato parahybano de futebol dos anos de 1942-1943, conquistas que deixaram todos os sócios orgulhosos e tinha como desfecho coroar uma trajetória de dedicação aos desportos.

Tão meteórica quanto às conquistas foi a saída do *Astréa* do cenário futebolístico, após esse feito não há mais registros que evidenciem a participação do *Club* em outro campeonato de futebol profissional organizado pela Liga Desportiva Parahybana.

No campo esportivo e diversional da Parahyba nos idos da década de 1910, o *Club Astréa* reinou absoluto. Contudo, a partir de 1915 ganhou um grande concorrente com a fundação do Sport Club Cabo Branco, que passaremos a analisar adiante.

3.2 – O Sport Club Cabo Branco: o esporte como essência

Decorria o ano de 1915. A Parahyba continuava com os mesmos aspectos de uma cidade provinciana marcada pela calma na vida social que se refletia no ritmo lento de circulação de pessoas e veículos pelas ruas da urb. Os grupos dirigentes se esforçavam para quebrar esta dinâmica por meio de ações do poder público e contando com os recursos dos comerciantes e da aristocracia algodoeira para colocar em prática um projeto de cidade alicerçado nos equipamentos e concepções da modernidade. Deste modo, a cidade perderia sua feição atrasada e entraria no rol de cidades modernas e civilizadas, desta forma se concretizaria um antigo desejo da elite local.

A vida cultural da cidade era monótona. Os escassos momentos de diversão ficavam a cargo do *Club Astréa*, dos espetáculos no Teatro Santa Rosa, das sessões nos cinemas, das festas religiosas, das retretas e do carnaval. No que diz respeito aos espaços

destinados ao lazer e a recreação na Parahyba eram ainda mais raros. Essa dinâmica vai se alterando aos poucos a partir da década de 1910, sobretudo com a organização das primeiras partidas de futebol entre os jovens parahybanos.

Em nota publicada no Jornal A União na coluna de *sports* do dia 1º de dezembro de 1915, apareceu a primeira informação dando nota de que jovens *sportmans* da cidade da Parahyba planejavam fundar um grêmio de *sports* que receberia o nome de Cabo Branco. O cronista esportivo Aliquis noticiou o fato da seguinte maneira:

Os Srs. Samuel Norat e Mário Bandeira, jovens e conhecidos sportmans parahybanos, estiveram ontem no escritório redacional desta folha, comunicando-nos que se acha em véspera de funcionar um bem aparelhado grêmio de esportes.

Essa associação, que terá em seu seio os mais palpitantes e queridos gêneros de exercícios físicos, como foot ball, regatas, pedestrianismo, ginásticas, etc., receberá, na primeira reunião a efetuar-se domingo próximo, o nome de Cabo Branco Sport Club.

Acrescentaram-nos mais os citados moços que se acham à frente dessa iniciativa, merecedora, aliás, de francos aplausos, conhecidos sportmans de nosso meio social, como Alfredo Amstein, Waldemar Wrae, Alfredo Pinto Filho, Pedro Gamys, Armínio Stahel, Ruy Araújo, Milton Lago e outros.

O Cabo Branco, segundo firmadas opiniões, está fadado a grandes conquistas no amplo e adiantado campo de sports da Parahyba, mesmo por ter, numa conjunta e liberal camaradagem, os melhores elementos do mundo de *foot ball* desta cidade.

Depois da reunião de domingo vindouro ficarão assentadas as regras, pelas quais terá de reger a Diretoria do mencionado Club¹⁵⁰.

Inicialmente, percebe-se que o Sport Club Cabo Branco seria destinado a pratica do futebol e de outras modalidades como as regatas, o pedestrianismo e a ginástica. Todavia, apenas o *foot-ball* e a ginástica fizeram parte do programa esportivo do *Club*. Os jovens que figuraram como os criadores deste grêmio esportivo pertenciam a elite social parahybana, tendo alguns deles praticado o esporte em outros clubes, pois consta na nota que os garotos eram os melhores elementos do mundo do *foot-ball* da cidade. O entusiasmo do cronista se mostra exagerado por se referir a Parahyba como um adiantado campo de *sports*, quando na realidade a atividade esportiva na capital estava dando apenas os primeiros passos na busca de se efetivar entre os jovens parahybanos.

A criação do S. C. Cabo Branco fazia parte do entusiasmo despertado na juventude pelo futebol que desencadeou a criação de vários clubes destinados a prática do esporte, como o Club de Foot Ball Parahyba, Club Atlético Parahybano – depois chamado de Parahyba Sport -, Parahyba United F. C., Red Cross F. C., América F. C. e o Brazil S. C. Alguns indícios apontam que o Club Astréa tenha incorporado o jogo da pelota entre as suas atividades recreativas para atender aos sócios que tinham assistido alguns *matches* de *foot-ball*

¹⁵⁰ A União, 10/12/1915, p. 03.

no *ground* da Praça da Independência e haviam se interessado em praticá-lo entre os amigos do clube. A incorporação deste novo esporte também deve ser compreendida como parte do processo de introdução dos símbolos da modernidade na cidade da Parahyba, pois o futebol chega ao Brasil com *status* de prática moderníssima e representando a última tendência, em termos de esportes, entre os jovens europeus.

A sociedade parahybana carente de elementos representativos do mundo moderno passou a enxergar no futebol uma maneira de assemelhar-se aos franceses, ingleses, cariocas e paulistas. Demonstrando, assim, que possuía foros de civilidade. Neste sentido, os garotos que não pertenciam a nenhum clube, tratavam de reunir outros colegas para fundar uma nova sociedade esportiva e pertencer, mesmo que simbolicamente, deste contexto de novas experiências. Foi o que aconteceu quando um grupo de amigos parahybanos, influenciados por outros companheiros, decidiu inserir-se nessa corrente modernista criando um clube destinado a prática do futebol e de outros esportes. A turma voltava de uma festa religiosa tradicional da cidade da Parahyba – Festa da Penha -, quando surgiu a proposta da fundação de um *club* esportivo, os rapazes cansados pelo percurso do longo trajeto, decidiram fazer uma parada nas imediações do Altiplano Cabo Branco para poder discutir melhor a proposta. Segundo Wills Leal “o clube, até sem qualquer denominação, como era comum naqueles tempos, passou a se chamar Sport Club Cabo Branco, em homenagem ao local onde os atletas pararam para descanso” (LEAL, 1995, p. 12).

Os atos oficiais de constituição do clube só foram efetivados em 13 de dezembro de 1915 com a primeira reunião, mas como informa Wills Leal “a ata da reunião do dia 13 registra o comparecimento de apenas três membros: Waldemar Wrae, Milton Lago e Mário Araújo” (LEAL, 1995, p. 12). Sem a presença do número de membros suficientes para proceder aos trâmites de eleição da diretoria e discussão das normas de funcionamento do *Club* para fazer constar no estatuto, então ficou marcada outra reunião para o dia 17 do ano em curso, em que seria definitivamente oficializada a fundação do grêmio esportivo.

No dia marcado compareceu ao local habitual de reunião, sito à Rua Boa Vista, nº 54 – atualmente Rua Sá Andrade -, os 14 sócios fundadores que assinaram a 2ª ata. Na ocasião foi eleita a primeira Diretoria composta dos seguintes membros: Waldemar Wrae (Presidente); Milton Lago (Secretário); José Barbosa (tesoureiro); Henrique Souza (capitão da equipe). Eram poucas as formalidades, pois o que os rapazes queriam mesmo era se engalfinhar nos campos atrás da pelota.

O principal desafio dos jovens que estavam à frente do Sport Club Cabo Branco era não permitir que o sodalício não sucumbisse nos primeiros anos de atividade como tantos

outros que tiveram vida muito breve. Para evitar que este fato viesse a ocorrer os consócios trataram de dinamizar as atividades do *Club* que passou a oferecer aos filiados, além do futebol, soirées dançantes, saraus literários, matinées e, posteriormente, novos esportes recém-chegados à Parahyba, como o vôlei, o tênis e basquete.

Outras ações foram importantes para fortalecer o *Club* e dar-lhe prestígio diante da sociedade parahybana, entre outras podemos destacar: a busca por novos associados, aquisição de uma sede própria, elegendo para a Diretoria pessoas de representação social e econômica e, o mais importante, os sucessivos êxitos da equipe de futebol nos *matches* contra os times locais.

O surgimento do Cabo Branco aconteceu num momento em que o esporte bretão começava a se consolidar como passatempo preferido da juventude cidadina. Nos finais de semana a cidade ganhava uma nova movimentação recreativa através da marcação de treinos e jogos amistosos entre as equipes pertencentes a outros colegas. Era uma animação geral entre os jovens que, de manhã cedo ou à tarde, tomavam os bondes puxados a burros e se dirigiam até a Praça da Independência para assistir ou fazer parte de mais um animado *match* de futebol.

Os jovens queriam mesmo era se divertir com os amigos nas disputas pela pelota que rolava nos precários campos improvisados. Muitos não entendiam o que levava um bando de garotos correrem desordenadamente de uma ponta a outra buscando vasar o gol do adversário. Mas, nada arrefecia o ânimo da juventude empolgada com as partidas de futebol, nem mesmo os postulados médicos, que condenavam a realização de atividades esportivas desgastantes num clima quente como o da cidade da Parahyba, conseguia arrefecer tal ímpeto.

A rapaziada já havia sido contagiada pela emoção da disputa de um jogo de futebol. Aqueles que não tinham experimentado ainda a sensação de participar de um *match* procuravam imediatamente se inserir numa equipe para se sentir integrado naquela nova dinâmica. Os garotos que fundaram o Cabo Branco sabiam bem o poder desse sentimento, pois antes mesmo da oficialização do clube, não conseguiram se conter e realizaram um jogo treino com os *sportmans* do Brazil S. C. O Jornal A União anunciava “o *match* de domingo entre Brazil e o Cabo Branco” realizado no dia 12 de dezembro de 1915, ou seja, um dia antes de ter ocorrido a primeira reunião para fundar o sodalício.

As informações do jogo foram publicadas no jornal A União por um cronista anônimo cognominado de ‘um sportmen’, que revelava o caráter de novidade que representava a prática do futebol para os jovens astreanos, aspectos que o cronista usou para justificar a derrota do Cabo Branco pelo placar de 2 a 0 para o Brazil S. C. Segundo ele, os

sportmans do Cabo Branco não tinham a técnica necessária que o esporte exigia devido a falta de treinos – pois a equipe estava em vias de formação -, tendo a situação agravada pela irregularidade do terreno do campo e o vento contrário. O texto transcrito abaixo nos apresenta detalhes de como transcorreu a partida:

Bateram-se galhardamente os dois valentes ‘*teams*’ dos clubs esportivos acima referidos, cabendo a vitória ao Brazil em 2 gols contra 0 conforme era esperado entre os *sportman* desta capital, devido a constante treinamento e aos bons jogadores de que dispunha este club.

Não obstante o Cabo Branco ser um club novo em via de organização que para isso vai ter os melhores elementos e ter tido desvantagem devido ao vento contrário e a desigualdade no nível do ground, todavia dispôs de alguns bons jogadores que lhe valeram a nota na disputa da vitória.

Foi assim que se distinguiam nos chutes os Sr. W. Wrae e Henrique Souza como *backs*. A linha do Brazil mostrou-se com muita atividade salientando-se a agilidade dos *forwards*.

Registramos desvanecidamente o ânimo na rapaziada viva e forte que procura enrijar o corpo fortalecendo a energia que tanta importância ocupa no sucesso da vida do homem.

O Cabo Branco, conforme ouvimos dizer, está disposto a disputar novamente a vitória e os seus valentes sócios declararam que brevemente fariam uma surpresa aos seus adversários.

Aguardamos ansiosamente o resultado do próximo *match*¹⁵¹.

As supostas desvantagens apresentadas pelo cronista, que teriam contribuído para a derrota dos *sportmans* do futuro Cabo Branco, não repercutiram bem entre alguns leitores do jornal A União. Os argumentos não convenceram os simpatizantes do Brazil S. C. por entenderem que os motivos alegados desmereciam a qualidade esportiva dos valorosos representantes daquele grêmio. Os sócios prontamente se manifestaram enviando ao Jornal A União uma nota rebatendo as informações levadas a público pelo cronista. Com um leve ar de rivalidade o sócio esclarecia que:

O ilustre *sportman* da notícia estampada neste jornal mostrou-se bastante apaixonado quando afirmou ter havido desvantagens para o *team* do Cabo Branco, devido ao vento contrário e desigualdade no nível do *ground*.

Como poderia ter havido desvantagens na parte que alude o distinto *sportman*, uma vez que, terminado o ‘*halftime*’, foram mudadas, como é de regra, as posições dos *teams*?!

Demais, os jogadores do Cabo Branco, quase na sua totalidade, pertenceram ao extinto Parahyba Sport Club, e, portanto, já deveriam estar acostumados com a sua inclinação ou falta de nível.

Aconselho, portanto, ao ilustre *sportman* que, quando tiver de elogiar a algum clube, seu simpático, seja comedido e imparcial¹⁵².

¹⁵¹ A União, 16/12/1915, p. 03.

¹⁵² A União, 18/12/1915, p. 03.

Esta divergência envolvendo simpatizantes do S. C. Cabo Branco e Brazil S. C. representa uma das primeiras discussões sobre esporte na imprensa parahybana. Estes fatos também evidenciam os primeiros indícios de uma nascente paixão pelos clubes de futebol na Parahyba. Este fato também revela o conhecimento dos expectadores sobre as regras do jogo como, por exemplo, a que estabelecia a mudança de lado após ter-se jogado o primeiro tempo da partida.

A prática do futebol constituiu a essência do clube recém-criado, que antes mesmo de surgir oficialmente no papel, já teria dado os primeiros passos nos campos atrás daquela que lhe traria muitas glórias, renunciando um futuro próximo de conquistas no cenário esportivo da cidade da Parahyba como comprovam as vitórias do S. C. Cabo Branco registradas nos jornais da época. O esporte foi a bandeira símbolo da sua trajetória, talvez por isso, tenha conquistado a simpatia de tantos jovens, chegando ao ponto de contar com mais de cinco mil filiados.

O momento prenunciava mudanças e os homens mostravam mais “apego à natureza, ao esporte, ao alimento natural, do que para as limitações morais dos seus pais e ao marasmo da cidade” (LEAL, 1995, p. 15). Os princípios da educação física ainda eram vistos com receio por parte dos estudiosos, mas as atividades esportivas e as concepções em torno do corpo iam conquistando adeptos e defensores dos exercícios físicos.

As novas concepções postulavam que a juventude deveria ser forte e viril para enfrentar as novas exigências do trabalho e torná-los aptos para a defesa da pátria. Principalmente, naquele período em que os ventos da Primeira Guerra Mundial faziam-se sentir através das páginas dos jornais que noticiavam diariamente as informações do conflito, por isto era necessário preparar os jovens por meio das atividades físicas para torná-los fortes e saudáveis, dispendo do vigor suficiente para enfrentar os desafios de uma eventual convocação do exército brasileiro para defender os interesses nacionais.

A primeira experiência do *club* no futebol foi a derrota para o Brazil S. C.. Contudo, ficou claro que os *sportmans* do Cabo Branco não ficaram satisfeitos por terem perdido, a partir de então passaram a alimentar o desejo de vencer, ser o melhor e superar os adversários. Pretensões que funcionaram como combustível para impulsionar o desejo por conquistas e títulos, pois para uma sociedade esportiva com intenções de ser reconhecida pelo seu valor no esporte deveria mostrar porque fazia *jus* ao título de centro elegante, moderno e congregador das melhores famílias da sociedade parahybana. As vitórias eram importantíssimas para a imagem do clube, pois os grupos dirigentes queriam vê seus nomes vinculados a um grêmio vencedor.

Como consequência positiva para a mocidade que se dedicava aos esportes surgiu um novo perfil de jovem: os *sportmans*. Estes conquistaram reconhecimento social e prestígio entre seus pares, mas faziam sucesso mesmo era com as garotas que passaram a nutrir grande admiração pelos jovens *foot-ballers*. Além disso, figuravam como símbolos de uma nova geração que ostentava corpos atléticos talhados a base de muitos exercícios físicos.

No período da constituição do Cabo Branco a cidade da Parahyba já contava com vários clubes de futebol e esportivo. A maioria criado sob o impulso da novidade e do modismo que influenciara a todos, porém poucos tinham a estrutura social, administrativa e financeira capaz de manter-se em funcionamento por muito tempo. No entanto, o referido clube conseguiu montar uma organização administrativa invejável, chegando a rivalizar com o Club Astréa. Aliás, foi por causa da rivalidade amistosa existente entre estes dois sodalícios, que motivou as Diretorias desses dois grêmios esportivos a se esforçarem para torná-los símbolos da modernidade, elegância e progresso na cidade da Parahyba.

No cenário esportivo o Clube Cabo Branco obteve uma ascensão impressionante. Os treinos eram realizados com frequência no *ground* da Avenida João Machado em que compareciam todos os sócios interessados em participar dos animados *matches*. Esses encontros não tinham um caráter de aperfeiçoamento da técnica esportiva, visavam apenas o divertimento dos associados nas manhãs de sábado ou domingo. Além dos treinos, eram organizadas partidas envolvendo clubes como o Brazil S.C. e Red Cross S. C., a disputa de um *match* de futebol com uma dessas duas equipes provocava a maior expectativa entre os *sportmans* da cidade. Os clubes usavam a imprensa para convocar as distintas famílias para se fazer presente ao evento e “os *captains* do dois *teams* encarecem o comparecimento de todos os *sportmans*”¹⁵³.

Nesse período os cabos branquenses se orgulhavam dos valorosos rapazes que constituíam seu *team*, entre eles figuravam Cahyno, Polary, B. Barbosa, J. Barbosa, Bandeira, Clímaco, Aderaldo, Ferreira, Wrae, Henrique e Jayme. Esses jovens contribuíram para o Cabo Branco se firmar no meio esportivo parahybano como uma equipe vitoriosa diante das conquistas alcançadas sobre os adversários.

A partir de 1916 a vida esportiva da Parahyba passou a contar com uma entidade que se encarregaria de organizar os *matches* de futebol realizados entre os clubes. Com esse objetivo foi criada a Liga *Sportiva* para promover os campeonatos, filiar os clubes e jogadores e determinar as regras de funcionamento da entidade. Desta feita, com início da organização

¹⁵³ A União, 19/12/1915, p. 03.

do campeonato de futebol da cidade, os clubes que mantinham equipes organizadas realizando treinos e amistosos passaram a disputar as partidas em horários, datas e locais determinados. No final de cada temporada seria conhecido o campeão de futebol da cidade da Parahyba.

Esse título, mesmo não representando conquista material ou econômica, simbolizava para o vencedor reconhecimento e prestígio no meio social e esportivo, consagrando o clube e os valorosos rapazes como os melhores *foot-ballers* da cidade. Os jovens *sportmans* ainda conquistavam a simpatia das *mademoiselles* que se punham absortas a torcerem nas arquibancadas dos estádios pelo clube preferido e, claro, pelos distintos cavalheiros que dominavam a arte do futebol.

A notícia da organização de um campeonato na cidade entusiasmou a juventude que passaram a intensificar a constância dos treinos visando bater seus adversários em campo. Certamente, o meio futebolístico ganhou maior movimentação com os comentários sobre os treinos das equipes, os resultados das disputas de *matches*, entre outros detalhes. Esses assuntos iam passando a fazer parte das conversas entre os amigos nos encontros no jardim público, no Ponto de Cem Réis ou pelas ruas da urb.

O sucesso do Sport Club Cabo Branco no futebol foi repentino. Tendo participado dos campeonatos de 1916 e 1917 sem muito brilhantismo, mas, mesmo assim, conseguindo vitoriar sobre equipes tradicionais. De acordo com o cronista esportivo Mauro do Jornal A Notícia, a pugna entre o S. C. Cabo Branco e o Brazil S. C. foi uma das mais sensacionais ocorridas naquele ano, esses clubes já tinham um histórico de enfrentamentos desde 1915, inclusive foi contra os ‘brazileiros’ o primeiro jogo do S. C. Cabo Branco. Ao longo desse período foram alternando derrotas e vitórias, mas sempre com partidas disputadíssimas que entusiasmavam o público presente.

Não foi diferente no encontro ocorrido pelo campeonato de 1916. O cronista fez uma boa descrição do jogo relatando os detalhes do *match* que resultou na vitória do Cabo Branco pelo placar de 3x0. Acompanhe em seguida a narração do jogo:

À prova do campeonato da série ‘A’ concorreram domingo último as equipes dos simpatizados *clubs* Cabo Branco e Brazil, num animadíssimo *match*, no *ground* dos macacos. Foi, sem contestação, um dos mais belos jogos que há assistido a Parahyba sportiva, já pelos valorosos elementos que entraram em campo, já pela numerosa e seleta assistência que abrilhantou a magnífica festa (...).

(...) O Cabo Branco conseguiu vantagem sobre o *team* Branco, desenvolvendo ligeira ofensiva, tendo Wrae chutado a gol com infelicidade, apesar de a esfera ser mal rebatida por Polary. O gol defendido por Gavião perigava a cada momento diante da combinação ótima que faziam Edu, Wrae e Frank no que foram bastante ajudados por Veloso I.

Após dez minutos de iniciado o jogo Wrae em bela cabeçada consegue abrir o placar marcando o primeiro ponto para o *team* azul e branco (...).

Wrae, Frank e Edu, combinados, avançam contra a defesa dos brasileiros. Edu, com uma bela cabeçada, envia a esfera ao gol de Gavião que defende brilhantemente, dando lugar a uma ligeira escaramuça nas proximidades do gol, tendo Veloso chutado novamente, defendendo Gavião com infelicidade, indo a bola ter nos pés de Silvio que consegue marcar o segundo ponto para o visitante.

(...) Em determinado tempo combinam Edu, Wrae e Fank, tendo este último centrado no que é aproveitado por Edu, que consegue marcar o 3 e último ponto do *match* de domingo, tendo assim, incontestavelmente a vitória cabido ao Cabo Branco, com um magnífico placar (...).

A Gazeta Sportiva, envia felicitações, a todos os jogadores pelo modo correto que se mostraram não distinguindo vencidos e vencedores, vendo somente moços que se divertem, desenvolvendo o físico para bem enfrentar a luta pela vida, encorajando-se e disciplinando-se nas pelepas em conjunto, com ordem, método e educação¹⁵⁴.

O cronista observador do jogo transpareceu está tão empolgado com o desempenho do S. C. Cabo Branco em campo que quase não mencionou o *team* adversário. Um aspecto revelador da dinâmica de importância que os jogos de *foot-ball* e os *foot-ballers* estavam assumindo na concepção do jornalista ao concebê-los como detentores do espírito de desportividade e cavalheirismo existente entre os *sportmans*.

A educação, a ordem e o método como os jogadores apresentavam-se em campo correspondia aos ideais de comportamento vislumbrado para os jovens que se dedicavam ao esporte, tais preceitos se configuravam como os pilares do perfil de civilidade que se buscava construir para as sociedades modernas. Os *sportmans*, na concepção elitista da época, deviam ser portadores de valores vinculados à educação e ao cavalheirismo, pois tais atributos os diferenciariam, de forma positiva, dos rapazes das classes pobres, por isso podiam praticar esportes considerados violentos sem perder a elegância e obediência às regras do jogo.

Os jogadores do S. C. Cabo Branco, portando-se com esta distinção, apresentavam-se para o cronista como jovens valorosos que nem precisavam vencer o campeonato para conquistar a simpatia dos admiradores do jogo bretão. Postura que desempenhava um papel importante na consolidação do gosto pelo futebol entre os parahybanos.

Desta feita, mesmo sem conseguir ganhar o campeonato de futebol daquele ano, o Sport Club Cabo Branco apresentou um nível satisfatório de domínio do jogo nas disputas das partidas, tendo realizado equilibrados *matches* com outras equipes da cidade. E não se demorou muito para obter resultados positivos, pois três anos após seu surgimento no mundo esportivo da Parahyba venceu o campeonato do ano de 1918. Conseguiu vitoriar sobre os seus principais adversários e, de forma incontestável, sagrou-se campeão de futebol da cidade da Parahyba. Certamente, para os cronistas da época essa conquista confirmava a concepção de

¹⁵⁴ A Notícia, 08/11/1916, p. 06.

que o *foot-ball* era uma prática de rapazes educados e elegantes, os verdadeiros conhecedores das regras e das técnicas do jogo da bola.

Neste período, o clube não dispunha de um campo próprio, tendo que realizar seus jogos no campo da Estrada dos macacos e na Praça da Independência. Geralmente, os *grounds* não possuíam estrutura adequada à prática do futebol, os quais apresentavam irregularidades no solo e utilização de materiais improvisados na confecção das traves dos gols que eram retirados de pedaços de madeiras. Em 1917 com a fundação do Hypodromo Parahybano, tivemos a construção de uma área destinada aos jogos de futebol e outros esportes. Com essa nova estrutura o Cabo Branco passou a mandar suas partidas no campo do Hypodromo localizado em Jaguaribe. Só em 1923 é que o clube se estabelece em sua sede própria situada no Bairro de Jaguaribe, como mostra a imagem abaixo:



Imagem 22 - Fonte: Ilustração, nov./dez. 1936.

A imagem nos mostra que até mesmo uma simples visita ao clube era motivo para os frequentadores apresentarem-se bem vestidos e elegantes. Era uma época em que se praticava o esporte com uniformes não adequados, mas que se pautava pelo apuro dos trajes dos jogadores. Os espectadores não fugiam à regra e compareciam aos campos trajando smoking, calça social, sapato e o chapéu.

O evento demandava um figurino especial, pois se tratava de uma ocasião onde figuras de relevo da sociedade se encontravam para prestigiar aos *matches*, conversar sobre política e outros assuntos. As moças e rapazes aproveitavam para dar início às venturosas

histórias de amor. Neste sentido, toda a convivência estabelecida em volta dos *grounds* pelo público presente configurava um novo contexto de sociabilidades entre os integrantes da elite dirigente. Convivências que extrapolavam os antigos laços de relações interpessoais restritos às famílias aristocráticas no interior dos casarões e sobrados.

O futebol propiciou este leque de inter-relações sociais construídas em torno das práticas esportivas. Por isto, se justificava o aumento do interesse dos jovens pelos jogos a partir de 1920, período em que os *matches* passaram a contar com uma melhor organização e maior desejo dos *clubs* em conquistar vitórias. Foi alimentado por este objetivo que o S. C. Cabo Branco conseguiu afirmar-se no meio futebolístico parahybano como um dos grêmios esportivos mais sólidos devido a intensa prática de atividades esportivas que disponibilizavam aos associados.

No futebol o S. C. Cabo Branco conquistou seus maiores feitos vencendo o campeonato local por oito vezes entre as décadas de 1920 e 1930. Os títulos de campeão parahybano de futebol aconteceram em: 1920, 1924, 1926, 1927, 1929, 1931, 1932 e 1934. Formou uma geração de jovens campeões dedicados aos esportes, mas não descuidou das festividades internas para alegrar os sócios. As próprias vitórias da equipe nos gramados eram comemoradas com muita animação com bailes dançantes ou soirées realizadas nos seus salões que se enchiam com a presença das famílias abastadas.

No tênis, vôlei e basquete também conseguiu formar bons valores que rivalizavam com os garotos do Club Astréa e de outras equipes como o América, Pytaguares e Palmeiras. Equipes que estavam sempre disputando as posições mais altas dos pódios e fazendo uma legião de adeptos e fãs destes sodalícios.

Foram pautados nos ideais de diversão associado ao esporte que gerações de parahybanos tiveram suas vidas ligadas a um dos dois clubes. Fosse disputando nos campos ou dançando nos salões os jovens tinham essas associações como ponto de agitação da vida social da cidade da Parahyba durante décadas.

Considerações Finais

As observações finais desta pesquisa não tem a intenção de colocar um ponto final na questão, como se tivéssemos conseguido esgotar todas as formas de abordagens possíveis para a temática em análise. Muito pelo contrário, pois os aspectos da modernidade, do esporte e do lazer em sua relação com a cidade apontam para diversas possibilidades de investigação do fenômeno urbano e do fazer-se de seus agentes sociais.

Neste sentido, o nosso trabalho se constitui como um norte para guiar novos enfoques para a compreensão de contextos históricos por outros vieses não contemplados pela historiografia tradicional. Desta forma, poderemos, em breve, vê surgir discussões que projetem novos espaços e personagens envolvidos em tramas reveladoras de práticas culturais, experiências, costumes e valores capazes de desvelar informações relevantes da história parahybana.

No âmbito da modernidade alguns pesquisadores já realizaram abordagens importantes no tocante às formas de expressões do projeto modernizador pensado para a cidade da Parahyba, assim como as consequências de tal projeto na vida dos grupos populares. Mas, existem outros caminhos possíveis de serem trilhados como, por exemplo, um estudo que leve em consideração aspectos da evolução histórica da arquitetura das edificações, a questão da funcionalidade de espaços como as praças e jardins, a expansão urbana em direção ao litoral, o planejamento das principais vias de locomoção em termos funcionais de mobilidade urbana, entre outros.

O legado ideológico das concepções históricas adotadas nas Universidades da Região Nordeste, que permaneceram durante décadas atreladas a certos dogmas conceituais, contribuíram para criar um ambiente hostil a determinados assuntos, um exemplo disso é a irrelevância atribuída à dimensão do esporte na sociedade. Mas, atualmente algumas linhas de pós-graduação vêm abrindo a possibilidade para investigação dos esportes enquanto fonte para compreensão de aspectos inerentes ao envolvimento das sociedades modernas com esta prática.

Na Parahyba se faz necessário incentivar pesquisas que abordem o esporte e suas diversas modalidades na construção do ideal de cidade moderna, de tal modo que se revelem novos olhares sobre a apropriação e uso dos espaços urbanos a partir da prática de uma atividade instituidora de valores e princípios modernos. Esportes como o remo, o vôlei, o basquete, a natação, o atletismo e a ginástica foram responsáveis por reconfigurar a relação dos indivíduos com os lugares da cidade.

A análise das atividades e dos espaços de lazer é importante para identificar os modos de divertimentos da sociedade parahybana nas décadas iniciais do século XX. As retretas do jardim público, os cinemas, o teatro, os bares, os cafés, as festividades religiosas e o Parque Arruda Câmara foram lugares que inauguraram novas sociabilidades no convívio público. As experiências construídas nesses ambientes são elucidativas de dinâmicas relativas ao relacionamento entre os grupos sociais, sobretudo através das tentativas para instituir espaços destinados exclusivamente para o uso de um determinado grupo.

Desta forma, as cidades passaram por diferentes processos de formação dos seus territórios. O espaço urbano é fruto da necessidade humana de se organizar em sociedade para estabelecer relações sociais, econômicas, políticas e religiosas. Os primeiros núcleos urbanos nos reportam a imagens de sujeira e desorganização, locais propícios à infestação de doenças e epidemias devido a falta de estrutura sanitária. Essa representação da cidade doente perdurou por séculos até atingir seu ápice com a mudança na configuração de morar das populações e agravada pela grande afluência de migrantes do campo que, sem condições, iam habitar em casebres insalubres.

Sem estrutura adequada para receber essa nova população as condições de salubridade e higiene foram prejudicadas. Esses fatos passaram a incomodar parcelas da elite dirigente preocupadas em preservar as questões de saúde, pois pautados em princípios preconceituosos da medicina-sanitária do século XIX, consideravam os pobres como focos de doenças e por isto precisavam controlar a presença destes indivíduos em certos locais da cidade, como solução recorreram a normatização de medidas profiláticas para disciplinar os corpos.

A intenção dos grupos dirigentes era construir uma cidade que facilitasse sua vida e os livrasse dos incômodos que lhes afligiam a saúde. Por isso que as primeiras intervenções urbanas na cidade da Parahyba foram operadas na estrutura sanitária das ruas, pois a convivência com focos de epidemias e miasmas não poderia continuar existindo sem soluções para saná-los.

Foram pautados nas concepções médicas e sanitaristas que as cidades do Brasil passaram a dispor de uma nova fisionomia estética determinada pela extinção das fontes de doenças e de tudo que representasse impasse aos ideais da classe política dirigente. Mas nem sempre as condições financeiras do setor público e da iniciativa privada foram suficientes para promover mudanças estruturais adequadas.

A condição econômica da Parahyba não permitiu que fosse implantada uma modernidade com materiais de ponta. Os equipamentos obsoletos que constituíram o

progresso idealizado pelos políticos foi característico de um processo de introdução de uma modernidade ultrapassada que causou muitas reclamações pelos precários serviços prestados a população.

Analisando as informações podemos concluir que a modernização na Parahyba se deu apenas com a preocupação em adquirir os equipamentos modernos, sem, no entanto, levar em consideração a qualidade desse material e a capacidade em atender a demanda da sociedade. A aquisição desses equipamentos era feita sem planejamento e sem levar em consideração o número de pessoas que seria beneficiado e não se projetava a ampliação do consumo ou no fornecimento do serviço para atender uma população crescente.

Com a instalação dos serviços de luz elétrica, bonde elétrico, calçamento, água encanada e esgoto sanitário a cidade da Parahyba ganhara foros de cidade civilizada e moderna. Os anseios da classe dirigente estavam se concretizando. Mesmo levando em consideração os limites desses serviços, a população deslumbrava-se com tais melhoramentos, pois podiam assemelhar-se aos cidadãos civilizados do mundo europeu.

A dinâmica do investimento privado nos serviços de melhoramentos urbanos se fundamentara pela insuficiência do Estado Nacional em arcar com os custos das obras. A presença de capital privado se dava na perspectiva dos comerciantes investirem seu dinheiro e lucrar com a cobrança de taxas sobre o fornecimento do serviço. No Brasil, isso ocorreu como medida para desenvolver a modernização, mas a Parahyba é um caso específico em que fora necessário urbanizar a cidade para torná-la moderna. Contudo, os investidores logo perceberam que a cidade não possuía uma demanda de consumidores capaz de dar o retorno financeiro do investimento. Por isso, a parceria entre o público e o privado sempre acabou em prejuízos para a sociedade que não disporia dos serviços de fornecimento adequado, cabendo ao Estado assumir os serviços o que não significou melhoramento na qualidade da oferta do serviço.

As reformulações na paisagem urbana e a instalação dos serviços característicos do mundo moderno não produziram no campo material as transformações ocorridas em outras capitais, por que foi um processo pautado na insuficiência de recursos financeiros e na aquisição de equipamentos obsoletos que não representaram a modernização em seu sentido pleno. A cidade passou a dispor apenas de alguns símbolos do mundo moderno, mas em termos de comportamentos e hábitos pouco havia mudado em relação aquela Parahyba do século XIX.

A modernidade construiu espaços para reforçar a segregação social. Os códigos de postura, os regulamentos de funcionamento de alguns lugares e os estatutos dos clubes sociais

foram elaborados tendo por base um perfil aristocrático excludente pautado em critérios econômicos e sociais, que visava manter a distinção do grupo que frequentava certos ambientes construídos para as famílias abastadas, impossibilitando a presença dos populares.

Mas, a cidade se apresentava para outras dinâmicas sociais ligadas ao divertimento e ao lazer que seriam desdobramentos das pretensões modernas iniciadas com as modificações da estrutura. O início do século XX apresentou para o mundo a emergência de vários símbolos modernos, caracterizados por diversas práticas que alteraram definitivamente a vida e a forma de relacionamento entre as pessoas. A juventude que se tornara a principal entusiasta dos esportes foi também o grupo que mais vivenciou as experiências do mundo moderno. Criaram modos de viver, determinaram comportamentos e instituíram novos códigos de sociabilidades que configuraram um estilo de vida próprio do viver citadino.

O novo cenário configurado trouxe consigo novas óticas acerca do mundo e exigiu que os homens encontrassem novas regras e possibilidades de articular-se com o novo estabelecendo assim imposições e adequações nas relações interpessoais com os signos da modernidade, a exemplo do bonde elétrico, telefone, automóvel, cinema, rádio, e eletricidade. Entre as práticas do ser moderno figurava os esportes.

A prática esportiva na cidade da Parahyba apresentou-se obsoleta como sua modernização. Os clubes de futebol existentes não tinham condições financeiras para aquisição de materiais esportivos e locais adequados para a realização dos jogos que ocorriam sempre em locais improvisados, com irregularidades no solo que impediam o desempenho dos jogadores.

Durante anos a sociedade parahybana só contou com quatro ou cinco clubes esportivos que se mantinham em atividade. Os demais eram muito apenas iniciativas de garotos que não conseguiam levar adiante o propósito das atividades físicas. O futebol era praticado mais como uma atividade física e diversional da mocidade ávida por momentos de recreação.

Os clubes só conseguiam se manter em funcionamento através da iniciativa de jovens abnegados que não deixavam arrefecer o interesse pelo esporte. Mesmo assim, por alguns momentos o futebol se constituiu numa das principais atividades recreativas da juventude parahybana.

O aspecto de distinção e modernidade que representou a prática do futebol em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, que serviu de elemento de distinção para os jovens da elite se diferenciar dos populares, não foi visto em evidência no processo ocorrido na Parahyba.

O turfe é que chegou como representando um símbolo de modernidade digno de ser estabelecido tão importante melhoramento. Mesmo assim, era uma atividade recente na Parahyba e que não possuía muitos praticantes devido ao preço dos cavalos que eram usados na disputa dos páreos.

As atividades esportivas passavam por momentos de desânimo que acarretava a interrupção da sua prática por alguns meses, só depois retornavam por iniciativa de jovens entusiastas. O futebol parahybano, dos anos estudados, nunca conseguiu destaque em nível regional, pois eram frequentes as derrotas para equipes dos vizinhos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Os principais espaços de lazer que representavam a mudança nos costumes dos grupos dirigentes foram os cinemas, cafés e salões noturnos. Com a descoberta do espaço das ruas pela elite enquanto local de convivência social passou-se a organizar festas públicas de caráter religioso como no natal, ano bom e as quermesses. Além dessas, existiam as festividades profanas do carnaval. Eram poucos os momentos de lazer e diversão a disposição da sociedade, razão pela qual se explica a rápida incorporação de novos hábitos de lazer representados nos cinemas, cafés e salões.

Os clubes sociais passaram a figurar entre os hábitos modernos nas primeiras décadas do século XX na Parahyba. Ao contrário dos salões, cinemas e cafés, os clubes sociais foram indicados como lugares distintos para serem frequentados pelas famílias abastadas. O clube Astréa foi fundado com base nos valores culturais das elites que estabeleceram no seu estatuto de funcionamento as normas e regras exigidos para quem desejasse ser sócio, certamente os comportamentos e condições exigidas para os associados eram uma forma de selecionar seu público, estabelecendo como padrão ou perfil os valores das elites. Pertencer a esse clube era denotativo de distinção social e um hábito moderno.

Projeção muito limitada, mas que se percebia no seio da sociedade devido ao nível econômico dos participantes de tais associações. As atividades recreativas e festivas dos clubes sociais eram limitadas e escassas, mas a sociedade contava com lampejos do Club Astréa e Sport Club Cabo Branco que realizavam algumas festas que atraíam a sociedade para momentos de divertimentos.

Os bailes de carnaval eram, por assim dizer, as ocasiões de maior entusiasmo vivenciado pelos parahybanos que viveram a época dos blocos carnavalescos arrastando os foliões pelas ruas da cidade ao som das marchinhas.

Neste contexto, modernidade, esporte e lazer se constituíram em perspectivas diferentes de um processo que caminha junto entrelaçado pela dinâmica de constituição do

espaço urbano com as interfaces das práticas esportivas e das atividades de lazer que apresentam uma compreensão de cidade bastante interessante de ser percebida, pois são maneiras diferentes de perceber o indivíduo em seu fazer-se social que evidencia detalhes da construção de sociabilidades e sensibilidades do viver cotidiano.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 - Fontes Impressas

1.1 – Periódicos

A União – décadas 1895/1899 – 1913/1915/1920/1924/1926/1927/1928/1929/1930
A Notícia - 1916
Correio da Tarde – 1910
Estatuto do Club Astréa – 1939
Informativo Astréa – 1972/1973
Liberdade – 1931 - 1936
O Norte -1911/1913/1916/1917/1966
O Jornal – 1923/1924
O Dia – 1935
O Pimpolho - 1916
Revista Era Nova – 1921/1926
Revista Ilustração – 1936
Revista Pio X – 1930/1932
Tic-Tac - 1912
Tiro Parahybano – 1909

1.2 – Documentos Oficiais

Mensagem do Presidente do Estado da Parahyba - Dr. Álvaro Lopes Machado - apresentada à Assembleia Legislativa em 20/10/1905.
Mensagem do Vice-Presidente do Estado da Parahyba – Walfredo Leal – apresentada à Assembleia Legislativa em 01/09/1906.
Mensagem do Vice-presidente do Estado da Parahyba – Walfredo Leal – apresentada à Assembleia Legislativa em 06/11/1907.
Mensagem do Presidente do Estado da Parahyba – João Lopes Machado – apresentada à Assembleia Legislativa em 01/09/1909.
Mensagem do Presidente do Estado da Parahyba – João Pereira de Castro Pinto – apresenta à Assembleia Legislativa em 01/10/1913

2 – Bibliografia

AGRA, José Luciano. **Uma contribuição aos estudos sobre a relação transporte e crescimento urbano:** o caso de João Pessoa – PB. (Dissertação de Mestrado da Universidade Federal da Paraíba, 2006).

AGUIAR, Wellington & MELLO, José Octávio. **Uma cidade de quarto séculos** – evolução e roteiro. 2 ed. João Pessoa: FUNCEP, A União Editora, 1989.

ALVES, Fernanda Karoline M. L. **Urbe vigiada:** modos de morar e viver na cidade de Parahyba do Norte – 1910-1930. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/PPGH), Campina Grande, 2009.

ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In. Ó, Alarcon Agra do et alii. **A Paraíba no Império e na República**. Estudos de história social e cultural. 2. ed. João Pessoa: Editora Idéia, 2005. (pp. 79 – 132).

ARAÚJO, Fátima. **História e ideologia da imprensa na Paraíba** – dados históricos e técnicos. João Pessoa : A União, 1983.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira. **As feiras livres e suas (contra)racionalidades**: periodização e tendências a partir de Natal-RN-Brasil. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de enero de 2013, Vol. XVIII, nº 1009. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-1009.htm>>. [ISSN 1138-9796].

BENTO, Victor Régio da Silva. **Centro e periferia em Fortaleza sob a ótica das disparidades na infraestrutura de saneamento básico**. Fortaleza, 2011. (dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará).

BRESCIANNI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BURKE, Peter. **O que é história Cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CALDAS, Waldenyr. Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro. In. Revista USP: **Dossiê do Futebol**. Nº 22, São Paulo: EDUSP, 1994.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil**. Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de história – ANPUH – Campinas, setembro, 1969.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Tradução de Ephraim F. Alves. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **A invenção do cotidiano**: Morar e cozinhar. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia E. Orth. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na cidade da Parahyba nas décadas de 1910-1930**. Recife, 2004. (Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE).

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril** – cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores**: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Márcia R. da et alii. **Futebol**: espetáculo do século. São Paulo: Musa Editora, 1999.

DA MATTA, Roberto. Antropologia do óbvio: notas em torno do significado social do futebol brasileiro. In. Revista USP: **Dossiê do Futebol**. Nº 22, São Paulo: EDUSP, 1994.

DEL PRIORE, Mary, MELO, Andrade de (orgs.). **História do esporte no Brasil**: do império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 21 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão (et. al.) 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LUCENA, Ricardo de F. **O esporte na cidade**: aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas, SP: Autores Associados, chancela editorial CBCE, 2001. (Coleção educação física e esportes).

MAIA, Doralice S. **Tempos lentos na cidade**: permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa – PB. São Paulo: USP, 2000 (Tese de Doutorado em Geografia).

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Humanização**. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

MARQUES, Walfredo. **A história do futebol parahybano – 1908-1968**. João Pessoa: A União, 1975.

MARIO FILHO. **O negro no Futebol brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

MARTINS, Eduardo. **A União: jornal e história da Paraíba – sua evolução gráfica e editorial**. João Pessoa: A União, 1977.

MELO, José Octávio de A. **Os coretos no cotidiano de uma cidade**: lazer e classes sociais na Paraíba. João Pessoa: A União, 1990.

MORAIS, Fabrício de Sousa. As comemorações esportivas do centenário da independência ou quando o futebol virou coisa séria. In. ABRANTES, Alomia e SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (orgs.). **Outras histórias**: cultura e poder na Paraíba (1889 – 1930). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010. (pp. 135 – 162).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. Ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

_____. **História & História cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

PEREIRA, Leonardo Affonso de M. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. (coleção Histórias do Brasil).

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encontros modernos**: história da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.

SALES, Andréa L. Porto. **O centro principal de João Pessoa: espacialidade, historicidade e centralidades.** João Pessoa: [s.n], 2009. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba).

SEVCENKO, Nicolau. Futebol, metrópoles e desatinos. In. Revista USP. **Dossiê do Futebol.** Nº 22, São Paulo: EDUSP, 1994.

SILVA, Regina C. da. **As singularidades do Bairro na realização da cidade:** um estudo sobre as transformações na paisagem urbana do Bairro da Torre na Cidade de João Pessoa. São Paulo, 2000. (Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP).

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. Arrochar a titela, chambregar e criar um furdunço. In. Ó, Alarcon Agra do et alii. **A Paraíba no Império e na República.** Estudos de história social e cultural. 2. ed. João Pessoa: Editora Idéia, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. (pp. 127 – 162).

WANDERLEY, Mayrinne Meira. Por uma era nova: discursos e distinções na Parahyba do Norte (anos de 1920). In. ABRANTES, Alomia e SANTOS NETO, Martinho dos (orgs.). **Outras histórias:** cultura e poder na Paraíba (1889-1930). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010, pp (115 – 134).

LEAL, Wills. **A saga de um grande clube – história do Cabo Branco.** João Pessoa: A União, 1995.